

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Meryane Sousa Oliveira

A QUESTÃO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA *GRAMÁTICA
PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*, DE MARCOS BAGNO:
UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

TERESINA/PIAUÍ

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

- O48q Oliveira, Meryane Sousa.
A questão da história da língua portuguesa na gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno: um estudo historiográfico / Meryane Sousa Oliveira. – 2017.
111 f.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2017.
Orientação: Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos.
1. Historiografia Linguística (Século XXI). 2. Gramática Brasileira. 3. Origem do Português. I. Título.

CDD 469.5

Meryane Sousa Oliveira

A QUESTÃO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA *GRAMÁTICA
PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*, DE MARCOS BAGNO:
UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos da Linguagem
Linha de pesquisa: Gramática e Léxico: descrição e ensino
Orientador: Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

TERESINA/PIAUI

2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos - UFPI
(Orientador)

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI
(Externo)

Prof. Dr. Francisco Alves Filho - UFPI
(Interno)

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por permitir que minha caminhada, apesar de longa e por vezes árdua, chegasse até o mestrado.

Aos meus pais, Rosimeire e Jailson, pelo incentivo constante e pelo apoio nos momentos difíceis. Aos meus irmãos, Fernandinha e Paulo, por entenderem e compartilharem todos os momentos desse mestrado. Às minhas avós queridas, pelas palavras e pelo carinho que sempre dedicaram a mim. Aos primos e tios que se fizeram tão presentes nesses dois anos.

Ao meu orientador, professor Marcelo dos Anjos, que me acompanha desde a graduação e me ajuda em minha caminhada com toda dedicação, carinho e paciência. Agradeço especialmente, nesses dois anos de mestrado, por suas incansáveis e preciosas orientações, essenciais para a construção desta pesquisa.

À CAPES, pela bolsa concedida.

Às professoras Cristina Altman e Olga Coelho pelas recomendações e críticas nos raros, mas imprescindíveis, encontros que tivemos. À todas as pessoas que fazem parte do grupo de estudos do CEDOCH/USP, especialmente à Bruna Polachini, Jéssica Gomes e Carolina Tomasi, pela conversas e trocas de conhecimento importantíssimas para o desenvolvimento deste trabalho e para minha formação intelectual.

Aos meus colegas de mestrado Virna, Rodrigo e Gláucia pelos momentos partilhados e pelo apoio constante.

Aos professores Francisco Filho e Teresinha Queiroz, que fizeram parte da minha banca de qualificação, agradeço pelos conselhos e sugestões valiosas para meu trabalho.

Aos meus amigos da vida, especialmente a Carol, Nájara, Soraia, Jaciane e Pedro pelos conselhos, incentivos, abraços, conversas, momentos de descontração e por todos os momentos ao meu lado.

Aos meus familiares, que entenderam as minhas ausências em encontros devido a compromissos e tarefas da pesquisa e por sempre se mostrarem na “torcida” por mim.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para esta pesquisa e estiveram ao meu lado nesses dois anos de mestrado.

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar, levando em conta o aparato teórico-metodológico da Historiografia Linguística, *continuidades* e/ou *descontinuidades* no tratamento da origem histórica da língua portuguesa na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (GPPB)*, de autoria de Marcos Bagno, publicada na primeira década do século XXI. Para tanto, intentou-se estabelecer a perspectiva de Bagno, no que concerne à origem histórica da língua portuguesa, tanto na *GPPB*, quanto em outros materiais que compõem sua produção científica, para, em comparação com o discurso tradicional da Linguística Histórica, evidenciar, considerando a escolha de retórica do autor, os conhecimentos linguísticos e históricos presentes na gramática, o contexto de produção e recepção da obra, aspectos inovadores na gramática e, sobretudo, *continuidades* e/ou *descontinuidades* em relação a propostas antecessoras. Constituiu-se como *corpus* total de análise 22 obras, divididas em dois tipos de fontes, primária: *GPPB*, Bagno (2011); e secundárias, obras que tratam da origem da língua portuguesa: Silva Neto (1946), Maurer Jr. (1962), Bueno (1967), Elia (1979), Said Ali (2008), Bassetto (2001), Mattos e Silva (2006), Basso e Gonçalves (2014), Faraco (2016) e Bagno (2000; 2003; 2004; 2006; 2007a; 2007b; 2009a; 2009b; 2010a; 2010b; 2013; 2014a). A metodologia foi feita com base nos princípios propostos por Koerner (2014b): *contextualização* e *imanência*. Para a análise, utilizou-se a proposta teórico-metodológica de Koerner (2014b), a proposta desenvolvida por Bastos e Palma (2008) sobre a investigação de objetos contemporâneos relacionados a uma perspectiva historiográfica, além de propostas de interpretação com base em categorias analíticas como: *dimensão interna e externa*, Batista (2013), *influência*, Koerner (2014b), *tradição*, Alonso (2012) e *retórica do autor*, Batista (2015). Na análise externa, foi feita uma contextualização: social, política, econômica, educacional, biográfica e histórica, bem como uma tentativa de reconstrução do *clima de opinião intelectual* contemplando, assim, o princípio proposto por Koerner (2014b), da *contextualização*. Na análise interna, foram analisados os aspectos internos concernentes à *GPPB* e às *fontes secundárias* em que se observou um tratamento dado à origem da língua portuguesa, além da *influência*, *tradição* e *retórica do autor*, contemplando, assim, o princípio da *imanência*. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar a *escolha de retórica* que Bagno adota, na *GPPB*, na qual predominou uma *retórica de ruptura* em relação a paradigmas tradicionais, donde já se percebe uma mudança de perspectiva sobre a origem histórica da língua portuguesa, na qual o autor passa a filiar a origem da língua portuguesa e do português brasileiro à língua galega. Notou-se, com as análises, que tal mudança de ponto de vista pode ter sido motivada pelo contato com o grupo ao qual ele se filiou na Galiza. Levando-se em conta a análise de toda a produção de Bagno, cumpre mencionar que o posicionamento do autor, nos livros que produziu até antes da publicação da *GPPB* e, continuamente, após a publicação de sua gramática, é o mesmo, ou seja, a língua portuguesa é retratada a partir de sua origem no latim vulgar. As análises apontam para as *continuidades* e *descontinuidades* no tratamento da história da língua portuguesa que podem ser consideradas a partir da retórica adotada pelo autor em diferentes obras. É possível, pois, destacar que Bagno, na *GPPB*, apresenta uma retórica fortemente *descontinuista* com os estudos histórico-linguísticos tradicionais, ao passo em que, no restante de suas obras sobressai-se um discurso *continuista* em relação à tradição.

Palavras-chave: Historiografia Linguística; século XXI; gramática brasileira; origem do português.

Abstract

This research had as main objective to analyze, taking into account the theoretical-methodological apparatus of the Linguistic Historiography, *continuities* and / or *discontinuities* in the treatment of the historical origin of the Portuguese language showed on *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (GPPB), by Marcos Bagno, published in the first decade of the 21st century. Therefore, it was tried to establish the perspective of Bagno, as far as the historical origin of the Portuguese language, in the GPPB, as in other materials that compose its scientific production in comparison with the traditional discourse of Historical Linguistics, to evidence, considering the choice of author's rhetoric, the linguistic and historical knowledge present in the grammar, the context of production and reception of the work, as well as innovative aspects in grammar and, above all, *continuities* and / or *discontinuities* in relation to predecessor proposals. Twenty-two works were divided into two types of primary sources: GPPB, Bagno (2011); And secondary, works that deal with the origin of the Portuguese language: Silva Neto (1946), Maurer Jr. (1962), Bueno (1967), Elia (1979), Said Ali (2008), Bassetto (2001), Mattos and Silva (2006), Basso and Gonçalves (2014), Faraco (2016) and Bagno (2000; 2003; 2004;2006; 2007a; 2007b; 2009a; 2009b; 2010a; 2010b; 2013; 2014a). The methodology was based on the principles proposed by Koerner (2014b): *contextualization and immanence*. For the analysis, it was taken into account the theoretical-methodological proposal of Koerner (2014b), the proposal developed by Bastos and Palma (2008) on the investigation of contemporary objects related to a historiographic perspective, as well as proposals for interpretation based on analytical categories such as: internal and external dimension, Batista (2013), influence, Koerner (2014b), tradition, Alonso (2012) and author's rhetoric, Batista (2015). In the external analysis, a contextualization was made: social, political, economic, educational, biographical and historical, as well as an attempt to reconstruct the climate of intellectual opinion contemplating, contemplating in this way the principle proposed by Koerner (2014b), of *contextualization*. In the internal analysis, the internal aspects concerning the GPPB and the secondary sources in which a treatment given to the origin of the Portuguese language was observed, besides the influence, tradition and rhetoric of the author, contemplating in this way the principle of *immanence*. With the development of the research, it was possible to observe the *choice of rhetoric* that Bagno adopts in the GPPB, in which a *rhetoric of rupture* predominated in relation to traditional paradigms, where it is already possible to see a change of perspective on the historical origin of the Portuguese language, in which the author begins to link the origin of the Portuguese language and Brazilian Portuguese to the Galician language. It was noted with the analysis that such a change of perspective may have been motivated by contact with the group he joined in Galicia. Taking into account the analysis of Bagno's entire production, it should be mentioned that the author's positioning is the same, including the books he produced before the publication of the GPPB and after the publication of his grammar. In other words, the Portuguese language is depicted from its origin in Vulgar Latin. The analyzes point to the *continuities* and *discontinuities* in the treatment of the history of the Portuguese language, that can be considered from the rhetoric adopted by the author in different works. It is possible, therefore, to emphasize that Bagno, in the GPPB, presents a strongly *discontinuous* rhetoric with the traditional historical-linguistic studies, while in the remaining works a continuous discourse in relation to tradition stands out.

Keywords: Linguistic Historiography; 21st Century; Brazilian grammar; Origin of Portuguese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	13
1.1 A historiografia e sua história	13
1.2 A Historiografia Linguística nos séculos XX e XXI.....	15
CAPÍTULO 2–BASES TEÓRICAS	21
2.1 Ruptura e conservação na Historiografia Linguística	21
2.2 Dimensões de análise: externa e interna.....	30
2.3 Influência.....	32
2.4 Retórica do autor	33
2.5 O conceito de <i>tradição</i>	34
2.6 Historiografia do Tempo Presente.....	35
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	39
3.1 Procedimento metodológico	39
3.2 Princípios e parâmetros metodológicos da Historiografia Linguística	41
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE EXTERNA: PRINCÍPIOS E ASPECTOS CONTEXTUAIS GERAIS.....	43
4.1 Contexto de produção e recepção.....	43
4.1.1 O Brasil nos séculos XX e XXI: transformações na política, na sociedade e na economia dos anos de 1970 a 2010	43
4.1.2 A educação no Brasil	47
4.1.3 <i>Clima de opinião intelectual</i>	56
4.2 Gramaticografia do português brasileiro no século XXI.....	63
4.3 Marcos Bagno e sua <i>Gramática pedagógica do português brasileiro</i> (2011).....	67
4.3.1 A definição de gramática na obra	72
4.4 A formação dos territórios galego e português	74
4.5 Fontes secundárias: os autores e suas obras.....	78

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE INTERNA: ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA:	
CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES.....	83
5.1 <i>A tradição</i> na linguística histórica: análise interna das obras.....	83
5.2 Filiação genealógica na <i>GPPB</i> : o português e o galego.....	89
5.3 Inovação, Influência e Escolha de retórica do autor	91
5.4 <i>Continuidades e descontinuidades</i>	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

A presente dissertação buscou investigar o tratamento dado à origem histórica da língua portuguesa na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (doravante, *GPPB*), de autoria de Marcos Bagno, publicada na primeira década do século XXI, objetivando, com isso, analisar, levando em conta o aparato teórico-metodológico da Historiografia Linguística (doravante, HL), *continuidades e/ou descontinuidades* em relação à tradição dos estudos da Linguística Histórica.

O trabalho em perspectiva historiográfica vem, com o passar dos anos, ganhando mais adeptos, especialmente no Brasil, fato comprovável pela quantidade de grupos de pesquisa concentrados nas universidades, de artigos, de livros, de dissertações e de teses publicadas na área, bem como pelos eventos produzidos com temáticas relacionadas à HL.

Especificamente sobre os grupos de pesquisas ligados à HL, pode-se, partindo de um levantamento prévio, apontar pelo menos doze em âmbito nacional, quais sejam: Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística, do *Centro de Documentação em Historiografia Linguística* (CEDOCH), na USP; Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae*, na PUC-SP e na Universidade Presbiteriana Mackenzie; Grupo de Pesquisa em Historiografia Linguística na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp); Grupo de Estudos *Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem* (IMAGO), na Faculdade de Letras da UFG; Grupo de Pesquisa *Historiografia da Linguística Brasileira*, na UFF; Grupo de Estudos em *Historiografia da Linguística Brasileira*, na UEMA; Grupo de Trabalho *Historiografia da Linguística Brasileira*, na UFPR; Grupo de *Estudos Linguísticos sob uma perspectiva historiográfica*, na UNIVALI-SC; Grupo de Pesquisa e Historiografia Linguística, na UFMG; Grupo de Trabalho *Historiografia da Linguística Brasileira*, na UFRJ; Grupo de Pesquisa *Historiografia (da) Linguística: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*, na UFPI.

Esse levantamento, dos grupos de pesquisa em HL, pode aclarar os rumos que a pesquisa historiográfica vem tomando no Brasil. Desse modo, pretende-se, pelo fato de esta dissertação ser uma das primeiras na área da HL produzida no Estado do Piauí, contribuir para a inserção dessa área de estudos no meio acadêmico local.

Esta dissertação faz parte do projeto *Historiografia (da) Linguística: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*, iniciativa coletiva coordenada pelo professor Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos¹.

O grupo foi criado no ano de 2015 e já conta com membros atuantes tanto em projetos de iniciação científica, quanto em pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação na UFPI. As pesquisas do grupo, a maioria em andamento, já deram origem a vários produtos, apresentados sob a forma de comunicações em congressos, palestras e publicações. Como resultado das pesquisas do grupo, pode-se mencionar as publicações de Pio (2015), Oliveira (2015), Silva (2015), só para citar algumas.

Para a execução desta dissertação, elencou-se, como fonte primária da pesquisa, uma obra produzida em contexto contemporâneo, de modo que se buscou analisá-la em face de um discurso considerado “inovador” quando comparado a outras tradições de estudos.

Os dois anos de pesquisa no mestrado permitiram analisar, mais detidamente: 1) a perspectiva de Bagno, no que concerne à origem histórica da língua portuguesa, tanto na *GPPB*, quanto em outros materiais que compõem sua produção científica; 2) o discurso tradicional da Linguística Histórica sobre a origem da língua portuguesa; 3) a escolha de retórica do autor, na *GPPB*; 4) aspectos contextuais que podem ter influenciado na *escolha de retórica* que o autor empreende em sua gramática; 5) os conhecimentos linguísticos e históricos presentes na gramática; 6) o contexto de produção e recepção da obra; 7) *continuidades e/ou descontinuidades* em relação a propostas antecessoras e 8) aspectos inovadores na gramática de Bagno.

Em outras palavras, buscou-se verificar como a obra selecionada, tomando como referência o discurso do autor, caracteriza-se em relação a outras tradições de estudos. Para tanto, levou-se em conta as proposições textuais retiradas das obras que compõem as fontes da pesquisa, o contexto em que a *GPPB* foi produzida, e as *continuidades e/ou descontinuidades* observadas na *GPPB* em relação à *tradição*, verificáveis na maneira como os autores descrevem os fatos sobre a origem da língua portuguesa.

No que respeita à seleção das obras que compõem o *corpus* desta pesquisa, selecionou-se a gramática de um autor brasileiro que detém representatividade no cenário nacional atual: Marcos Bagno. Especificamente sobre a seleção das fontes secundárias, a escolha deu-se pelo fato de as obras elencadas abordarem tópicos relativos à origem da língua

¹ O grupo de pesquisa *Historiografia (da) Linguística: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas* (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2196204928483826) tem por objetivo pesquisar gramáticas de diferentes séculos, a partir dos postulados teóricos da Historiografia (da) Linguística, sobretudo a partir das contribuições teóricas de Koerner, Swiggers, Altman, entre outros.

portuguesa e por esses estudos terem adquirido importância e representatividade na época de suas publicações, bem como, por continuarem a influenciar os estudos históricos hodiernos, fundamentalmente, pelo fato de os autores serem renomados especialistas nas áreas de Filologia e Linguística Histórica. São eles: Said Ali (1908/2008²), Silva Neto (1938/1946), Bueno (1955/1967), Maurer Jr. (1962), Elia (1974/1979), Bassetto (2001), Mattos e Silva (2006), Basso e Gonçalves (2014) e Faraco (2016).

No que tange à produção de Bagno, além da gramática, fonte primária da pesquisa, foram elencadas doze obras, correspondente ao que nesta dissertação também se denominou de fonte secundária, que, em algum momento, tratam da questão da origem da língua portuguesa, publicadas pré e pós *GPPB*, selecionadas por compor um painel de todos os títulos monautorais, na área da linguística, produzidos e publicados pelo autor até o ano desta pesquisa, quais sejam: Bagno (1997/2006; 1998/2010a; 1999/2007a; 2000; 2001/2004; 2003; 2007b; 2009a; 2009b; 2010b; 2013; 2014a)³.

Isto posto, faz-se imperativo, por se tratar de um estudo historiográfico de uma gramática contemporânea, inseri-lo nos estudos da Historiografia do Tempo Presente. Esta perspectiva de trabalho toma como referência Bastos e Palma (2008), que, ao refletirem sobre o percurso histórico de gramáticas contemporâneas de Língua Portuguesa em uma perspectiva historiográfica, propõem um diálogo entre pontos teóricos da Historiografia Linguística, mais especificamente aos princípios estabelecidos por Koerner, e o estudo de gramáticas produzidas no final do século XX e início do século XXI.

Além desta **INTRODUÇÃO**, esta dissertação está assim organizada:

CAPÍTULO 1, *História e Historiografia*, no qual se intentou discutir, sem a pretensão de esgotar o tema, sobre a Historiografia ligada à disciplina histórica e, em seguida, apresentar seus principais divulgadores. Foi feita também uma apresentação da HL e de alguns trabalhos e grupos de especialidade que evidenciam a presença já consagrada da área de pesquisa no Brasil. A proposta inicial era direcionar a discussão para uma área específica e recompor um panorama retrospectivo da HL.

² Tendo em vista a importância da datação das fontes para um estudo historiográfico e, muitas vezes, da dificuldade de acesso às primeiras edições das fontes selecionadas para a pesquisa, far-se-á, nesta dissertação, a partir desta citação e no decorrer de todo o texto, no caso de obras antigas e/ou reeditadas, a citação primeiro da data da publicação original seguida da data da edição consultada.

³ Sobre a sequência das datas, ver nota de rodapé 2. Em relação ao uso de letras minúsculas junto ao ano de referência das obras, de acordo com a Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT, em citações de documentos com a mesma data de publicação e mesmo autor, devem-se acrescentar letras minúsculas após o ano de publicação, de modo que se segue essa recomendação nesta dissertação.

CAPÍTULO 2, *Bases teóricas*, no qual foram examinados mais amplamente o aporte teórico-epistemológico que forma a estrutura da pesquisa. Buscou-se, pois, caracterizar os principais objetivos da pesquisa em HL, o objeto de estudo que serviu à análise, além dos parâmetros de análise que auxiliaram na construção da rede de relações dos dados colhidos na pesquisa. Tendo em vista que esta dissertação está relacionada diretamente a questões de *continuidade e descontinuidade* com outras tradições de estudos, foram expostos, neste capítulo teórico, teorias de *continuidade e descontinuidade*, além da observação do papel da persuasão e da *escolha de retórica* do autor. Além disso, foram explicitados os pressupostos gerais da HL, bem como algumas categorias de análise que se mostraram indispensáveis para melhor compreensão da proposta de interpretação da HL. Diante do objeto de análise, discorreu-se, ainda, sobre a importância do estudo de materiais contemporâneos, inserindo-o na perspectiva da Historiografia do Tempo Presente.

CAPÍTULO 3, *Procedimentos metodológicos*, no qual foram explicitados os princípios e os parâmetros metodológicos da HL mais compatíveis com a proposta de análise. Na sequência, fez-se uma apresentação de como foi conduzida esta investigação. Neste capítulo, constam: os princípios da *contextualização e imanência*, proposto por Koerner (2014b).

CAPÍTULO 4, *Análise externa: princípios e aspectos contextuais gerais*, no qual foram examinados mais cuidadosamente os princípios e aspectos contextuais mais gerais da pesquisa. Fez-se uma contextualização social, política, econômica, educacional, biográfica e histórica e, em seguida, foi feita uma tentativa de reconstrução do *clima de opinião intelectual*, do final do século XX e início do século XXI, contemplando, assim, o princípio proposto por Koerner (2014b), da *contextualização*. Além disso, discorreu-se brevemente sobre a formação dos territórios galego e português e sobre os autores que compõem o que nesta pesquisa denominou-se de *tradição* nos estudos históricos sobre a língua portuguesa, a partir de bibliografia secundária. As informações foram, portanto, organizadas de modo a melhor explicitar como e em que momento histórico foram estabelecidas as principais ideias linguísticas do autor da gramática estudada, com vistas a sobrelevar a importância do contexto histórico para a HL.

CAPÍTULO 5, *Análise interna: origem da língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*, no qual se fez, de maneira mais detida, uma análise da proposta de Bagno sobre a origem histórica da língua portuguesa, tanto na *GPPB* quanto em outras doze obras publicadas por ele que compõem um quadro evolutivo do pensamento do autor. Foram

analisadas, também, outras nove fontes secundárias que representam os estudos tradicionais da Linguística Histórica. Além disso, foi analisada a *escolha de retórica* em trechos selecionados da *GPPB*, nos quais se verificou *ruptura* em relação a outras tradições de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, nas quais foram recapitulados momentos importantes do texto, com vista a um balanço das considerações às quais se chegou com a análise dos dados.

REFERÊNCIAS, nas quais foram relacionadas obras que serviram de base para as discussões e referências pontuais no texto.

CAPÍTULO 1- HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

1.1 A Historiografia e sua história

Pensar a contribuição da Historiografia enquanto disciplina linguística envolve refazer um percurso histórico da própria disciplina.

A Linguística, como marco científico, pode remeter seu surgimento ao início do século XX com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure. Mas reduzir a história da linguística a esse período é não reconhecer todo um campo do conhecimento que foi construído anteriormente a este momento.

O século XIX é marcado por mudanças que alteram o caráter dos estudos da linguagem, deixa-se de estudar a linguagem exclusivamente a partir do prisma da Filosofia e da Crítica Literária e busca-se estudá-la sob o viés do fazer científico. Borges Neto (2004), no que se refere aos estudos linguísticos desse período, afirma que “Em oposição a toda a lingüística precedente, os linguistas desse período – os comparativistas – pretendem que a sua lingüística seja “científica”, nos moldes da noção de cientificidade que se impôs no início do século XIX” (BORGES NETO, 2004, p.50). Bopp, Schleicher, Grimm, Schlegel, entre os comparativistas, e Osthoff, Brüggemann, Delbrück e Hermann Paul, entre os neogramáticos, são apresentados, pelo referido autor, como os principais representantes desse período. Dado o caráter científico desses estudos, define-se não só uma metodologia, método comparativo, como também a delimitação do objeto para a linguística, as línguas e a história de seus desenvolvimentos (*ibid.*). Já no século XX, tem-se o desenvolvimento do Estruturalismo e das várias escolas herdeiras do pensamento de Saussure, bem como o desenvolvimento do Gerativismo de Chomsky, nesses momentos se tem declaradamente a definição de seus objetos de estudo, quais sejam: a *língua* e a *competência do falante/ouvinte ideal*, respectivamente.

Weedwood (2002) apresenta um percurso da história da linguística e afirma que a palavra *lingüística* começou a ser usada, em meados do século XIX, para marcar a diferença que existia entre uma abordagem mais inovadora da língua e uma abordagem mais tradicional da Filologia. Para a autora, a Linguística mais recente inclui, em seus estudos, todos os tipos de exame dos fenômenos da linguagem, inclusive os estudos gramaticais tradicionais e a filologia (WEEDWOOD, 2002, p. 9-10).

A Linguística, tal como se apresenta hoje, não pode ser entendida como uma ciência que se desenvolveu de forma linear. Para Altman (1998), “A Linguística contemporânea, ao mesmo tempo que acumulou respeitável saber sobre o fenômeno linguístico, teve multiplicado, mais do que em séculos anteriores, o número de modelos concomitantemente considerados adequados e válidos”(ALTMAN, 1998, p. 28), assim, os linguistas, a partir do século XX e da atenção dada ao trabalho de Saussure, começam a propor novos objetos (a competência do falante/ouvinte ideal, a gramática da comunidade de fala etc.) e novas teorias (o Gerativismo, a Sociolinguística etc.), que se encontram em concorrência e formam a grande área da Linguística de hoje.

A segunda metade do século XX apresenta-se como um momento em que os estudos linguísticos se desenvolvem de forma acelerada e, dentre essas várias propostas teóricas, surge, na década de 1970, a Historiografia Linguística.

Tomando como ponto de partida o desenvolvimento de estudos com viés historiográfico, cabe, pois, trazer à baila considerações sobre as origens da Historiografia no âmbito da História e a relação que a Historiografia Linguística mantém com ela.

Le Goff (2003), ao rotular a Historiografia como a “história da história”, afirma que esta vem se desenvolvendo desde o início do século XX como um “ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global” (LE GOFF, 2003, p. 12). A distinção entre História e Historiografia, no entanto, é construída sem que haja efetiva ruptura com a tradição histórica. Seus domínios notabilizam-se porque, enquanto a História ocupa-se dos fatos ocorridos no passado, a Historiografia dedica-se ao estudo dos textos que os historiadores escrevem sobre o passado.

A produção intelectual do século XX, no campo da Historiografia, origina-se na França, mais especificamente, relacionado a um pequeno grupo associado à revista *Annales*, criada em 1929. O grupo era formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie, como atesta Burke (1991).

A revista foi criada com o objetivo de ser um instrumento de enriquecimento da história, afora isso, o movimento que surgiu em meio às ideias, principalmente de Marc Bloch e Lucien Febvre, trouxe um novo conceito para a Historiografia. A fim de evidenciar a pertinência da revista *Annales*, Burke (1991, p. 7), a esse respeito, afirma que:

A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As idéias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em

primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras.

Cumprir mencionar que a história passa a ser vista a partir de outra perspectiva, constituindo-se como uma nova história, preocupada com uma maneira singular de analisar historicamente os acontecimentos com a colaboração de outras disciplinas.

Não sem motivo, a Historiografia passou por um processo até se adequar aos novos paradigmas vigentes nos estudos históricos da época.

Febvre e Bloch, segundo Burke (1991), foram os líderes do que pode ser denominado “Revolução Francesa da Historiografia”. Participaram do que se convencionou chamar de participantes da primeira geração e dedicavam-se a estudar a história não mais levando em conta fatos particulares, mas, sim, fatos sociais, voltando suas pesquisas para a área da Geografia, Economia e História.

A Revista *Annales* trouxe uma grande contribuição para a Historiografia, pois, a partir de seu surgimento, novos paradigmas foram propostos para o estudo histórico. No que concerne à HL, e a partir do exposto acima, pode-se entendê-la como uma disciplina ligada à História. No subtópico a seguir serão feitas algumas considerações sobre a HL nos séculos XX e XXI.

1.2 A Historiografia Linguística nos séculos XX e XXI

A HL desenvolveu-se como disciplina institucionalizada e como campo autônomo de investigação na década de 1970 na França, assim sendo, desde essa época, reflete-se sobre a historiografia ligada ao campo da linguagem.

Apesar de a HL entrar em cena somente na década de 1970, o primeiro texto que apresentou uma reflexão metodológica de tipo historiográfico, segundo Altman (2012), foi o *Discours préliminaire* em 1796, de François Thurot. A referida linguista, ao se reportar à relevância do “*Discours*” de Thurot como a primeira obra historiográfica da linguística, aponta que foi a partir dessa obra que a prática de reflexão retrospectiva sobre questões de linguagem tornou-se cada vez mais constante em certos círculos acadêmicos (ALTMAN, 2012).

Koerner (2014a, p.11) reconhece a originalidade e inovação do trabalho de Thurot, embora relate que se pode falar em uma tradição de pelo menos 200 anos de escrita da história da linguística, que aparece mesmo em obras anteriores a esse trabalho como *Versucheiner Historie der deutschen Sprachkunst* (1747), de Elias Caspar Reichard (1714-1791).

Ainda com Koerner (*op. cit.*), nos anos de 1960, surgiram esforços e estudos mais profundos sobre a História da Linguística. O autor aponta como referências dessa época: a obra de Paul Diderichsen, sobre o seu compatriota Rask (1960, tradução alemã, 1976), como sendo a primeira dessa época; Ivić (1963; tradução inglesa, 1965); Leroy (1963; tradução inglesa, 1967); Tagliavini (1963); Malmberg (1964); Lepschy (1966; tradução inglesa, 1970); Mounin (1967); Robins (1967); Coseriu (1969, 1972); Helbig (1970); Szemerényi (1971); Jankowsky (1972) e outros.

O IX Congresso Internacional de Linguística, de 1962, realizado em Cambridge (*Massachusetts*), aparece na história da HL como um evento que legitima e generaliza a Historiografia Linguística como especialidade acadêmica (ALTMAN, 2012). De acordo com Altman (2012), Noam Chomsky, ao apresentar os estudos sobre a *Cartesian linguistics*, naquele momento, chamou a atenção para a tradição que se desenvolveu em torno, especialmente, das proposições de René Descartes, Port Royal e Wilhelm von Humboldt e “inaugurou uma maneira inusitada de revisitar a história, não a única, mas, certamente, a mais polêmica” (ALTMAN, 2012, p.16).

O trabalho de Altman (2012) apresenta a introdução de Dell Hymes (1983) à sua antologia de 1974, *Traditions and paradigms*, como o texto metodologicamente mais importante para a redefinição da Historiografia Linguística como atividade de pesquisa, embora se reporte também os estudos dos romanistas que trazem o texto de Malkiel (1969) um pouco antes. Nesse texto de Hymes, conforme afirma Altman, o autor antecipou os pontos que viriam a caracterizar as principais tendências da Historiografia Linguística contemporânea: autorreflexão metodológica; definições intencionais do objeto; ampliação de escopo e datação; contextualização; abertura para a linguística antropológica, a história, a filosofia e a sociologia das ciências.

Ainda com Altman, é na segunda metade do século XX que surgem, paralelamente às introduções históricas, autores, em sua maioria alemães, que produziram manuais com uma historiografia mais abrangente. Dos que exerceram maiores influências nessa época, a linguista destaca: Steinthal (1890-1891), Thomsen (1945), Benfey (1965), Arens (1969), Pedersen (1983), Delbrück (1989), e, apesar de ela também reconhecer a dificuldade em

avaliar até que ponto se deu a influência de autores alemães na reflexão de filólogos brasileiros do final do século XIX e início do século XX, visto que não era comum na época listar as referências dos livros consultados, acredita que se possa admitir que o cânone estabelecido pelos historiógrafos alemães tenha feito parte daquele que se disseminou entre os estudiosos brasileiros que se dedicavam à reflexão histórica (ALTMAN, 2012, p. 15-16).

Para corroborar sua afirmação sobre a influência de obras alemãs em autores brasileiros, Altman apresenta a obra *Manual de filologia portuguesa* de 1952 de Serafim da Silva Neto, líder intelectual da segunda geração acadêmica de filólogos brasileiros de acordo com Coelho (1998) (*apud* Altman, 2012, p. 16), em que este recomenda, em sua obra, a leitura de Benfey, Steinthal, E. Wölffin, [Eduard Herman] F. Müller, G. Götz, [Max] G. Gröber e E. Fiesel (*ibid.*, p.16).

Nesse sentido, a autora supramencionada destaca que a prática de desenvolver estudos históricos no Brasil surge não como um interesse primeiro de descrever historicamente questões teóricas, mas, sim, com a finalidade de fazer introduções panorâmicas aos manuais de linguística geral ou de capítulo inicial às teses acadêmicas, demonstrando um interesse dos estudiosos em historiar a língua, tendo por interesse principal a promoção ou a manutenção de uma determinada teoria.

Um marco dessa tentativa de desenvolvimento da linguística é a publicação póstuma de *História da Linguística*⁴, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., em 1975. Essa obra pioneira é um conjunto de textos originalmente escritos em inglês para um público não brasileiro, como afirma Batista (2013), e objetivava dar conta de uma história da linguística. Entretanto, não pode ser considerada como uma obra nos moldes de como se concebe Historiografia hoje por somente descrever os períodos da história de forma linear.

Altman (2012) recupera, em suas pesquisas, alguns linguistas brasileiros que, além de Mattoso Câmara, eventualmente se dedicaram à revisão das tradições dos estudos linguísticos que os antecederam. São eles: Borba (1967), Miazzi (1972), Scliar-Cabral (1979), Lobato (1986), Faraco (1991), Brandão (1991), Ilari (1992), Lopes (1993), Mattos e Silva (1994), entre outros. Os pesquisadores brasileiros, segundo a autora, apresentavam essa retrospectiva sobre as ciências da linguagem nas introduções de seus manuais de linguística geral ou nos manuais de suas especialidades.

⁴ Segundo Altman (2012), os originais de *História da Linguística* são datados de 1962 e foram escritos para o curso de história da linguística que Mattoso Câmara ministrou na Universidade de Washington pela *Linguistic Society of America* em 1962.

Consoante Altman, as primeiras Faculdades de Filosofia do país foram criadas em 1934 em São Paulo e em 1935 no Rio de Janeiro e são herdeiras da tradição do pensamento alemão e, ao contrário do que já acontecia nos grandes centros, americanos e europeus, em que a produção científica já estava sendo reconhecida em congressos e encontros especializados, desde a década de 1920, no Brasil, a disciplina “Linguística” só foi institucionalizada nas universidades brasileiras em 1962, por Resolução Federal.

Altman (1998) admite não ser uma tarefa fácil delimitar uma periodização da produção linguística brasileira, mas, em seus estudos, delimita o ano de 1968 como uma data que marca o início da disciplina “Linguística” nos Cursos de Letras, momento este, segundo a autora, propício a mudanças na estrutura universitária e ao fortalecimento e reconhecimento de grupos de pesquisadores que já se reconheciam como linguistas.

É na década de 1990 que, no Brasil, ganham espaço os trabalhos que seguem as propostas da *Historiografia Linguística* ou da *História das Ideias Linguísticas* que tinham e têm por principais divulgadores Konrad Koerner, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux. Os pesquisadores vinculados à *Historiografia Linguística* seguem as propostas de Koerner e Swiggers. Os pesquisadores vinculados à *História das Ideias Linguísticas*, por sua vez, seguem as propostas de Auroux. A divulgação e o reconhecimento dessas novas propostas dão-se, principalmente, pela criação de grupos de pesquisa que se organizavam com o objetivo de reconstruir historiograficamente a pesquisa linguística no Brasil.

Os primeiros grupos de relevância nacional são: CEDOCH (Centro de Documentação em Historiografia da Linguística) no Departamento de Linguística da USP; o Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae* dos cursos de Letras de pós-graduação da PUC-SP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie e o grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas.

Como resultado da divulgação e da consolidação da disciplina no Brasil, algumas universidades, principalmente as maiores do país, passaram a ofertar, conforme afirma Batista (2013), na primeira década de 2000, a Historiografia Linguística como disciplina dos cursos de Bacharelado, Licenciatura, Especialização, Mestrado e Doutorado. Assim, o cenário de produção de obras relacionadas ao tema cresce concomitante à divulgação das pesquisas feitas na área.

Alguns trabalhos podem ser considerados marcos que evidenciam a presença já consagrada da Historiografia Linguística no Brasil, dentre eles, aparecem, consoante Batista

(2013), livros, capítulos de livros e artigos em periódicos, alguns deles seguem sumarizados abaixo⁵:

Anos de 1990 a 1999:

A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988), (1998) - Cristina Altman (1998)

Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro - Marli Quadros Leite (1999)

De 2000 a 2012:

Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira - Ricardo Cavaliere (2000)

Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial - Maria Carlota Rosa e José Bessa Freire (2003)

História entrelaçada - Dieli Palma e Neusa Bastos (2004)⁶

A implantação da língua portuguesa no Brasil no século XVI - Nancy dos Santos Casagrande (2005)

A historiografia linguística: rumos possíveis - Jarbas Vargas Nascimento (2005)

O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma - Marli Quadros Leite (2007)

A linguagem: teoria, ensino e historiografia - Carlos Falcão Uchôa (2008)

Homenagem: Evanildo Bechara 80 anos - Dieli Palma, Mercedes Hackerott, Neusa Bastos e Rosemeire Faccina (2008)

Ortografia da língua portuguesa - Maurício Silva (2009)

“Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil” - Cristina Altman (2009)

“Historiografia linguística: princípios e procedimentos” - Neusa Bastos (2011)

“Historiografia Linguística” - Olga Coelho e Mercedes Saraiva Hackrott (2012)

“Dossiê Historiografia da linguística” - Cristina Altman e Ronaldo de Oliveira Batista (2012)

“História, estórias e historiografia da linguística brasileira” - Cristina Altman (2012)

Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias - Maria Carlota Rosa (2012)

Políticas de línguas no Novo Mundo - Consuelo Alfaro Lagorio, Maria Carlota Rosa e José Bessa Freire (2012)

⁵ Em concordância com a apresentação das obras feita em Batista (2013), a diferenciação, nesta pesquisa, entre livros, capítulos de livros e artigos em periódicos seguirá a proposta do autor, de modo que os livros serão indicados pelo título em itálico e os capítulos de livros ou artigos serão indicados por aspas.

⁶ A coleção organizada pelas autoras, até o ano de 2016, conta com seis volumes organizados e publicados (2004-2014).

Madre Olívia: uma linguista à frente de seu tempo - Dieli Palma e Neusa Bastos (2012)

As obras supracitadas são exemplares que fornecem e confirmam os estudos Historiográficos no Brasil e são necessários tanto para entender o surgimento da disciplina quanto para delimitar o panorama das pesquisas em HL.

Levando-se em conta o espaço que a HL conquistou nos últimos quarenta anos, Swiggers (2010) expõe em seu trabalho o espaço que a HL vem conquistando e que ainda precisará conquistar para que, assim, se consolide enquanto ciência. Com isso, o autor reconhece que:

Em prosseguimento à sua organização profissional, que começou nos anos setenta, a historiografia linguística tem testemunhado um crescimento espetacular no número dos seus praticantes – especialmente na Europa, e, ao longo das duas últimas décadas, nas Américas – o campo pode festejar igualmente a existência de vários periódicos especializados de alto nível. Mesmo assim, continuam a existir muitas dúvidas sobre o campo, os objetivos e os métodos da historiografia linguística, para não mencionar as atitudes condescendentes para com pesquisadores propensos a cultivar sua ignorância em história da linguística. Pode valer a pena, portanto, esclarecer alguns assuntos que tratem do escopo e do potencial da historiografia linguística (SWIGGERS, 2010, p. 1).

A HL não se atém somente aos conhecimentos linguísticos, mas também aos diferentes fatores que contribuíram para o saber linguístico por meio de um processo histórico. É tarefa da HL, pois, retomar os acontecimentos mais importantes do passado linguístico.

Isto posto, cumpre apresentar as questões teóricas gerais que fundamentam esta pesquisa, o que se fará no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – BASES TEÓRICAS

A Historiografia Linguística tem como principais objetivos de pesquisa, de acordo com Altman (1998, p.25), “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”.

Swiggers (2004, p.115), ao discorrer sobre o objeto e o campo da HL, a define como “o estudo (sistemático e crítico) da produção e evolução das ideias linguísticas, propostas por “atores”, que estão em interação entre si e com um contexto sócio-cultural e político e que estão em relação com seu passado científico e cultural”⁷.

O trabalho em HL, ao considerar a linguagem, seus “atores” e todo contexto sócio-político-histórico-cultural, trata de um passado no qual a valorização das pesquisas volta-se para o estudo das dimensões internas e externas da disciplina. A rede de relações formadas entre os “atores”, os contextos social e histórico, os dados disponibilizados pela pesquisa e as questões linguísticas observadas nos materiais ajudam na reconstrução e interpretação historiográfica.

Nesse sentido, pretende-se, neste capítulo, discorrer sobre a conservação e a mudança na História, a partir de discussões epistemológicas que auxiliam na construção da rede de relações dos dados colhidos na pesquisa.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar, na sequência, em face desses esclarecimentos preliminares, uma síntese das reflexões dos principais autores e dos princípios teóricos, bem como as particularidades que fundamentam a linha de investigação da Historiografia Linguística.

2.1 Ruptura e conservação na Historiografia Linguística

A abordagem historiográfica pode ser feita a partir de várias perspectivas, considerando uma história de *rupturas e descontinuidades* ou de *acumulação e continuidades*. A filosofia da ciência e seus pensadores contribuem para a reflexão sobre a natureza, as etapas e os limites do conhecimento humano, articulado à formação de métodos e de uma corrente histórica.

⁷ “el estudio (sistemático y crítico) de la producción y evolución de ideas lingüísticas, propuestas por “actantes”, que están en interacción entre sí y con un contexto socio-cultural y político y que están en relación con su pasado científico y cultural” (SWIGGERS, 2004, p. 115, tradução nossa).

Tendo isso em vista, a HL procura problematizar o objeto na tentativa de, ao analisá-lo, reconstruí-lo histórica e epistemologicamente. Dessa forma, conta com o auxílio de filósofos da ciência que, ao refletirem sobre a conservação e a mudança na História, auxiliam o historiógrafo no modo de entender a relação entre o tradicional e o inovador.

Kuhn, em *A estrutura das Revoluções Científicas* (1962), é tomado como o iniciador de um novo olhar para as etapas de evolução de uma ciência e sua história.

A proposta de Kuhn inicia um período de reflexão sobre as ciências físicas e naturais. Para ele, o desenvolvimento das ciências implica uma série de *rupturas*⁸ com as etapas anteriores, contrapondo-se, assim, à concepção cumulativa do conhecimento científico. Nessa visão, essas rupturas são denominadas de *revoluções científicas*⁹ e dão origem ao que Kuhn chama de *paradigmas*¹⁰. Ao organizar seu livro, partiu do fato de que a história das ciências progride de forma revolucionária. Para o autor, as rupturas se dariam num percurso cíclico, ou seja, haveria a alternância de estágios, identificados por ele como estágios normais e estágios extraordinários, o que resultaria na diversificação das ciências em *paradigmas*. Uma ciência seria considerada madura quando ultrapassasse o estágio denominado por Kuhn de *pré-paradigmático*.

Nas palavras do autor, “Após o período pré-paradigmático, a assimilação de todas as novas teorias e de quase todos os novos tipos de fenômenos exigiriam a destruição de um paradigma anterior e um conseqüente conflito entre escolas rivais de pensamento científico” (KUHNS, 1962/2013, p.182)¹¹. Assim, nesse estágio, diferentes teorias disputariam prestígio e apoio da comunidade.

Um *paradigma* identifica uma teoria, uma metodologia e a retórica de um grupo que o utiliza. As *revoluções científicas* iniciam-se quando o *paradigma* existente passa a ter novos posicionamentos teóricos e metodológicos, instalando um novo *paradigma* que questiona seu antecessor, promovendo novos posicionamentos teóricos, metodológicos e assumindo novas frentes a novas ideias. Para que o circuito se cumpra, é necessário que o surgimento desse

⁸ Na visão kuhniana, as rupturas podem ser de teorias, de métodos, de seleção de problemas e de critérios de solução de problemas.

⁹ Para Kuhn, as *revoluções científicas* são “aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KUHNS, 1962/2013, p. 177).

¹⁰ Na obra *A estrutura das revoluções científicas*, não há uma definição única para o termo paradigma. Margaret Masterman (1979) chega a identificar cerca de vinte e um sentidos diferentes para *paradigma* na obra. Nesta dissertação, optou-se pela definição de Kuhn na qual os paradigmas podem ser entendidos como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHNS, 1962/2013, p.53). Nesse sentido, um paradigma seria definido pelo comprometimento das mesmas regras, padrões e pela retórica de um grupo.

¹¹ Ver nota de rodapé 2.

novo *paradigma* também obtenha adesão da comunidade, e, que ambos sejam incomparáveis e incomensuráveis, um em relação ao outro, ou seja, que não exista comunicação ou interação entre eles e entre as teorias sucessivas.

Especificamente sobre as implicações que as proposições de Kuhn trouxeram à concepção de ciência, Altman (1998) destaca a que diretamente atinge a tarefa à qual se propõe o historiógrafo de uma disciplina científica: “reconstruir práticas científicas passadas é rastrear seus momentos de continuidade, ou os de ruptura?” (ALTMAN, 1998, p. 27).

No que tange a esse questionamento, afirma Altman que “o fato de a produção do conhecimento não resultar da simples acumulação de conquistas passadas, progressivas, em uma mesma direção, não implica obrigatoriamente que tenha havido só rupturas” (*ibid.*, p.27). Além disso, para a autora, o passado estaria continuamente informando o presente, não sendo um posicionamento razoável, por parte do historiógrafo, negar tradições anteriores ou ideias linguísticas passadas. Se, a rigor, “uma das tarefas da historiografia linguística é (re)estabelecer os pressupostos (nem sempre conscientes) que os linguistas do passado trouxeram para suas práticas” (*ibid.*, p. 28), investigar sistematicamente as condições de produção e de recepção do conhecimento linguístico é um passo importante para melhor entender os traços constitutivos das ciências da linguagem contemporânea e de suas metodologias.

Essa questão colocada pela autora leva a outro posicionamento importante para a Historiografia Linguística: o fato de a natureza de um trabalho historiográfico não se resumir a *crônicas*, ou seja, a listas de nomes, datas ou eventos relacionados a determinados conhecimentos sobre língua e linguagem, ou mesmo “testemunhos” que fornecem visões sobre determinados eventos. A realização de *crônicas* existe em HL, mas o historiógrafo não se contentaria em ver seu trabalho limitado à listagem e datação de trabalhos anteriormente realizados, como assegura Batista (2013).

A aplicabilidade das propostas de Thomas Kuhn para a história da linguística já foi alvo de discussão de diversos trabalhos. Em contraponto às suas ideias, surgem críticas como as de Hymes (1974), Percival (1976) e Murray (1993), só para citar alguns, que compartilham da ideia de que não haveria como aplicar as propostas de Kuhn, sobre o fato de um *paradigma* regular, às atividades de uma comunidade ou à história dos estudos da linguagem.

Dell Hymes (1974) contrapõe-se ao conceito de *paradigma* de Kuhn, propondo em seu lugar o conceito de *cinosuras*. Para ele, faz-se necessário discutir a noção de *paradigma* porque esta noção, de fato, teria entrado na cena contemporânea como um fator no seu

desenvolvimento, entretanto, não existiria apenas um *paradigma* em posição central nos estudos da linguagem, como se observa na perspectiva kuhniana. O autor demonstra seu posicionamento através de exemplos que corroboram sua ideia de que na História da Linguística, e das ciências como um todo, é possível encontrar uma abordagem dominante convivendo com abordagens de menor destaque. A noção de *incomensurabilidade* de Kuhn, tratada como incompleta por Hymes, é refutada, no sentido de que, para ele, as abordagens manteriam diálogo entre si. Hymes declara que “o termo ‘paradigma’ é enganoso” (HYMES, 1974, p. 9)¹². Sua proposta considera os fatores históricos e sociais e, diferentemente da noção de *paradigma*, a noção de *cinosura* não excluiria a possibilidade de existirem outras abordagens secundárias concomitantes.

Ainda sobre a discussão de *cinosura*, Hymes afirma que “No caso da linguística, pelo menos, outras abordagens dominantes continuaram e, na verdade, por vezes, emergiram, contemporaneamente. Pode-se dizer que cada abordagem dominante era sucessivamente a *cinosura* de sua disciplina”¹³ (HYMES, 1974, p. 10). Dessa forma, cada *cinosura* equivale a uma abordagem dominante que, em determinados contextos, convive com outras abordagens menores.

De acordo com a visão de Hymes, a História da Linguística dar-se-ia em uma sucessão de abordagens coocorrentes e não com rupturas radicais com tradições anteriores.

W. Keith Percival, em artigo intitulado *The Applicability of Kuhn's paradigms to the History of Linguistics* (1976), também critica a aplicação do termo *paradigma* e, conseqüentemente, de toda a discussão de Kuhn a respeito das *revoluções científicas*. O autor, ao examinar a aplicabilidade do conceito de Kuhn para a história da ciência, chega à conclusão de que a noção de *paradigma* não serve à História da Linguística, pois, para ele, considerar a proposta de Kuhn implicaria admitir que a Linguística não tem, ainda, um *paradigma* amplamente aceito pela comunidade, não tendo, assim, alcançado sua *maturidade*, permanecendo em um estágio *pré-paradigmático*. Percival, ao tratar dessa questão, diz que:

se é fácil, como Kuhn afirma, identificar os paradigmas de uma comunidade científica madura, então temos de fato que concluir que, desde o seu início, a linguística moderna não tem sido uma ciência - ou, mais precisamente, que a

¹² Ver original em inglês “The term ‘paradigm’ is deceptive” (HYMES, 1974, p. 9, tradução nossa).

¹³ Ver original em inglês “In the case of linguistics, at least, other approaches than the dominant ones continued, and indeed sometimes emerged, contemporaneously. One can say that each dominant approach was successively the *cinosura* of its discipline” (HYMES, 1974, p. 10, tradução nossa).

linguística moderna não tem sido uma ciência madura para Kuhn (PERCIVAL, 1976, p. 291).¹⁴

Para Percival, aceitar a proposta de Kuhn implicaria no não reconhecimento da Linguística enquanto ciência madura, aceita entre sua comunidade de pesquisadores. Essas afirmativas o levam a negar a noção de *paradigma* e a recomendar o abandono da tese de Kuhn.

Murray (1993) também critica a proposta de Kuhn, voltando suas críticas para a concepção kuhniana de *revolução científica*. Em texto intitulado *Theory Group in Science*, o autor propõe a substituição da noção kuhniana de *revolução científica* por *retórica revolucionária*, estabelecendo, com isso, algumas variáveis que ajudam um grupo a romper com as ideias que fundamentam trabalhos de grupos de pesquisadores mais antigos, fazendo com que esse grupo assuma determinada *escolha de retórica*.

Para Murray (*apud* Koerner 1989, p.50), referindo-se ao conceito de *revolução científica*, “novidade absoluta não é um critério realista, nem é uma vitória completa. Nenhuma comunidade paradigmática tem sido sempre coincidente com toda uma disciplina, seja ciência do comportamento, biológica ou física”¹⁵. Em vista disso, para o autor, a novidade absoluta de um *paradigma* não seria possível em um contexto realista, o que corrobora a ideia de que nenhuma comunidade paradigmática seria totalmente inovadora.

Considerando-se as declarações de Murray, a *retórica revolucionária* baseia-se nas ideias de maiores *descontinuidades* com grupos mais antigos de pesquisadores. Para este autor, “a escolha de retórica (entre uma retórica de revolução e uma de continuidade) depende da condição de elite, da idade profissional e do acesso ao reconhecimento dos participantes do grupo” (MURRAY, 1993, p. 23)¹⁶.

A *condição de elite* para Murray estaria ligada ao grupo de especialistas que circulam nas grandes instituições. Entretanto, o autor não deixa de reconhecer o lugar dos pesquisadores que se encontram em condições marginais. Assim, para ele, ambos

¹⁴ Ver original em inglês “If it is easy, as Kuhn asserts, to identify the paradigms of a mature scientific community, then we must indeed conclude that, from its inception, modern linguistics has not been a science - or more precisely, that modern linguistic has not been one of Kuhn's mature science” (PERCIVAL, 1976, p. 281, tradução nossa).

¹⁵ “Absolute novelty is not such a realistic criterion, nor is total victory. No paradigmatic community has ever been coterminous with an entire discipline, whether in behavioral, biological, or physical science” (Murray *apud* Koerner 1989, p.50, tradução nossa).

¹⁶ Ver original em inglês “Choice of rhetoric (between a rhetoric of revolution and one of continuity) depends on the relative eliteness, professional age and access to recognition of group participants” (Murray, 1993, p.23, tradução nossa).

(especialistas de grandes instituições e de instituições marginais) podem chegar a adotar uma postura inovadora ou, nos seus termos, uma *retórica revolucionária*.

Em relação a esse aspecto, afirma que, “quando o ‘risco’ percebido de adoção é alto, os indivíduos marginais serão os primeiros a adotar, e quando uma inovação parece segura, figuras centrais adotarão a inovação”¹⁷ (MURRAY, 1993, p.24). A *idade profissional* relaciona-se à distinção entre estudantes e cientistas. O que os diferencia é o tempo de atuação em uma área de pesquisa. O *acesso ao reconhecimento dos participantes do grupo* volta-se para a percepção que os pesquisadores têm de si mesmos como sendo importantes para a comunidade científica em que atuam. Esse reconhecimento pode levá-los a adotar uma *retórica revolucionária*.

A formação de grupos de especialidade, segundo Murray, é uma das condições para o sucesso de uma teoria. Tal grupo precisa ter coerência e ser capaz de convencer a comunidade da superioridade da teoria que defendem. Murray (1993), baseado em Mullins e Griffith (1972), estabelece fatores importantes para a consolidação de um grupo científico. Os pré-requisitos indicados por ele para a formação de grupos científicos são: *boas ideias, liderança intelectual e liderança organizacional*.

O primeiro requisito, *boas ideias*, volta-se para as ideias julgadas pelos cientistas como boas para resolver problemas existentes ou abrir novas áreas de pesquisa. Mas, de acordo com Murray, as “boas ideias” não são suficientes e não garantem o sucesso de um grupo científico. O sucesso depende mais da boa formação do grupo do que da qualidade das ideias. O segundo requisito, *liderança intelectual*, é desempenhado pelos cientistas da área que buscam estabelecer o quadro de trabalho do grupo com a criação de programas, de trabalhos etc., que podem ser tomados como *exemplares*. O terceiro requisito, *liderança organizacional*, não necessariamente está relacionado à liderança intelectual, e, por sua vez, tem a função de viabilizar tempo, recursos e outros incentivos para a pesquisa.

Considerando a pertinência da discussão supra, cumpre mencionar que as variáveis expostas convergem para a ideia de que grupos que aparecem em uma *condição de elite*, que tem facilidade de acesso ao conhecimento vinculado por uma instituição, tendem a seguir as linhas de investigação vigentes, ou nas palavras de Murray, assumem uma *retórica continuísta*. Em oposição, grupos que aparecem em condições de periferia, em que há

¹⁷ Ver original em inglês “When perceived ‘risk’ of adoption is high, marginal individuals will be the first adopters, and when an innovation appears safe, central figures will lead in adopting the innovation” (MURRAY, 1993, p.24, tradução nossa).

dificuldades de acesso ao conhecimento, tendem, de acordo com Murray, a fazer uma escolha *de retórica revolucionária*.

Em face a essas críticas, Koerner (1989), distanciando-se dos autores supracitados, acredita que os conceitos de *paradigma, ciência normal, revolução* etc., propostos por Kuhn, podem ser úteis para o historiador da linguística (KOERNER, 1989, p. 50) e discorda, especificamente, da proposta e das interpretações de Percival, no que concerne às ideias de Kuhn. Em vista disso, faz-se oportuno apresentar a advertência que Koerner traz em nota de rodapé no seu texto:

Para começar, em nenhum lugar em Kuhn pode ser encontrada a declaração de que o progresso de um campo científico mostra-se em 'saltos quânticos periódicos' (Percival 1976:286). Mais importante, Kuhn nunca afirmou que uma revolução científica é 'um evento provocado pela conquista impressionante de um ÚNICO gênio científico' (ibid.) ou que 'as revoluções são precipitadas por indivíduos ISOLADOS' (p.287; ênfase no original). Tal interpretação errada não se torna verdade pela repetição; cf. A afirmação de Percival (p.286) de que o 'papel do inovador solitário é essencial para a concepção de uma revolução científica de Kuhn'. (Em nota 11, p. 290, encontramos ainda uma outra referência a esta interpretação errônea.) Na verdade, Kuhn repetidamente fala da dificuldade de identificar uma descoberta particular com o nome de um indivíduo e de uma determinada data. Tampouco Kuhn pressiona o argumento (como Percival faz, pp. 291, 292); o fato de que alguns não aprovam a mudança não faz, na visão de Kuhn, invalidar a ocorrência de uma mudança de paradigma [...] (KOERNER, 1989, p.50)¹⁸.

Para Koerner (1989), as interpretações de Percival provocam uma imagem distorcida das ideias essenciais de Kuhn.

Devido à surpreendente repercussão alcançada pela *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, a obra do polonês Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, publicada pela primeira vez em 1935, alcançou notoriedade na década de 1960, após ter passado por um período de mais de trinta anos fora do alcance da comunidade científica. Kuhn, no prefácio de seu livro, apresenta Fleck como um influenciador e antecipador de muitas de suas ideias. Apesar de breve referência às ideias de Fleck, em

¹⁸ Ver texto no original em inglês "To begin with, nowhere in Kuhn can the statement be found that progress of a scientific field shows itself in 'periodic quantum leaps' (Percival 1976:286). More importantly, Kuhn has never claimed that a scientific revolution is 'an event brought about by the striking achievement of a SINGLE scientific genius' (ibid.) or that 'revolutions are precipitated by SINGLE individuals' (p.287; emphasis in the original). Such a misinterpretation does not become true by repetition; cf. Percival's assertion (p.286) that the 'role of the lone innovator is essential to Kuhn's conception of a scientific revolution'. (In note 11, p. 290, we find yet another reference to this erroneous interpretation.) In fact, Kuhn repeatedly speaks of the difficulty of identifying a particular discovery with the name of one individual and a given date. Nor did Kuhn press the argument (as Percival does, pp. 291-292); the fact that some do not approve of the change does not, in Kuhn's view, invalidate the occurrence of a paradigm change [...] (KOERNER, 1989, p. 50, tradução nossa).

citação, esta foi suficiente, dada a representatividade dos estudos de Kuhn diante do público especializado no período, para a projeção e ampliação do público leitor do médico polonês.

No livro, Fleck delimita sua linha de pensamento e descreve suas categorias epistemológicas, baseando-se, para tanto, em um estudo de caso da história da medicina: o desenvolvimento do conceito de sífilis e sua identificação diagnóstica pela reação sorológica de Wassermann, com a verificação da presença de anticorpos no soro sanguíneo de pacientes enfermos.

Fleck, apesar de sua formação em medicina, realizou inovações de caráter filosófico e sociológico nas reflexões acerca da natureza da atividade científica. Sobre a formação e interesse do autor por questões da história da ciência, Schäfer e Schnelle (2010, p.10), na introdução de *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, afirmam que Fleck nunca foi exclusivamente médico. Para os autores:

Ele cresceu num ambiente que respeitava o erudito competente em sua área, mas que apreciava ainda mais o erudito com cultura universal, muito mais do que aquele que era apenas especialista. Desse modo, Fleck, para além de sua formação em medicina, dedicou-se também a outros estudos, sobretudo à filosofia. Nos anos vinte e trinta, dedicava suas horas de lazer à leitura de textos de filosofia, sociologia e história da ciência.

As ideias desenvolvidas por Fleck (1935/2010)¹⁹ propõem, em linhas gerais, que o conhecimento de uma época pode ser definido pelo que o autor denomina de *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento*. Para o autor, a pesquisa científica deve ser de natureza coletiva com ideias vinculadas a uma sociedade, a uma situação histórica ou cultural. Daí que o trabalho científico de diferentes grupos, denominados *coletivos de pensamento*, em diferentes períodos históricos, desenvolvem seus *estilos de pensamento* ou seus conhecimentos a partir de suas atividades sociais.

No caso particular da ideia sobre a produção de novos conhecimentos, Fleck encaminha suas descobertas sobre a história da ciência no sentido de que a verdade científica não é mérito de um único pesquisador, mas o resultado dos esforços de vários indivíduos. Por isso, para Fleck (1935/2010), “o processo de conhecimento não é o processo individual de uma “consciência em si” teórica; é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo” (FLECK, 1935/2010, p.81-82).

¹⁹ Ver nota de rodapé 2.

A dimensão social é o ponto de partida da sua teoria do conhecimento e, de acordo com Fehr (2012), o pensamento de Fleck como atividade social

nunca começa do zero, há sempre uma base, uma história prévia, há sempre outros lugares, outras instâncias, outros indivíduos dos quais provêm as noções utilizadas para formular o pensamento de alguém. Pensar, portanto, é uma atividade genuinamente coletiva que pressupõe troca (FEHR, 2012, p.40).

Assim, além da dimensão social, um coletivo de pensamento existe na medida em que “duas ou mais pessoas trocam ideias” (FLECK, 1935/2010, p. 87) e estas conectam os membros de uma comunidade pelo estilo de pensamento compartilhado. O conhecimento passa a ser um processo coletivo que estabelece um “fato” constituído por diferentes coletivos de pensamento. O fato para Fleck, portanto, diferentemente da concepção tradicional das ciências, não seria algo fixo, independente da opinião subjetiva do pesquisador, de forma que, para o pensador polonês, ele nasce, desenvolve-se e sobrevive enquanto a comunidade científica não decreta sua morte.

A história do desenvolvimento das ideias, nessa perspectiva, entende que o conhecimento evolui de tal modo que promove constantes atualizações e modificações nas concepções vigentes, de forma que certas ideias diretrizes se tornam dominantes, mas sempre com caráter temporário na evolução dos conhecimentos.

Uma tentativa de aproximar as obras de Fleck e Kuhn, mesmo que este tenha recebido grande influência daquele, projeta diferenças significativas que marcam os conceitos centrais difundidos em cada obra. Sobressaem-se, nas duas obras, por um lado, as noções de *paradigmas* e *mudanças de paradigma* desenvolvidas por Kuhn e, por outro lado, as noções de *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento* desenvolvidas por Fleck.

Na definição de Fleck (1935/2010), as mudanças ocorridas nas ciências, ao longo do tempo, são processos desencadeados pela mudança continuada do estilo de pensamento praticado pela comunidade. Para ele, um *estilo de pensamento* evolui para outro, não cabendo em sua análise a ideia de rupturas abruptas, de ideias radicalmente inovadoras, assim, o passado “continua vivo” a partir das tradições legadas pelos *estilos de pensamento* “nos conceitos herdados, nas abordagens de problemas, nas doutrinas das escolas, na vida cotidiana, na linguagem e nas instituições” (FLECK, 1935/2010, p. 61).

Condé (2012), ao comparar o pensamento e as ideias dos dois autores, reconhece que:

Talvez a principal diferença seja que, para Kuhn, a ciência se desenvolve por rupturas radicais e descontinuidades, isto é, através de mudanças de *paradigmas*, sendo os diferentes paradigmas científicos incomensuráveis. Para Fleck, no entanto, ideias trafegam de diferentes modos entre *estilos de pensamento* criados pelos diferentes coletivos de pensamento. Existem diferenças ou mutações entre os estilos de pensamento, como caracteriza nosso autor, mas essas são mudanças muito mais gradativas do que radicais, isto é, muito mais “evolutivas” do que “revolucionárias”, como afirmado por Kuhn (CONDÉ, 2012, p. 7).

Ainda com Fleck, o novo conhecimento criado, apesar de estar relacionado ao antigo o “amplia, renova e refresca o sentido do conhecido” (FLECK, 1935/2010, p. 81), de forma que cada *estilo de pensamento*, ao evoluir, conserva traços das suas gerações anteriores ou mesmo das que estarão por vir.

Dessa forma, os conceitos elaborados por Fleck mostram que a evolução histórica de um determinado conhecimento é complexa e evolui por intermédio de um coletivo construído pelas concepções dos cientistas que interpretam e moldam a realidade de acordo com a visão de determinado período. O conhecimento, nessa perspectiva, depende de fatores sociais e culturais, de forma que o conhecimento é o resultado sócio-histórico de um coletivo.

O olhar a partir das propostas de filósofos da ciência moderna permite identificar epistemologias mais produtivas à Historiografia Linguística. À HL interessa uma epistemologia que tome a história como ponto importante de análise das transformações pelas quais passa a ciência. Nesse sentido, a proposta de Fleck (1935/2010), em que as mudanças dentro da história da ciência se dão de forma mais evolutiva do que revolucionária, articulada à visão de Murray (1993) sobre os grupos de especialidade e a escolha de retórica como forma de analisar aspectos externos e internos ao objeto em estudos, aproximam-se mais dos objetivos deste trabalho.

Feita a apresentação desses diversos modelos de interpretação da história das ciências, passa-se, no próximo subtópico, à discussão das dimensões de análise que fundamentam e conduzem esta pesquisa.

2.2 Dimensões de análise: externa e interna

Nesse segundo momento, serão apresentadas as dimensões de análise que contribuem para o desenvolvimento deste estudo.

Parte-se do princípio de que na HL essas duas dimensões, interna e externa, são tomadas como complementares. Para Batista (2013), no enfoque internalista “a pesquisa se

volta, então, para a reconstrução dos estudos sobre a linguagem em meio à análise, formulação e reformulação de conceitos teóricos e práticas de tratamento das línguas” (BATISTA, 2013, p. 57). Já ao enfoque externalista “interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área de saber e de suas práticas discursivas revelando posicionamentos ideológicos, sociais e históricos [...]” (*ibid.*, p. 57).

Do ponto de vista interno, intenta-se, nesta pesquisa, analisar a descrição da história da formação da língua portuguesa, bem como o tratamento desse tema nas obras, considerando como dimensão interna de análise os aspectos linguísticos identificados nos objetos em análise. Do ponto de vista externo, serão analisados os dados biográficos, sociais, políticos, institucionais etc., bem como o *clima de opinião* que circundava o autor. Sobre isso, Koerner (2014b)²⁰, baseado em Becker (1873-1945), afirma ser o conceito de *clima de opinião* “particularmente útil para traçar a atmosfera de um dado período em que certas ideias floresceram, foram recebidas ou rejeitadas” (Koerner, 2014b, p. 50). Segundo Becker (1971 *apud* Koerner, 2014b, p.50), o termo poderia ser exemplificado da seguinte maneira:

Se argumentos são aceitos ou não, depende menos da lógica que expressam do que do clima de opinião em que eles são sustentados. O que torna a argumentação de Dante ou a definição de São Tomás sem sentido para nós não é a má lógica ou falta de inteligência, mas o clima de opinião medieval – aquelas concepções instintivamente sustentadas, em sentido amplo, aquela *Weltanschauung*, ou visão de mundo – que impuseram a Dante ou a São Tomás um uso peculiar da inteligência e um tipo especial de lógica. Para compreender porque nós não conseguimos seguir facilmente Dante ou São Tomás é necessário entender (como pode ser) a natureza desse clima de opinião.²¹

O *clima de opinião* tão bem observado por Becker (1971) ganha importância na medida em que auxilia o historiógrafo a melhor compreender o significado histórico dos materiais selecionados, fazendo referência à atmosfera intelectual de um determinado período. Faz-se oportuno, ainda, mencionar a advertência de Koerner (2014b, p.51):

²⁰ Trabalho originalmente publicado com o título “Persistent Issues in Linguistic Historiography” (Koerner 1995b). Nesta dissertação, utilizou-se a tradução elaborada por Cristina Altman (USP, São Paulo) publicada em 2014 com o título “Questões que persistem na historiografia linguística”, numa comemoração aos 40 anos de estudos em Historiografia Linguística.

²¹Ver original em inglês “Whether arguments command assent or not depends less upon the logic that conveys than upon the climate of opinion in which they are sustained. What renders Dante’s argument or St. Thomas’s definition meaningless to us is not bad logic or want of intelligence, but the medieval climate of opinion – those instinctively held conceptions, in the broad sense, that *Weltanschauung* or world pat tem – which imposed on Dante and St. Thomas a peculiar use of the intelligence and a special type of logic. To understand why we cannot easily follow Dante or St. Thomas it is necessary to understand (as well as may be) the nature of this climate of opinion” (BECKER, 1971 *apud* KOERNER, 2014, p. 50, tradução nossa).

Aqueles que trabalham na história da linguística terão certamente aprendido a ter em conta a observação de Becker, embora também tenham aprendido que não é apenas o clima de opinião de um período que deverá ser reconstruído, mas muitos outros fatores para que possamos obter uma compreensão mais fidedigna do contexto intelectual geral em que as teorias particulares se desenvolveram [...]

Para o desenvolvimento deste tipo de atividade, considerada nuclear nos trabalhos historiográficos, há a mobilização de alguns conceitos que devem ser discutidos com plena consciência, pelo historiógrafo da linguagem. O estudo de gramáticas promove o diálogo com outros textos, escolas, autores, períodos etc. e, para a HL, interessa, ainda, discutir os conceitos de *influência*, *retórica do autor e tradição de pesquisa*, o que se fará nos próximos subtópicos, 2.3, 2.4 e 2.5, respectivamente.

2.3 Influência

Koerner (2014b)²², em artigo *O problema da 'influência' na historiografia linguística*, tanto apresenta as incongruências relacionadas ao termo, quanto apresenta, ao fim do artigo, exemplos que esclarecem seu ponto de vista. Para o autor, por vezes, o termo *influência*²³ é empregado na história da linguística, na melhor das hipóteses, como um termo mal definido ou, na pior das hipóteses, como um argumento conveniente a quem o emprega. Koerner (2014b) segue afirmando que “a maior parte dos autores não chega a definir o termo ‘influência’, simplesmente o usa como se houvesse um acordo tácito acerca do significado do termo” (KOERNER, 2014b, p. 91).

O autor faz ponderações em relação ao uso do termo e distingue uma influência geral ou relacionada ao contexto, em que as referências são explicitadas (pela comparação de textos ou considerando o *clima de opinião* da época), de uma influência mais direta, na qual haveria um diálogo efetivo entre os textos.

A postura assumida por ele, ao apresentar e dissertar sobre três exemplos, a saber: a questão da ‘influência’ de Herder sobre Humboldt; a suposta ‘influência’ de Darwin sobre Schleicher, e a chamada ‘influência’ de Durkheim sobre Saussure (KOERNER, 2014b, p.92),

²² Trabalho originalmente publicado com o título “On the Problem of ‘Influence’ in Linguistic Historiography” (Koerner 1987b). Nesta dissertação, utilizou-se a tradução elaborada por Cristina Altman (USP, São Paulo) “O problema da ‘influência’ na historiografia linguística” publicada em 2014, com revisão de Sônia Coelho.

²³ Para uma leitura mais aprofundada sobre *influência*, ver Koerner (2014b) *O problema da 'influência' na historiografia linguística*.

que problematizam e circunscrevem o problema do uso do conceito na HL, indica que o mais seguro seria o autor citar explicitamente o outro ou o fazer por meio da comparação de textos endossados pela leitura direta e análise cuidadosa tanto das fontes primárias como das fontes secundárias.

No que respeita a esta pesquisa, o termo *influência* é usado em sentido mais geral, atribuindo a ele o papel de noticiar a existência de outros agentes que de uma forma ou de outra contribuíram ou estavam envolvidos nos debates sobre as questões abordadas nos textos selecionados.

2.4 Retórica do autor

A HL considera que a história dos saberes sobre a linguagem humana é permeada por momentos de *continuidade* e *descontinuidade*. Nesse sentido, a reconstrução do conhecimento científico ao longo do tempo possibilita o surgimento do que Batista (2015) denomina de *tradições de pensamento*. Para o referido autor, o desenvolvimento desses estudos promove o surgimento de diversas perspectivas que reúnem intelectuais, cientistas e gramáticos em diferentes grupos, proporcionando, entre eles, embates em torno da manutenção ou não de modos de pensamento.

Batista (2015), sobre os eixos de *continuidades/descontinuidades* históricas, afirma que:

Um eixo de continuidades históricas se forma quando há adesão a saberes que já foram validados dentro de um campo e que têm reconhecimento de um grupo de pesquisadores; constrói-se, desse modo, uma tradição de pensamento. De maneira complementar, há também um eixo de descontinuidades históricas, no qual prevalecem a diferença, a oposição e a ruptura dentro de um campo de investigação científica (BATISTA, 2015, p.121).

Diante dos movimentos de *continuidade* e *descontinuidade* na história das ciências, o que estaria, portanto, posto em evidência, segundo o autor, é o caráter provisório das teorias linguísticas (BATISTA, 2015, p.121). Assim, tendo em vista que o pesquisador se posiciona diante das teorias, o referido autor afirma que “a argumentação estabelecida pelos pesquisadores é um dos elementos que deve estar na mira da investigação dos historiógrafos da linguística” (*ibid.*), pois, um autor a partir dos argumentos que utiliza, busca com seu texto

persuadir e levar seu interlocutor a ações no mundo, projetando em seus enunciados ideologias.

Batista (2015), ao atestar a legitimidade da retórica enquanto categoria de análise na HL, abre um terreno fecundo para as discussões acerca da argumentação utilizada pelos autores para legitimar seu posicionamento dentro de um campo científico, o que, por seu turno, pode estar relacionado à retórica apresentada por Murray (1993), em que algumas variáveis ajudam um grupo a romper com as ideias que fundamentam trabalhos de grupos de pesquisadores mais antigos, assumindo, com isso, determinada *escolha de retórica*.

Na proposta de Batista, adotada nesta pesquisa, a análise da retórica do autor deve considerar os seguintes fatores, a saber: quem fala sobre a língua; a partir de qual espaço discursivo, e conseqüentemente, institucional e ideológico; qual conhecimento sobre a língua é proposto; como o conhecimento é veiculado; qual o *clima de opinião* em que os paradigmas são propostos; quais os grupos de especialidade que produzem pesquisas sobre esse paradigma; como são divulgados etc.

2.5 O conceito de *tradição*

Os trabalhos relacionados à HL tratam de materiais que se constituem como objetos pertencentes a determinados períodos históricos, sociais, culturais etc. Em meio à atividade humana de produção de objetos culturais, um objeto se constitui como interesse desta pesquisa: uma gramática. É preciso considerá-la como fazendo parte de uma *tradição*, e, mais especificamente no caso da HL, ressaltando a existência de possíveis conservações ou inovações.

Alonso (2012) desenvolve o conceito de *tradição* de pesquisa, apresentando-o como uma noção desenvolvida a partir de uma dupla perspectiva. Sobre isso, o autor distingue “a tradição em que se insere o objeto cultural ao qual nos dispusemos a analisar e aquela na qual, como investigadores contemporâneos, estamos inseridos – ambas podem ser ou não coincidentes no tempo e no espaço”²⁴ (ALONSO, 2012, p. 72). Para o autor, a primeira perspectiva pode ser aplicada à história da linguística porque cada obra adquire um sentido na construção de uma *tradição* na linguística, de modo que esses objetos culturais distintos são o resultado de esforços de adequar, completar, rejeitar etc. abordagens anteriores que

²⁴ Ver original em espanhol “la tradición en la que se inserta el objeto cultural que nos disponemos a analizar y aquella en la que, como investigadores contemporâneos, estamos insertos – ambas pueden ser o no coincidentes en el tiempo y en el espacio” (ALONSO, 2012, p. 72, tradução nossa)

constituem a ideia de um determinado momento (ALONSO, 2012). São, portanto, obras organizadas a partir de um modelo, de objetivos e finalidades comuns.

A segunda perspectiva, a *tradição* na qual estamos inseridos, volta-se para o ponto de vista com o qual se aborda um objeto cultural. Para Alonso (*op. cit.*), esse ponto de vista não pode ser sinônimo de parcialidade ou ser entendido como um defeito em si mesmo, mas como uma “obviedade epistemológica” enfrentada em um trabalho historiográfico. As obras devem ser, portanto, estudadas a partir de suas redes de relações e interpretadas considerando uma perspectiva particular e fiel às suas fontes (ALONSO, 2012, p. 72-73).

Ainda com Alonso, os textos que se voltam para o estudo de grandes tradições ou de textos canônicos constituem complexos dinâmicos nos quais é possível estabelecer obras que possuem vínculos entre si. Dessa maneira, nos limites desta pesquisa, o conceito de *tradição* considera o objeto cultural em seu contexto e busca identificar autores e obras com os quais os *agentes* selecionados nesta pesquisa mantêm relação.

Dado o fato de o objeto de investigação desta pesquisa ser uma obra produzida no século XXI, faz-se necessário classificá-la como fazendo parte de uma Historiografia do Tempo Presente, com isso, no próximo subtópico deste capítulo, serão discutidos, conjuntamente, o conceito de Historiografia do Tempo Presente e, a partir disso, a proposta elaborada por Bastos e Palma (2008).

2.6 Historiografia do Tempo Presente

Para a realização de uma análise eficaz sobre o Tempo Presente, é preciso apresentar os aspectos centrais dessa perspectiva.

A historiografia dos fatos recentes não é uma novidade, pois, desde a Antiguidade clássica, já havia estudos em que a história recente era o foco central dos historiadores. Com efeito, Ferreira (2000, p.111) alerta que

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.

A História do Tempo Presente sofreu muitas críticas até serem retomados os estudos após a Segunda Guerra mundial, quando houve um estímulo ao desenvolvimento desse tipo de história.

Na França, em 1978, foi criado o *Instituto de História do Tempo Presente (IHTP)*, dirigido por François Bédarida, que possibilitou a reintegração e o desenvolvimento de pesquisas nessa área.

Bédarida, idealizador e diretor do *IHTP*, acreditava que a união e a interação entre o presente e o passado se constitui como a principal inovação proposta pelo instituto, e que, desse modo, para compreender o presente seria preciso visitar o passado e vice-versa. Para o referido autor

A história do tempo presente , mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim. Aliás, a história por si mesma não pode terminar (BÉDARIDA, 2006, p.229).

Convém salientar que, para o autor, o Tempo Presente nada mais é do que a própria história em si. Por seu turno, Tétart (2000) admite a importância desse estudo ao afirmar que “o tempo presente é um território histórico que desfruta de completo reconhecimento científico, pedagógico e editorial, decorrente de uma aposta intelectual, de sucesso científico e de uma grande demanda social” (TÉTART, 2000, p. 134).

Cumprir mencionar, ainda, que, para Dosse (2012), a noção de *tempo presente* remete a uma noção que é ao mesmo tempo banalizada, controversa e instável, e que mobiliza uma reflexão sobre o que seja o *tempo* na história. Ao conceituar História do Tempo Presente, afirma que “O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo” (DOSSE, 2012, p.11), assim, é por intermédio do presente que o homem conhece e interpreta o passado, dando-lhe significação. Ainda nas palavras do autor, tem-se que:

O presente não é mais visto em nosso tempo como um simples lugar de passagem contínua entre um antes e um depois, mas, tal como concebido por Hannah Arendt, como uma “lacuna” entre passado e futuro. Essa noção de “lacuna” pode traçar melhor o que o presente pode revelar de descontínuo, de ruptura e de início (DOSSE, 2012, p. 20).

Nesse sentido, o tempo não é entendido como um *continuum*, o presente passa a ser tomado em oposição ao passado e ao futuro, como uma ausência ou lacuna na história. A história de um passado que não está morto, que serve a indivíduos vivos.

Tértat (2000), Bédarida (2006) e Dosse (2012) propõem um olhar para o presente em que o passado seja um favorecedor de trocas fecundas, permitindo, com isso, que o historiador problematize sua prática, amplie e diversifique seus instrumentos de análise.

As reflexões sobre o Tempo Presente inserem-se em uma longa tradição. O historiógrafo dos fatos recentes depara-se com fatos muito próximos ao tempo do acontecimento, o que, para alguns autores, pode comprometer o distanciamento com o objeto e a noção de verdade e objetividade tão valorizadas na escrita da história.

No entanto, os estudiosos que elegem o presente legitimam o campo de investigação, seus métodos e suas fontes. Para a compreensão da importância desse tipo de estudo, Tértat (2000) apresenta algumas objeções que seriam armadilhas a quem se propõe a trabalhar com fatos do Tempo Presente como, por exemplo, o fato de o historiógrafo estar próximo ao acontecimento, os riscos de não manter o distanciamento em relação ao seu objeto de pesquisa, podendo comprometer a objetividade no seu julgamento etc. Cabe, pois, considerar o benefício da abordagem. Dosse (2012) afirma que os historiadores do Tempo Presente trabalham em inter-relação com outras áreas de pesquisa, o que permite novos esclarecimentos e intercâmbios entre diferentes disciplinas. Além disso, são confrontados a uma prática mais consciente de si próprios, impedindo, segundo ele, qualquer ingenuidade frente à operação historiográfica.

No que concerne aos estudos sobre a Historiografia do Tempo Presente na Linguística, Bastos e Palma (2008) fazem algumas ponderações sobre a investigação de objetos contemporâneos relacionados a essa perspectiva. As autoras, ao refletirem sobre o percurso histórico de gramáticas contemporâneas de Língua Portuguesa em uma perspectiva historiográfica, propõem um diálogo entre pontos teóricos do objeto analisado e aspectos da teoria selecionada.

Para o interesse particular aqui proposto, de que o historiógrafo do Tempo Presente garanta o rigor de sua pesquisa, deve-se, segundo as autoras, “definir seu campo de investigação, seu método, as fontes disponíveis e as posições que assume frente à história da qual é participante” (BASTOS E PALMA, 2008, p. 15). Para estas autoras, uma pesquisa de objetos contemporâneos não pode ser prejudicada pelo fato de haver aproximação entre o período em que os documentos analisados foram produzidos e o período em que se procede a

investigação, de modo que cabe ao historiógrafo o comprometimento com o rigor da pesquisa, tendo em vista que o seu papel de pesquisador é manter um distanciamento em relação ao objeto sob análise, buscando a imparcialidade no seu julgamento.

Procedendo com essa perspectiva do Tempo Presente, aliada à perspectiva da Historiografia Linguística, mais especificamente aos princípios estabelecidos por Koerner, as autoras apontam que, diante de um objeto contemporâneo, um dos princípios propostos pelo modelo teórico-metodológico de Koerner, princípio da *adequação*, poderia gerar dúvidas quanto à sua aplicação. Duas saídas são, então, apresentadas pelas autoras para proceder a uma análise que contemple o Tempo Presente.

A respeito do primeiro argumento, pelo fato de o objeto ser contemporâneo à teoria, não haveria a necessidade de aplicação do princípio de *adequação*, como se pode constatar nas próprias palavras das autoras:

Levando em conta que o objeto de estudo seja metalinguístico e a teoria que o embasa seja atual, então não haveria necessidade de confrontá-la com outra teoria do mesmo período. No caso de um objeto de estudo não metalinguístico, dada a sua contemporaneidade, a teoria que fundamenta o princípio da imanência deve ser concomitante temporalmente ao documento sob análise, logo também não seria necessária a adequação teórica, como um procedimento metodológico separado, uma vez que se julga que o leitor tenha familiaridade com os fundamentos teóricos utilizados (BASTOS E PALMA, 2008, p. 16).

Em referência ao segundo argumento, a proposta contemplaria o referido princípio, pois, dentro dessa perspectiva, o objetivo seria o de estabelecer relações entre duas teorias que convivem em um mesmo *clima de opinião*, apontando possíveis divergências e convergências entre elas, ampliando, com isso, a visão crítica do documento (BASTOS E PALMA, 2008, p.16). Este trabalho, por considerar que a teoria que o embasa é atual, não considerará o princípio da *adequação*.

Nesse sentido, a Historiografia do Tempo Presente baseia seu estudo no passado sem que este seja tomado como mero registro histórico, fixando a pesquisa historiográfica em conhecimentos racionais e análises críticas.

Destarte, passa-se às bases metodológicas que nortearão este trabalho, apresentadas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Para Swiggers (2009), metodologicamente, um trabalho historiográfico requer plena consciência, por parte do historiógrafo, de vários parâmetros que afetam esse trabalho (SWIGGERS, 2009, p.70).

Neste capítulo, serão explicitados os métodos e os procedimentos que conduziram a pesquisa, procurando, com isso, justificar as opções feitas no desenvolver do trabalho. Além disso, serão apresentados os princípios e parâmetros metodológicos específicos da HL, proposto por Koerner (2014b).

3.1 Procedimento metodológico

A seleção das fontes deu-se em momentos distintos da pesquisa. Primeiro selecionou-se a fonte primária, a *GPPB*. Os critérios utilizados pela pesquisadora para a eleição da referida gramática podem ser assim sumarizados: i) a *GPPB* é uma gramática brasileira contemporânea do português, que compõe o rol de gramáticas monoautorais produzidas no século XXI; ii) foi escrita por um autor/gramático/linguista que possui representatividade no cenário nacional atual; iii) é um projeto que engloba pesquisas linguísticas; iv) apresenta um visão distinta de outras gramáticas igualmente produzidas nesse período sobre a origem histórica da língua portuguesa; v) não consta nos repositórios institucionais das maiores universidades do Brasil, até a elaboração desta pesquisa, nenhuma dissertação ou tese que analise o tópico da origem histórica da língua portuguesa na referida gramática²⁵.

A seleção das fontes secundárias deu-se por uma necessidade inerente aos objetivos da pesquisa, qual seja: comparar as ideias sobre a origem da língua portuguesa propagadas pela *GPPB* em contraposição às ideias difundidas pela tradição de pesquisa na Linguística Histórica. Após um levantamento prévio, optou-se por selecionar autores das áreas de Filologia e Linguística Histórica que houvessem produzido materiais que versassem sobre a origem da língua portuguesa, cujas obras tivessem adquirido representatividade na época de suas publicações e/ou continuassem a influenciar os estudos históricos hodiernos. São eles:

²⁵ A tese defendida por Vieira (2015) propõe-se a analisar gramáticas brasileiras contemporâneas do português, e contempla a *GPPB* de Bagno, no entanto, não discorre sobre o tópico analisado nesta dissertação. VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização*. 2015. 476f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

Said Ali (1908/2008²⁶) - *Dificuldades da língua portuguesa*; Silva Neto (1938/1946) - *Fontes do latim vulgar: o apêndix probi*; Bueno (1955/1967) - *A formação histórica da língua portuguesa*; Maurer Jr. (1962) - *O problema do latim vulgar*; Elia (1974/1979) - *Preparação à linguística românica*; Bassetto (2001) - *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*; Mattos e Silva (2006) - *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*; Basso e Gonçalves (2014) - *História concisa da língua portuguesa*; Faraco (2016) - *História sociopolítica da língua portuguesa*.

Posteriormente à eleição das fontes primárias e secundárias, e, após os primeiros contatos com os textos, surgiu o interesse em catalogar todas as outras obras do autor da gramática selecionada, tendo em vista ser uma prerrogativa de suas obras o interesse por assuntos históricos, a fim de comparar o posicionamento do autor nessas obras em relação às ideias difundidas na *GPPB*. A sistemática adotada foi a de separar as obras de caráter linguístico e que fossem produzidas apenas por Bagno. Selecionou-se, para tanto, doze obras do referido autor, quais sejam: *A Língua de Eulália: novela sociolinguística* (1997/2006); *Pesquisa na escola: o que é, como se faz* (1998/2010a)²⁷; *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (1999/2007a); *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social* (2000); *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa* (2001/2004); *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira* (2003); *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística* (2007b); *Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro* (2009a); *Gramática: passado, presente e futuro* (2009b); *Gramática, pra que te quero? os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português* (2010b); *Sete erros aos quatro ventos: a variação no ensino de português* (2013); *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii* (2014a).

Quantitativamente, chegou-se a um número de 22 fontes (1 fonte primária e 21 fontes secundárias).

Em seguida a isso, buscou-se nas obras trechos que evidenciassem a perspectiva de cada autor sobre a origem da língua portuguesa. Finalizada esta etapa, passou-se à catalogação de excertos em todas as fontes selecionadas, primária e secundárias. Estes foram dispostos em quadros separados, seguindo uma organização por categoria, quais sejam: i) quadro dos autores e das obras intitulados da “tradição”; ii) quadro das obras de Bagno. Ainda sobre as

²⁶ Tendo em vista a importância da datação das fontes para um estudo historiográfico e, muitas vezes, da dificuldade de acesso às primeiras edições das fontes selecionadas para a pesquisa, far-se-á, nesta dissertação, a partir desta citação e no decorrer de todo o texto, no caso de obras antigas e/ou reeditadas, a citação primeiro da data da publicação original seguida da data da edição consultada.

²⁷ Ver nota de rodapé 3.

fontes, optou-se por analisá-las em tópicos distintos no texto, dada a importância de cada uma, e, principalmente, para que houvesse uma uniformização entre elas, buscando uma maior clareza na análise dos dados selecionados.

Realizada a etapa, foram feitas em cada seção considerações gerais de natureza qualitativa, destacando a posição de cada autor. Ao fim dessas considerações, foram feitas outras considerações de caráter comparativo, buscando o confronto das informações de todas as fontes, primárias e secundárias.

Passada essa etapa, foram desenvolvidos os princípios que orientam teórica e metodologicamente uma pesquisa na área de Historiografia Linguística, explicitados na sequência, bem como as bases teóricas, as questões filosóficas que envolvem a abordagem historiográfica, as dimensões externas e internas da pesquisa, as *influências*, a *retórica do autor* e a delimitação da pesquisa dentro do aporte teórico da Historiografia do Tempo Presente.

Ao fim de todas essas etapas, foi feita uma entrevista com o autor, Marcos Bagno, no dia 18/06/2016, com duração de 1:38:43h, no salão do Hotel Uchôa, na cidade de Teresina/Pi, buscando, assim, informações de cunho pessoal e profissional que auxiliassem a pesquisadora tanto na composição da biografia do autor, quanto na composição da contextualização social da obra.

Feitas essas primeiras considerações metodológicas, passa-se, no próximo subtópico, aos parâmetros metodológicos específicos da Historiografia Linguística usados na pesquisa.

3.2 Princípios e parâmetros metodológicos da Historiografia Linguística

Koerner, no que diz respeito à metodologia, levanta algumas questões sobre a complexidade e extensão de assuntos com os quais historiógrafos da linguística se deparam, dentre elas, a de que “a historiografia linguística – está ainda longe de ter um quadro prático de conduta de investigação estabelecido e suficientemente amplo” (KOERNER, 2014b, p.57).

Koerner (2014b), diante do problema do uso da metalinguagem pelo historiógrafo da linguística, desenvolveu princípios de investigação e procedimentos metodológicos para o trabalho em Historiografia Linguística. O autor, em texto sobre as *Questões que persistem em historiografia linguística*, alerta sobre a dificuldade, por parte do historiógrafo, de lidar com conceitos que, em muitos casos, não apresentam unanimidade com relação ao seu sentido e aplicação. Ademais, para o autor, a solução para possíveis problemas com a linguagem

técnica, bem como com outras questões para além da metalinguística, estaria na adoção de três princípios (*contextualização*, *imanência* e *adequação*) que, segundo ele, deveriam ter uma aplicação mais ampla na HL.

No entanto, pelo fato de esta pesquisa voltar-se para uma Historiografia do Tempo Presente, e como já explicitado no subtópico 2.6, o terceiro princípio proposto por Koerner, da *adequação*, não será contemplado nas análises, de modo que seguem explicitados os princípios da *contextualização* e da *imanência*, adotados nesta dissertação:

1- Princípio de *contextualização*, no qual o historiógrafo da linguística precisa inteirar-se da situação sócio-política e econômica que faz parte do contexto vivenciado pelos estudiosos em análise, bem como da atmosfera intelectual que os circundam, para, dessa forma, traçar adequadamente o percurso de surgimento ou ressurgimento de dadas concepções linguísticas. De outro modo, sua reconstrução histórica perderia validade. Esse princípio deve contemplar o conceito que o autor, baseado em Becker (1971), propõe sobre “*clima de opinião*”.

2- Princípio de *imanência*, com o qual se observam a obra, a escola e o autor em seu recorte histórico e intelectual, analisando o pensamento linguístico tal como ele se define, buscando uma fidelidade ao conteúdo do trabalho. Há, na opinião de Koerner, que se fazer um esforço no sentido de estabelecer um entendimento completo (histórico, crítico e filológico) do texto linguístico em questão.

Em linhas gerais, Koerner, na tentativa de desenvolver princípios que auxiliem o linguista moderno, deixa claro que a aplicação de sua proposta evitaria distorções das ideias e das intenções de linguistas, filólogos e gramáticos, e segue afirmando que “propor ao historiógrafo da linguística os três princípios acima referidos não implica que não possa haver outros interesses legítimos nas teorias do passado” (KOERNER, 2014b, p. 59).

Feitas as considerações, em face das delimitações metodológicas pontuadas, prossegue-se, no próximo capítulo, à análise do contexto de produção e recepção da gramática aqui analisada.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE EXTERNA: PRINCÍPIOS E ASPECTOS CONTEXTUAIS GERAIS

4.1 Contexto de produção e recepção

Neste capítulo, de forma geral, será feita uma contextualização (social, política, econômica, educacional, biográfica e histórica), contemplando, assim, o princípio proposto por Koerner (2014b), o da *contextualização*, em que se busca organizar as informações de modo a melhor entender como e sob que momento histórico firmaram-se as principais ideias linguísticas no autor da gramática estudada.

Em um primeiro momento, serão apresentadas informações sobre os contextos político, social e econômico do Brasil, no período de 1970 a 2010. O recorte temporal dá-se, especificamente, por compreender o período em que o autor já travava contato com leituras que, posteriormente, o influenciariam em seus posicionamentos enquanto escritor, até a publicação da primeira edição da *GPPB*. Buscar-se-á apresentar um panorama sobre a educação, nesse mesmo recorte de tempo, além de uma tentativa de recompor, para tanto, o *clima de opinião intelectual* geral do período em questão. A pesquisa toma por base textos sobre a História do Brasil e a História da educação no Brasil, cultura, linguística etc. Na sequência, serão feitas considerações acerca da produção gramaticográfica brasileira no século XXI.

Em um segundo momento, serão sistematizadas informações sobre Bagno e a *GPPB*. Em seguida, far-se-á uma breve contextualização sobre a formação dos territórios galego e português e sobre os autores que compõem o que nesta pesquisa se denominou de *tradição* nos estudos históricos sobre a língua portuguesa.

A reconstrução desse contexto visa estabelecer um horizonte que fundamente as análises feitas no capítulo 5.

4.1.1 O Brasil nos séculos XX e XXI: transformações na política, na sociedade e na economia dos anos de 1970 a 2010

As décadas de 1970, 1980, 1990 e os anos 2000 são importantes para o Brasil porque marcam a história do país a partir de mudanças nas estruturas políticas, sociais e econômicas. O Brasil experimentou momentos históricos que marcaram a população e todas as suas

instituições. De modo que se sai de um momento histórico de intensa ditadura para um período de volta da redemocratização do país. Entretanto, é preciso caracterizar alguns desses momentos, mesmo que de forma breve, no intuito de entender como essas mudanças influenciaram o século XXI.

Os anos de 1970 coincidem com os anos de maior repressão no país, período da ditadura militar, marcado por intensa coibição, controle de informação e desenvolvimento econômico do país. A conjuntura da época era focada na continuidade do poder político e econômico nas mãos de generais que exerciam seus poderes na Presidência da República.

A economia do país, nesse período, mesmo diante do quadro de repressão, passou por um crescimento acelerado, marcando a época como o período do “milagre econômico brasileiro”, em que houve grandes lucros na Bolsa de Valores, intensificação na produção da indústria automobilística e na construção civil. No entanto, como afirmam Schwarcz e Starling (2015), o crescimento da economia, desencadeado pelo “milagre”, “teve um preço”, pago pela sociedade, a qual sofreu com o aumento dos impostos e com a concentração da renda na “mão” de poucos.

Ademais, o medo imperava no período da ditadura e a população sofria com um governo arbitrário e violento, que reprimia a oposição, perseguindo, prendendo, torturando e matando adversários políticos. O clima que abrangia o Brasil, como um todo, era de submissão, de restrições da liberdade e de exploração econômica.

Diante desse cenário, a economia do país, consoante Fausto (1995), notabilizava-se, no contexto mundial, “por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo” (FAUSTO, 1995, p.487).

A censura a jornais, revistas, programas de rádio e de televisão, livros e a tantas outras formas de expressão marcou esse período. Para Schwarcz e Starling (2015), “O governo dos militares carregava consigo uma proposta de silêncio” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p. 464) e a ideia por trás dessa política era controlar toda a produção e circulação de bens culturais no país por meio de repressão política. Obras eram retiradas de exposições, artistas exilados, intelectuais vigiados e professores universitários eram forçados à aposentadoria (*ibid.*, p.464).

Na virada dos anos de 1970 para os anos de 1980, a situação do país aparentemente começava a tomar novos rumos, período em que se iniciaram as suspensões de cassações

políticas, de prisões arbitrárias e da censura. A sociedade civil passou, então, a se organizar e a promover mudanças.

No entanto, a mudança de governo e a implantação de novas políticas que davam início à nova democracia que se instaurava no país não foram suficientes para mudar o clima instalado no país que ainda era, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), um clima de “muita frustração e pouca novidade” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p. 487), isso porque, ainda com as autoras, o novo presidente eleito parecia manter velhas práticas de outros políticos brasileiros, como: “inadaptação às regras democráticas, convicção de estar acima da lei, incapacidade de distinguir o público do privado, e uso do poder para conseguir empregos, contratos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela” (*ibid.*, p. 487).

De acordo com E. Vieira (2015), “Os anos de 1980 retratam os melhores e mais contagiantes momentos da luta popular pela conquista de uma sociedade livre no Brasil e de um Estado capaz de submeter-se ao controle social da administração pública” (VIEIRA, E., 2015, p. 399), sendo o ponto culminante dessa luta popular a campanha pelas “Diretas Já!”.

O regime militar marcou-se, na história do Brasil, como um período em que nos setores políticos e econômicos o que prevaleceu foi a forte presença do Estado, além de ser um regime que rompeu claramente com as práticas populistas dos governos anteriores. Depois de 21 anos de regime militar, seu fim marca-se na história do Brasil como um período de retomada da democracia, ainda que sob a herança de uma ditadura.

A promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988 tinha a função de por fim à ditadura e afirmar a democracia no país, criando instituições democráticas sólidas e reconhecendo os direitos e a liberdade dos brasileiros. Sua promulgação iniciou um momento de manutenção das liberdades e de estabilidade das instituições democráticas. O país já não se encontrava mais em um período de ditadura e a democracia efetivara-se através das eleições diretas. No entanto, sérias crises ainda afetavam os brasileiros e suas instituições, de modo que todo esse clima que assolava o país parecia espriar-se como algo que auxiliaria na promoção de transformações na sociedade como um todo.

Após anos de ditadura, a população retomou seus direitos civis e, insatisfeita com a atual conjuntura do país, elegeu pelo voto direto Fernando Collor, que disputara a campanha com Luiz Inácio Lula da Silva, e que tinha, como proposta, modernizar o Brasil, acabar com a corrupção e com as vantagens dos “marajás”, funcionários públicos com autos cargos e

salários. No entanto, o plano do governo Collor não conseguiu cumprir suas metas e o país novamente passava por uma outra crise.

Logo que a sociedade percebeu que o país estava imerso em corrupção, voltou às ruas protestando a favor do *Impeachment* de Collor, o qual foi julgado e afastado provisoriamente até renunciar, assumindo em seu lugar, Itamar Franco, seu vice-presidente, que, diante da situação do país e com a ajuda de seu Ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implantou o Plano Real, moeda que ajudou o país a frear a inflação até então incontrolável e que aumentou o poder aquisitivo da população.

A mudança de governo, porém, resultou em alterações econômicas e sociais para o Brasil. O período de 1990, apesar de ainda contar com uma situação ruim para o país em relação às altas taxas de desemprego e da inflação que atingia violentamente a população mais pobre, configurou-se como um momento de reformas, cujo principal objetivo era estabilização do país. Para Schwarcz e Starling (2015), foi no governo de Fernando Henrique que o país passou a crescer, sendo o primeiro presidente a implantar programas de distribuição direta de renda, criando, para tanto, programas sociais.

Em contrapartida, o segundo governo do então presidente FHC sofreu com uma grande desvalorização do real diante do dólar, marcado, também, por fortes indícios de corrupção, o que afetou diretamente no crescimento do país e provocou um agravamento da recessão econômica, aumentando o desemprego e a inflação, diminuindo os investimentos em setores de infraestrutura etc. Essa situação de desestabilidade do país foi fator fundamental para a queda da popularidade de Fernando Henrique e, concomitantemente, para a impulsão da candidatura de Lula, em 2002, o qual foi eleito Presidente da República.

Nesse momento, a questão mais importante no país era a estabilidade da economia e o controle da inflação. Sua candidatura foi marcada pelo forte apoio das classes populares e o clima era de expectativa de possíveis mudanças na condução do novo governo. Na economia, o governo manteve a política dos governos anteriores, baseada na elevação de juros, assegurando uma estabilidade econômica e o controle da inflação (SCHWARCZ E STARLING, 2015). O país avançou, mas, ao mesmo tempo, vivenciou grandes esquemas de corrupção. Na época, o que mais repercutiu na sociedade ficou conhecido como “mensalão”²⁸, que envolvia políticos do PT.

Significativas mudanças ocorreram na macroeconomia do país e, para E. Vieira (2015), “O governo petista de Lula encontrava-se em momento propício ao desenvolvimento

²⁸ O mensalão consistia em um pagamento mensal a deputados de vários partidos em troca de apoio parlamentar ao governo.

econômico e social” (VIEIRA, E., 2015, p. 789) e, ainda com o autor, pesquisas do IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística) apontavam que o Brasil seguia melhorando a renda com o aumento do emprego formal e o consumismo.

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff venceu seu adversário José Serra, do PSDB, e chegou à presidência com uma proposta desenvolvimentista para o país, de crescimento econômico, renovação nas políticas educacionais, controle da inflação, erradicação da miséria no país etc., no entanto, seu governo marcou-se por diversas críticas em vários setores.

Para Pochmann (2007), “Do final da ditadura militar, em 1985, aos dias atuais, o Brasil consolidou o mais longo período de continuidade do regime democrático” (POCHMANN, 2007, p. 31). A democracia garantiu valores subtraídos dos brasileiros no período militar, como: liberdade política, igualdade dos cidadãos e respeito aos direitos civis. Nesse período, o Brasil mudou e avançou em questões públicas e privadas, mas é certo também que o país acumula, na sua história, fortes evidências de corrupção, o que dificulta o crescimento e enfraquece as políticas públicas.

O fato é que os indicadores apontam significativas melhoras, porém, como bem explicam Schwarz e Starling (2015), “A miséria se mantém assolando importante parcela da população, e, a despeito dos tantos progressos realizados, continuamos apresentando índices que nos colocam entre os países campeões no quesito desigualdade social” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.507).

Da ditadura militar até as primeiras décadas do século XXI, o contexto político, econômico e social do Brasil é de mudanças, retomada e consolidação do regime democrático. O próximo subtópico versará sobre o contexto educacional nesse período.

4.1.2 A educação no Brasil

Feita essa contextualização inicial sobre a política, a economia e a sociedade brasileira, empreende-se, neste subtópico, uma breve contextualização sobre as relações entre o Estado e a Educação no Brasil, no período de 1970 a 2010, no intuito de observar com mais cuidado como eventuais mudanças na política, economia e sociedade refletiram na educação brasileira do final do século XX e início do século XXI.

Nesse sentido, busca-se colocar em evidência as políticas educacionais, assegurando a importância desse exame contextual para o entendimento das vicissitudes que ocorreram na educação, das ideologias que as embasaram, bem como da influência resultante do nosso

processo histórico que, porventura, se verifique na vida e obra do autor da gramática em análise.

A educação ganha importância no sentido de ser fator fundamental para o processo de desenvolvimento de um país e por atingir milhões de pessoas de todas as faixas etárias - crianças, adolescentes e adultos - e de todas as classes sociais. Nos anos de 1964, o país sofreu um golpe de Estado em que uma união civil e militar retirou da presidência João Goulart, representando, com este ato, o fim da democracia populista de então.

O golpe representou a ascensão de uma burguesia composta por militares, intelectuais e grandes empresários que assumiram o poder do Estado por 21 anos, e que, por sua vez, foram responsáveis pelas medidas que regiam a economia, a política, a sociedade e as políticas educacionais, como já foi citado no subtópico anterior.

Livre de qualquer controle, social, político etc., o Estado passou ao mais alto grau de autonomia e instaurou o terror por meio de prisões, torturas, censura à imprensa, à cultura e à educação. As dificuldades para quem queria estudar ou pesquisar com liberdade eram enormes. Professores, alunos e funcionários, de todos os níveis de ensino, viviam amedrontados com delatores infiltrados nas instituições e dentro das salas de aula (MOTTA, 2014, p. 202). Não havia liberdade na organização dos programas de disciplinas, que passavam por uma triagem feita pelos órgãos de segurança, os quais buscavam obras “subversivas”, limitando, assim, o espaço acadêmico e promovendo a face autoritária do Estado.

Ainda nesse período, o Estado, tendo em vista o grande desenvolvimento da área econômica, passou a realizar reformas educacionais no Ensino Superior (1968) e nos Ensinos Primário e Médio (1971). As consequências da intervenção do Estado nas políticas educacionais foram profundas. No Brasil, de acordo com E. Vieira (2015), “A inspiração das Reformas Educacionais aqui realizadas estava na nova opção da política econômica, aberta inteiramente aos investimentos estrangeiros (VIEIRA, E., 2015, p. 312), assim, acordos feitos entre o MEC e a USAID – agência do governo americano - introduziram, segundo Germano (1990), “a necessidade de hierarquia e autoridade, e, além disso, enfatizava a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, enfatizando, assim, a questão da privatização do ensino” (GERMANO, 1990, p. 163).

As reformas na educação propostas nos primeiros anos do regime ditatorial seguiam os interesses das classes dirigentes e os resultados não foram favoráveis. O Ministério da Educação e Cultura diminuiu o orçamento federal, as vagas no ensino superior eram pagas, o

número de analfabetos aumentava e a educação era encarada com algo secundário pelo Estado (VIEIRA, E., 2015).

A conjuntura dos anos de 1970 aponta o crescimento do ensino superior particular e dos programas de pós-graduação, ao passo em que não eram feitos investimentos e nem aumentadas as vagas nas universidades públicas e gratuitas.

Segundo Germano (1990), as reformas educacionais tinham o objetivo de desmobilizar os movimentos estudantis que se opusessem ao regime, à medida que preparassem os jovens para servir o Brasil, estabelecesse relação direta entre a educação e o mercado de trabalho, privatizasse e racionalizasse o ensino, institucionalizasse a Educação Moral e Cívica, que retirou do currículo as disciplinas de filosofia, sociologia etc. e profissionalizasse o Ensino Médio. A educação serviria aos propósitos do mercado e aos interesses do Estado (intelectuais, empresários e militares).

A conjuntura educacional dos anos de 1970 apresentava-se, à exceção da mobilização de vários setores para o aumento das verbas para a educação, como nos anos anteriores, de qualidade duvidosa, elitista e que visava à segregação de classes.

A promulgação das leis 4024/61, 5540/68 e 5692/71 visava regularizar os ensinos fundamental, médio e superior. O Ministério da Educação até o ano de 1961, data em que se tem a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)²⁹, possuía um sistema educacional centralizado, assim, o mesmo modelo era seguido por todos os estados e municípios³⁰.

Na década de 1960, além da aprovação da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), foi criado o salário educação³¹ e implantada reforma universitária, de 1968, o que possibilitou a formalização de um modelo único para as universidades, representando avanços na educação superior. Após a implantação da LDB de 1961, os órgãos estaduais e municipais passaram a ter mais autonomia, diminuindo, com isso, a centralização do MEC (Ministério da Educação e Cultura)³².

²⁹ A lei de Diretrizes e Bases da Educação define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios da Constituição.

³⁰ Informações retiradas do portal do Ministério da Educação. <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=2>>. Acesso em: 04/06/2016.

³¹ Fonte de recurso para a educação básica brasileira (escola primária), proveniente das empresas particulares.

³² De 1930 até 1953, os assuntos ligados à educação, saúde, esporte e meio ambiente faziam parte de um grande e único órgão, Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1953, com autonomia dada ao Ministério da Saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, representado pela sigla MEC. No ano de 1985, o governo cria o Ministério da Cultura e uma lei, de 1992, transforma o MEC em Ministério da Educação e do Desporto. Somente em 1995, o MEC passa a ser responsável somente pela área da educação. Mais informações ver sítio do Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=2>. Acesso em 04/06/2016.

Assim, o contexto em que a primeira LDB, 1961, surge coincide com o período de desenvolvimento da industrialização do país em que se deu uma mudança do cenário rural para o urbano, causando uma superconcentração de pessoas na zona urbana das grandes cidades.

A LDB reconhecia um sistema de ensino obrigatório dos sete aos quatorze anos, o que legitimava o ensino de 1º e 2º graus e buscava uma reforma universitária. Isto causou algumas dificuldades, sobretudo, porque os currículos voltavam-se para a preparação mecanicista do educando, com conteúdos e disciplinas a serem trabalhados nos programas escolares relacionados à lógica da ideologia da Segurança Nacional. A implantação da LDB, especificamente sobre a relação sistema educacional e ensino, não elevou o quadro educacional do país, de modo que não foi possível mudá-lo e, conseqüentemente, não acarretou, como se esperava, o desenvolvimento deste. O modelo de escola dos governos militares não buscava a formação crítica e, como dizem Frigotto e Ciavatta (2011, p.624),

Foi ao longo da ditadura, no Brasil, que se introduziu e se assimilou, de forma submissa, a ideologia do capital humano, formulada por Schultz (1973), e sob sua égide se efetivaram as reformas educacionais da pré-escola à pós-graduação. Tal noção, embora reduza a educação de direito social e subjetivo a um fetiche mercantil, ainda tem como referência a integração na sociedade e a ideia de pleno emprego.

O modelo curricular e a ideologia pautavam-se no “capital humano” que buscava aproximar a lógica de produção com o sistema educacional, dessa forma, a educação serviria às lógicas do mercado que se subordinava aos regimentos políticos da indústria nacional e internacional.

Zibas (2005) lembra que o sistema de ensino primário que vigorou no Brasil até o período pré-militar pautava-se no ideal da escola republicana francesa do século XIX, cujos objetivos tencionavam a racionalidade e o sentimento de unidade, no entanto,

Foi a ampliação do acesso ao ensino secundário que concentrou a resistência dos setores conservadores, colocando a nu uma área de profundos conflitos, cujos desdobramentos ficam evidentes ao longo da história do ensino médio, estando hoje muito presentes na crueza do embate político-ideológico que permeia a recente reforma (ZIBAS, 2005, p.1068).

Um ensino público que atingisse todos os expoentes da sociedade não interessava à elite, que defendia o ensino secundário privado. O modelo francês valorizava o ensino dos

“liceus”, destinados à transmissão da cultura greco-romana às elites e, em contrapartida, desvalorizava o ensino técnico-profissional.

As décadas de 1960 e 1970 rompem com esse ideário de ensino e, por questões político-ideológicas e, influenciados por conselheiros de agências internacionais, passam a defender e estabelecer fins práticos ao ensino médio, ao passo que o ensino superior era destinado às elites. Para Zibas (2005), “Essa focalização no mercado parecia “cair como uma luva” para a solução do problema criado pela crescente pressão à expansão de vagas nas universidades públicas, pressão exercida, na época, por setores médios até então alijados do ensino superior” (ZIBAS, 2005, p.1070).

Seria somente depois de vinte e um anos, após terríveis e implacáveis anos de ditadura, quando se iniciaram as aberturas políticas e as discussões públicas sobre aspectos sociopolíticos do Brasil, que a qualidade do ensino e a segurança nas escolas passaram a ser, ao menos no discurso, princípios relevantes ao governo.

Nesse período, o Estado propôs um projeto de promoção da educação básica como sendo direito de todos e de responsabilidade do governo e da sociedade, buscando, como fim, a universalização do ensino.

De acordo E. Vieira (2015), o ministro da Educação, Marco Marciel, divulgou um projeto para o ensino de 1º e 2º graus, em que o próprio título “Educação Para Todos: Caminho Para Mudanças” já antecipava uma ruptura com o sistema educacional que perdurou até o fim da ditadura. Tal projeto mobilizou, ainda com o autor, um investimento de 2,9 trilhões de cruzeiros, fato incomum nos governos anteriores e, como consequência, foram aprovadas diversas emendas, dentre elas a chamada *Emenda Calmon*, criada em 1969, mas tornada obrigatória apenas no ano de 1985, que prescrevia os gastos que deveriam ser destinados à educação, assim, a União deveria aplicar nunca menos de 13% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 1º, § 4º do art. 176 da Constituição Federal)³³. A emenda sancionada pelo presidente Sarney marcou seu governo com os projetos de *Educação para todos*, voltado para o ensino básico, e *Nova Universidade*, voltado para incentivar o ensino e a pesquisa (VIEIRA, E., 2015).

Nas universidades, especificamente nos cursos de Letras, é nesse período que os linguistas brasileiros passam a divulgar e consolidar a Linguística no Brasil. Castilho (2007) reconhece que “Em 1963, o Conselho Federal de Educação reformulou o currículo mínimo de

³³ Informações retiradas do sítio: <http://www.soleis.adv.br/emendacalmon.htm>. Acesso em 08/06/2016.

Letras, instituindo a Linguística como disciplina obrigatória” (CASTILHO, 2007, p. 230). Logo após esse período, foram incentivados, nas maiores universidades, cursos intensivos de emergência para preparação de profissionais, que contavam com o auxílio de agências de fomento para a concessão de bolsas de estudos no exterior.

As consequências mais imediatas foram a criação de sociedades científicas e de revistas especializadas no conhecimento da realidade linguística brasileira.

Os linguistas passaram, então, a desenvolver pesquisas para o desenvolvimento da cultura nacional e, ainda com Castilho (2007), “sem descuidar de sua formação teórica, eles passaram a buscar assunto para suas pesquisas nas centenas de línguas indígenas brasileiras, na variedade do português brasileiro e nas diversas situações de contato linguístico” (*ibid.*, p. 231). Como exemplos de obras produzidas nesse período, que conferiram importância à nossa cultura linguística, o autor apresenta: *Dicionário gramatical de verbos* e *Dicionário de usos do português do Brasil*, de Francisco da Silva Borba, *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves e *Gramática do português falado*, de Ataliba Teixeira de Castilho.

Ainda sobre esse período, é interessante observar o surgimento de grandes projetos coletivos. Como afirma Lucchesi (2015), é por volta da década de 1970 que se formou “o primeiro grande projeto coletivo de pesquisa sociolinguística do Brasil, o Projeto da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto Nurc)” (LUCCHESI, 2015, p.155).

As consequências de tantas mudanças nos paradigmas educacionais e na mentalidade dos brasileiros, seja na educação básica ou no ensino superior, foram imensas.

De acordo com Mattos e Silva (2004), foram nos anos de 1980 que a “questão da ‘crise da língua portuguesa’ no Brasil alcança os meios de comunicação, sobretudo os jornais” (MATTOS E SILVA, 2004, p.118), propiciadas pelas discussões sobre ensino, educação, aprendizagem e sobre o “mau uso” da língua portuguesa. Segundo a autora, esses debates oportunizaram a constituição de uma Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Materna do Ministério da Educação. Tal Comissão era formada por ilustres nomes de especialistas em linguística e literatura: Abgar Renaut (presidente), Antônio Houaiss, Celso Cunha, Fábio Lucas, João Wanderley Geraldi, Magda Becker Soares, Nelly Medeiros de Carvalho e Raymundo Jurandy Wangam (MATTOS E SILVA, 2004, p.119).

No conjunto das políticas educacionais, ainda com a autora, é nesse período que “inicia-se a implementação da política educacional da quantidade” (*ibid.*, p.100), assim, com

milhares de crianças frequentando as escolas públicas, tinha-se a falsa ideia de que a educação havia se democratizado.

Soares (2007), por seu turno, afirma que os anos 1980 marcam o início de uma fase na qual “verdadeiras mudanças de paradigmas alteraram de modo radical a concepção de como a criança se insere no mundo da escrita e, conseqüentemente, de como se deve orientar essa inserção” (SOARES, 2007, p.99). Para a autora, são três os paradigmas que fundamentam essas mudanças, quais sejam:

[...] a chegada ao Brasil de uma nova teoria do desenvolvimento da criança, em seu processo de aprendizagem da língua escrita – a psicogênese da língua escrita, inadequadamente nomeada, entre nós, *construtivismo*; uma reconfiguração do conceito de alfabetização, com o surgimento do conceito de *letramento*; novas concepções sobre a língua escrita como objeto de conhecimento da criança, pelas contribuições de ciências linguísticas que, a partir dos anos 1980, assumiram a alfabetização como seu tema de pesquisa, juntando-se à Pedagogia que, até então, era a única área de conhecimento a considerar a aprendizagem inicial da língua escrita como um objeto de estudo (SOARES, 2007, p.99).

O reconhecimento desses paradigmas, conforme a autora supra, implica movimentos aparentemente contraditórios de mudança e aceitação e, até mesmo, de resistência. Na década de 1980, as reflexões desenvolviam-se em um clima de mudança de paradigmas das concepções de ensino e de aprendizagem da língua escrita que se viam diante de resultados que comprovavam o fracasso escolar, nas áreas de leitura e escrita. Soares (2007) lembra que é nesse período que se multiplica o interesse dos pesquisadores por essa área de estudo e a divulgação de artigos, livros, relatórios de pesquisa nas áreas de Linguística, Sociolinguística, Psicolinguística, Linguística Textual, Análise do Discurso e sobre o sistema de leitura e escrita e suas interfaces.

No entanto, apesar do quadro positivo em relação ao surgimento de pesquisas voltadas para a área da educação e dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de projetos e programas do Ministério da Educação, o sistema educacional contava com um alto número de crianças fora das escolas, altas taxas de analfabetismo, de modo que o país possuía cerca de 25,9% de analfabetos acima de 15 anos, de acordo com dados do IBGE³⁴ e os docentes, ainda, reivindicavam melhores condições de trabalho e melhores salários. As greves de professores eram rotineiras nas escolas públicas e o crescimento do número de escolas não significou o aumento na qualidade do ensino, pois as escolas apresentavam altos índices de

³⁴ Dados retirados do *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, organizado pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003.

evasão e repetência, reforçados pela falta de condições econômicas dos alunos para a permanência nela.

As universidades ainda sofriam os efeitos da intervenção da ditadura militar, em que a Reforma Universitária limitou os investimentos por parte do governo nas instituições e nas pesquisas, promovendo a expansão do ensino superior privado e um cenário carente de melhores recursos materiais e humanos.

No governo FHC, ocorreram importantes mudanças na educação brasileira. Foram criadas emendas constitucionais, que deixavam claras as responsabilidades de cada instância do governo³⁵, e promulgada a nova LDB, de 1996.

O projeto de reforma da política educacional de FHC contou com investimentos econômicos que auxiliavam as famílias cujas crianças se encontravam afastadas da escola. Desses, destacam-se os programas da Merenda Escolar, de distribuição de livros didáticos a crianças da 1º à 4º série do ensino fundamental e o Bolsa-Escola, que possibilitava o acesso à escola para famílias pobres.

No entanto, todos esses investimentos não foram suficientes para que uma ruptura no quadro geral da educação ocorresse, ou seja, que transformasse, de fato, a qualidade do ensino, principalmente, da rede pública. O país continuava com graves problemas de desigualdade regional, má qualidade da formação dos professores e do ensino de modo geral. Para E. Vieira (2015), o governo FHC conseguiu o impensável uma “descomunal quantidade de escolarizados analfabetos, que não sabem sequer anotar números (nem se diga ler e escrever); ou a colossal quantidade de pós-graduandos que não leem ou escrevem corretamente; ou a luxuriante mercancia nas escolas e universidades” (VIEIRA, E.,2015, p.670).

Sobre isso, Bagno (2011) afirma, baseado em pesquisas realizadas pelo Inaf (Instituto de Alfabetismo Funcional), que a população brasileira, atualmente, ainda apresenta níveis muito baixos de letramento, isto é, “75% da população entre 14 e 64 anos de idade é incapaz de ler e compreender um texto de dificuldade mediana” (BAGNO, 2011, p. 21). Para o autor,

³⁵ Das reformas, a educação infantil passou a ser de responsabilidade exclusiva dos municípios, o ensino médio de responsabilidade dos Estados e o ensino fundamental de responsabilidade das duas instâncias. Em relação ao ensino fundamental, foi criada a emenda constitucional que gerou um Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O fundo garantiu a transferência de impostos específicos para o bom funcionamento do ensino fundamental, promoveu um aumento, a longo prazo, no salário dos professores e aumentou o número de matrículas do ensino fundamental. As informações sobre as reformas efetuadas pela LDB de 1996 foram retiradas do *Manual de orientação - FUNDEF*, disponível no portal do MEC. Sítio: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf>. Acesso em 11/08/2016.

isso é reflexo da má formação docente que, no Brasil, “é reconhecidamente falha e precária” (BAGNO, 2011, p.14).

Os governos sucessores, em linhas gerais, buscaram a promoção do plano educacional, assegurando o direito a uma educação democrática. Gentili e Oliveira (2013) ressaltam que das iniciativas tomadas pelo governo Lula aparecem em destaque: a ampliação da obrigatoriedade escolar³⁶, a instituição do piso salarial profissional nacional, por meio da lei 11.738/2008, que obrigava os estados e municípios a pagar um valor mínimo aos que atuam na educação básica pública, e a democratização do ensino superior, para o qual foram criados programas de acesso.

O governo Dilma Rousseff deu continuidade aos programas educacionais do ex-presidente Lula, sobretudo em relação à democratização do ensino superior e seu governo voltou-se, principalmente, para a profissionalização do ensino médio, que contou com a implantação de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entretanto, apesar de altos investimentos e de avanços na educação nos últimos vinte anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta que, no ano 2014, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,3% da população, correspondendo a aproximadamente de 13,2 milhões de pessoas analfabetas, como pode ser constatado na tabela infra:

Tabela 1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2007/2014

Por sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Homens	10,4	10,2	9,8	8,8	9,0	8,8	8,6
Total	10,1	10,0	9,7	8,6	8,7	8,5	8,3
Mulheres	9,9	9,8	9,6	8,4	8,4	8,2	7,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014.

³⁶ A Emenda Constitucional nº 59, de 2009, alterou os artigos 208, 211, 212 e 214 da Constituição Federal e estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para indivíduos de quatro a dezessete anos de idade, assegurando oferta àqueles que não tiveram acesso em idade própria. A mudança na redação ampliou a educação básica, que antes compreendia o ensino fundamental, passando a abranger o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. A partir disso, o governo criou, com a emenda Constitucional nº 53, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb), que estabelecia o financiamento das três etapas do ensino (GENTILI E OLIVEIRA, 2013, p.254-255).

Esse rápido esboço pode evidenciar vários aspectos da história da educação e das políticas educacionais no Brasil. As mudanças na política e na economia do país, nesses quarenta anos, influenciaram diretamente nos investimentos destinados à educação, desde as etapas iniciais até as etapas finais do ensino. A educação brasileira passou por significativas transformações nas últimas décadas, que tiveram como resultado uma ampliação significativa do número de pessoas que tem acesso à escola. Não sem motivo, houve a valorização e a democratização da educação no Brasil, com o aumento quantitativo de vagas e de instituições de ensino. No entanto, especificamente na educação básica, o crescimento do número de matrículas e o aumento da quantidade de escolas não conseguiram disfarçar os altos índices de reprovação e de analfabetismo funcional ainda existentes, apesar dos avanços conquistados para essa área, nem tampouco foram suficientes para colocar o país no patamar educacional desejado, tanto do ponto de vista da equidade, isto é, igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, quanto do desempenho, isto é, da eficiência de todos os níveis de ensino.

Interessante observar que o ensino superior, ao longo desses quarenta anos, contou com altos investimentos que consolidaram o papel da universidade em relação à pesquisa, conferindo-lhe prestígio e reconhecimento, e oportunizando, por sua vez, principalmente nos últimos anos, a demanda de mais vagas nessa etapa de ensino. Entretanto, ainda carece de mais investimentos, sobretudo, para adquirir maior amplitude e melhorar sua qualidade e eficiência.

Feitas essas considerações gerais, passa-se, no próximo subtópico, à apresentação do *clima de opinião intelectual* do período em análise.

4.1.3 *Clima de opinião intelectual*

Para recompor o *clima de opinião* de certa época, torna-se relevante, para a HL, a reconstituição da atmosfera intelectual desse período que tenha possibilitado o surgimento de certas ideias. Nesse sentido, o conjunto dos climas político, social, econômico, educacional e cultural de uma época, além das características genéricas de um determinado recorte no tempo, determina o que aqui se designa de *clima de opinião intelectual*.

No Brasil, os anos de 1970, além de terem sido marcados na história como um período de grande efervescência política de luta contra a ditadura, busca pela liberdade e quebra de tabus, coincidiu com um período em que o ambiente intelectual e cultural brasileiro do final

do século XX iniciava uma abertura artística a muitos movimentos e estilos que transformaram o clima intelectual da época.

Dentre os diversos movimentos culturais, a Tropicália, que havia surgido em 1967, caracterizava-se como um movimento cultural de ruptura com o ambiente musical da época, chegando a influenciar a moda, as artes plásticas, o cinema e o teatro por se tratar de um expoente que, através da música, denunciava a situação política do país.

O clima de resistência à ditadura motivava a arte e a cultura e, para Favaretto (2000), a Tropicália, com seus temas de revisão histórica, foi responsável “pelo engajamento de grande parte dos intelectuais e dos artistas brasileiros na causa da construção de um Brasil novo, através de diversas formas de militância política” (FAVARETTO, 2000, p.28). Assim, esse movimento cultural, para o referido autor, tornou-se, dentro da sociedade, um suporte no qual se desenvolviam as ideologias da época.

Schwarz (2014), ao escrever sobre cultura e política no período militar, afirma que no Brasil, apesar da forte intervenção do Estado nos sindicatos, nas Universidades, nas igrejas, nas organizações estudantis além de diversos outros setores da sociedade, a produção cultural de esquerda não foi “liquidada”, ao contrário, cresceu. De forma que, conforme o autor, “A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. *Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país*” (SCHWARZ, 2014, p. 8, grifos do autor). A hegemonia, ainda com o autor, concentrava-se no interior dos grupos diretamente ligados à produção ideológica, sendo estes, estudantes, artistas, jornalistas, economistas, sociólogos, clero etc.

A continuidade do clima intelectual, em meio às evidentes discontinuidades, durante todo o período ditatorial, ligava-se às próprias características do governo militar nos seus primeiros anos.

No campo universitário, instituições surgiram com o objetivo de realizar pesquisas, estimular o diálogo entre os profissionais e os trabalhos interdisciplinares. Em livro intitulado *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*, Sorj (2001) analisa e discute a respeito de algumas instituições que já começavam a se consolidar no Brasil no período militar, mais especificamente sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), e sobre a importância delas na formação dos intelectuais no Brasil naquela conjuntura política. As mudanças políticas pelas quais passavam o país também impactaram nas relações entre as instituições e os profissionais que a compunham. É nesse sentido que o referido autor afirma que

A falta de autonomia e de flexibilidade financeira e administrativa da universidade e a diluição do poder decisório levaram pesquisadores de maior peso acadêmico a criar centros de pesquisa autônomos. Assim, a partir da segunda metade da década de 70, esses centros se expandem, particularmente em São Paulo, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs) dedicadas à pesquisa. Diferentemente de seu precedente imediato mais importante, o Cebrap, esses organismos não surgem como refúgio frente a cassações dos direitos de trabalho na universidade, mas como um marco complementar de poder e de renda onde professores universitários desenvolvem suas pesquisas (SORJ, 2001, p. 72).

Essas instituições tinham um projeto comum de desenvolver a produção intelectual no Brasil. Nesse período, o ensino superior contou com investimentos do governo, que enviava os professores para programas de pós-graduação em universidades estrangeiras, visando, com isso, à formação de um ensino superior de qualidade que viesse a formar a futura elite do país. Segundo Sorj (2001), é na década de 70 que se constitui o sistema educacional de pós-graduação, o qual possibilitou o surgimento de um sistema de pesquisa universitário nas mais importantes universidades do país, além de um processo de profissionalização e especialização.

Os intelectuais, principalmente nas áreas das humanidades, que discutiam propostas voltadas para as ciências sociais, filosofia e história, filiavam-se às ideias marxistas, que, na atmosfera intelectual da época, principalmente nas grandes universidades como a USP, que havia formado grupos de estudos para as leituras de Marx (KONDER, 2010, p.372), buscavam discutir questões políticas e filosóficas que ajudassem os grupos de intelectuais a exercer certas militâncias políticas.

Para Sorj (2001), a discussão sobre as ideias marxistas, nesse período, dá-se para além da importância intelectual, formando com isso “um elemento cristizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem” (SORJ, 2001, p.20).

Especificamente na área da linguística, o contexto intelectual e social do início dos anos de 1970 passou a favorecer o estudo sincrônico da norma urbana, padrão, dita culta (Altman, 1998). Com a regulamentação dos programas de pós-graduação, em 1970, além da formação de professores, passou-se a exigir das universidades a formação de pesquisadores e, de acordo com Altman (1998), é nesse período que a Filologia, até então predominante junto com a dialetologia em relação às tradições de pesquisa, passa a perder terreno para a

Linguística, que já procurava autonomia institucional e profissional, dessa forma, a autora afirma que

A partir dos anos setenta, a Linguística e suas disciplinas passariam rapidamente a constituir um domínio específico e autônomo de investigação e despertariam um interesse e uma procura maior por parte dos pós-graduandos do que a Filologia. Em termos institucionais, sócio-profissionais e teórico-metodológicos, os anos setenta seriam dos linguistas” (ALTMAN, 1998, p.125).

Isso não significa, segundo a referida autora, que o programa de Linguística tenha substituído completamente o programa de Filologia, o que aconteceu foi um maior número de pesquisadores interessados pela abordagem da Linguística.

Diante da multiplicidade de teorias e métodos e de inúmeros grupos de especialidades que surgiram após esse período, Altman (1998) sustenta a ideia de que “a questão de uma nova gramática para o português se apresentou como problema dominante no quadro da RBL até 1978, pelo menos”³⁷ (ALTMAN, 1998, p. 199), por isso, as tentativas de elaboração de um novo perfil de gramática, por mais que não fizessem parte das propostas de todos os linguistas, ganharam representatividade naquele momento. Os linguistas que publicaram na Revista Brasileira de Linguística intentavam, diante desse novo quadro teórico, nas palavras de Altman (1998), “dotar a língua de uma nova gramática – mais coerente, mais simples e mais adequada – não só em termos de aplicabilidade pedagógica mas também em termos descritivos [...]” (*ibid.*, p. 201).

O *clima de opinião* que marcou os ambientes intelectuais mais tradicionais dos estudos da linguagem na época, para Altman, além da ruptura com as posturas científicas tradicionais, reconheceu a consolidação de novas correntes linguísticas, principalmente o estruturalismo e o gerativismo, a polarização entre linguistas e filólogos, os diversos problemas de ordem teórica e prática, a proposição de novas teorias e métodos de investigação e as questões relacionadas às diversidades linguísticas.

A virada da década de 70 para a década de 80 assinala um período de mudanças estruturais na política e na sociedade. O clima de mudanças pelas quais passavam as esferas públicas, midiáticas, dos paradigmas filosóficos, sobretudo com a crítica ao marxismo e ao socialismo, entre outros, marcava a sociedade que testemunhava um processo de redemocratização do Brasil. A promulgação da Constituição, em 1988, marcou um período de

³⁷ RBL é a sigla usada pela autora para se referir à Revista Brasileira de Linguística/São Paulo, uma das fontes de sua pesquisa.

volta à democracia do país, direito de liberdade dos brasileiros e de consolidação das instituições que influenciaram diversas áreas da sociedade (SCHWARCZ E STARLING, 2015).

No decorrer do processo de redemocratização, a globalização da economia e a revolução provocada pelo surgimento de novas tecnologias ditaram as regras do processo que se tornaria vital para o progresso das esferas científicas e sociais. Fausto (1995) reconhece ser deste período que “mulheres, índios, negros, trabalhadores em geral passaram a reivindicar direitos e deveres e a ver esses direitos reconhecidos em grau variável, pelo menos no papel” (FAUSTO, 1995, p.556).

Tendo em vista esse momento de mudança de paradigmas, os intelectuais das esferas econômicas, sociais, políticas etc. suscitavam debates acerca do futuro do país, sinalizando um período de transição na sociedade e, para Perlatto (2008), “nessa conjuntura, o imperativo de ruptura com o passado veio à tona, radicalizando a agenda de mudanças” (PERLATTO, 2008, p. 218).

As universidades eram os centros formadores dessa elite intelectual e, conforme Carvalho (2007), “a Universidade brasileira foi projetada politicamente, como lugar da invenção material e espiritual de um novo país” (CARVALHO, 2007, p. 22), ou seja, com a institucionalização, as universidades tornaram-se suporte da atividade intelectual desse período, o que proporcionou o desenvolvimento do campo científico e de um *locus* ideal para as discussões e participação na vida nacional. Diante disso, nas palavras da historiadora “a universidade foi o lócus incontestável de organização dos intelectuais ao longo da segunda metade do século XX” (CARVALHO, 2007, p. 27).

A sociedade se mobilizava para construir um modelo de universidade que acompanhasse o clima de redemocratização pelo qual passava a sociedade brasileira.

Observa-se que, sobretudo na Linguística, a década de 1980 é marcada pela diversificação e até polarização de algumas abordagens, como pode ser constatado em estudo desenvolvido por Altman (1998). Para a autora, na década de 1970, o interesse pela linguística pautava-se em um referencial teórico voltado para a gramática gerativo-transformacional, em que a análise de descrição das línguas dava-se por meio dos componentes da sentença, embora já houvesse linguistas filiados à teoria gramatical em torno do léxico, que incluía o componente semântico em suas análises. Ainda nas palavras da autora, a década de 1980 é marcada pela “polarização entre uma abordagem gerativa e uma abordagem sociolinguística”,

que incorporavam a ideia de variáveis não estruturais às regras da gramática como as estruturas etárias, sociais e econômicas (ALTMAN, 1998, p.290).

Dentro desse clima de desenvolvimento de ideias na área da linguística, sua pesquisa ainda reconhece como sendo na década de 80 que tradições de pesquisa linguística, como a Fonética e Fonologia, voltaram a ocupar a atenção dos linguistas brasileiros, no entanto, diferentemente das épocas anteriores, agora essas áreas dividiam-se entre um referencial gerativista e um referencial sociolinguístico laboviano, incorporando, assim, as principais discussões e interesses de pesquisa do período. À época, observa-se que as teorias formalistas passaram a conviver com as teorias funcionalistas.

É nesse período também que surgem grupos de especialidade à parte, são eles: a Semiótica, a Pragmática, a Linguística Textual, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação (ALTMAN, 1998, p.292).

Nas universidades, houve um número crescente de alunos e professores advindos de diversas camadas sociais, no entanto, o esforço de ampliar o acesso ao ensino superior esbarrava nas raízes históricas do sistema educacional brasileiro, que possui uma tradição da educação superior brasileira não universalista (MARTINS, 2000), que mantinha fortes traços elitistas.

Em vista disso, ao tentar traçar um clima intelectual da época, pode-se inferir que as novas ideias que adentraram o país nos anos 80, influenciadas pelo clima político, econômico, social e intelectual da época, apesar de continuar muitas ideias de décadas anteriores, desenharam mudanças nos paradigmas de então, seja na esfera política, social e, até mesmo, linguística.

Em contrapartida, nos anos de 1990, o que se notabilizou na Linguística Brasileira, conforme Altman (1998), foram as “tentativas de neutralização da oposição entre diacronia e sincronia” (ALTMAN, 1998, p. 302), estimulada pelos referenciais teóricos que estavam em evidência na época: gerativismo chomskiano e a sociolinguística laboviana. Além disso, nos anos 90, ressurgiu o interesse dos pesquisadores pelas disciplinas de orientação histórica, como as elencadas pela autora: Linguística Histórica ou Método de Análise Diacrônica; ou Linguística Comparada ou Tipológica, ou ainda Linguística Românica; pelos estudos do português no contexto das línguas românicas; pela produção de Atlas e pelo Projeto NURC, que, segundo ela, havia se “renovado nas intenções e nos objetivos pela liderança organizacional de Castilho” (ALTMAN, 1998, p. 303).

Nos anos 2000, no Brasil, mudanças na conjuntura política, em que as disputas para alternância do poder promovem a ascensão de líderes do governo advindos das classes populares, acarretam certas rupturas com os paradigmas políticos vigentes e conseqüentemente sociais. A luta contra as desigualdades sociais passa a ser o centro das discussões, principalmente entre os intelectuais que contribuem para a criação de uma nova esfera pública. Para Schwarcz e Starling (2015), “A partir de 2003, o Brasil assistiu a uma ampliação democrática da República” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.503).

O sociólogo Medeiros (2013), ao discorrer sobre os intelectuais engajados socialmente nesse início de século, chega a afirmar que “enquanto que com o movimento operário emerge o sujeito social, com os “novos movimentos sociais” nasce o sujeito cultural” (MEDEIROS, 2013, p.80), assim, é nesse período denominado por ele de pós-moderno que os movimentos ecológicos, pacifistas, feministas, homossexuais, civis etc. ganham representatividade e passam a compor o movimento pós-moderno em que a sociedade passa a ter uma identidade.

Os intelectuais que se dedicam aos estudos linguísticos desse período, identificado como pós-moderno, reconhecem que uma das características que se sobressaem nesse início de século é a ideia de interdisciplinaridade, intensificada pela ampliação das concepções linguísticas, pela abordagem de novos objetos e pelo interesse em relação aos estudos que se voltam para a realidade brasileira.

Para Marcuschi (2003), “A interdisciplinaridade em outras áreas é complicada e precisa ser pensada, na linguística tem que ser barrada, porque ela é muito natural, ela é muito espontânea (MARCUSCHI, 2003, p. 139), assim sendo, para o autor, uma característica que a linguística desenvolveu no período denominado de pós-moderno é o diálogo e a facilidade com que a linguística se apropria de outras ciências. Castilho (2003) compartilha da mesma ideia ao entender que, nesse século, “disciplinas que tinham sido separadas passam a buscar uma interação, numa forma obrigatoriamente interdisciplinar” (CASTILHO, 2003, p.58).

Rajagopalan (2003), por seu turno, acredita que a linguística está “entrando na era da interdisciplinaridade” (RAJAGOPALAN, 2003, p.181).

A fim de caracterizar a linguística na pós-modernidade, Faraco (2003) afirma que:

A atmosfera pós-moderna envolve uma espécie de susto diante da multiplicidade de identidades decorrentes do descentramento do sujeito moderno. Envolve também um susto diante da relativização do tempo e do espaço (principalmente a partir da criação do mundo virtual) e mesmo diante do estilhaçamento da informação, do caráter infinito do jogo hipertextual. Então, há aí uma espécie de susto diante da diversidade, da multiplicidade, da fragmentação (FARACO, 2003, p. 69).

O caráter diverso, múltiplo e fragmentado do pensamento pós-moderno parece compor a atmosfera intelectual na qual a linguística está inserida.

O contexto desse início de século também propiciou uma conjuntura favorável à produção de gramáticas que revelam as particularidades do português brasileiro. De acordo com Faraco e Vieira (2016), “Em apenas quinze anos, no interstício de 1999 a 2014, assistimos no Brasil a um *boom* gramatical: novas e diferentes gramáticas monoautorais da língua portuguesa vieram à luz” (FARACO E VIEIRA, F. 2016, p. 7).

Observa-se com F. Vieira (2015) que as gramáticas contemporâneas do português, salvo suas diferenças constitutivas, “se afastam do arcabouço estrutural, da terminologia, dos conceitos e das prescrições doutrinárias da tradição gramatical brasileira” (VIEIRA, F., 2015, p.34).

Diante dessa breve caracterização do *clima de opinião intelectual*, o Brasil nos últimos quarenta anos é marcado por novas tendências propiciadas pelos contextos social, político, econômico, educacional e cultural. A produção científica, *grosso modo*, foi estimulada pelas políticas voltadas para o aperfeiçoamento e formação de profissionais nas universidades em programas de pós-graduação, o que causou grande impacto nas novas correntes que foram se desenvolvendo no decorrer dos anos.

No século XXI, a produção de materiais que reivindicam um novo posicionamento na gramaticografia brasileira podem ser um indicativo das mudanças pelas quais passaram o pensamento linguístico, principalmente nas últimas quatro décadas. Entretanto, ao se fazer uma historiografia, é preciso entender aspectos dessas mudanças que afetaram diretamente nas escolhas dos autores selecionados.

Diante disso, para um melhor entendimento do cenário brasileiro contemporâneo de produção de gramáticas de referências, bem como das características que aproximam ou distanciam essas obras da *GPPB*, passa-se, no próximo subtópico, à apresentação de algumas gramáticas que compõem o elenco de gramáticas contemporâneas do século XXI.

4.2 Gramaticografia do português brasileiro no século XXI

Nesta seção, busca-se oferecer um panorama, acerca da produção de gramáticas contemporâneas no Brasil, que evidencie o contexto propiciador para o surgimento da *GPPB* e de obras que possam ter exercido alguma influência sobre ela.

Cumpra mencionar, primeiramente, que o período em que a *GPPB* foi produzida oferece, devido o desenvolvimento pelo qual vem passando os estudos linguísticos ao longo dos anos, uma diversidade de opiniões e concepções sobre os mais diferentes fatos da língua. A percepção de que a gramaticografia também acompanha essas mudanças vem de obras produzidas e publicadas, principalmente, sobre gramáticas contemporâneas de referência.

Aspetos distintos das gramáticas contemporâneas já foram analisados por especialistas da área, destacam-se, nesse sentido, obras como: *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores* (2014) e *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores* (2016), em que, além de análises internas das obras, têm-se uma visão geral de que o final do século XX e o início do século XXI “inauguram” um período em que são produzidas gramáticas que não seguem um padrão ou modelo terminológico e cujos autores/gramáticos baseiam-se em várias teorias e métodos distintos.

Do final do século XX ao início do século XXI, foram produzidas oito gramáticas do português escritas por autores brasileiros e publicadas no Brasil. No que concerne a essa produção, segue uma lista dessas gramáticas, elaborada a partir dos trabalhos de Neves e Casseb-Galvão (2014), F. Vieira (2015) e Faraco e F. Vieira (2016), conforme se vê no quadro abaixo³⁸:

Quadro 1: Gramáticas brasileiras contemporâneas do século XXI

Obra	Autor	Edição/ano
<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	Evanildo Bechara ³⁹	37ª ed., 1999
<i>Gramática dos usos do português</i>	Maria Helena de Moura Neves	1ª ed., 2000
<i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i>	José Carlos de Azeredo	1ªed., 2008

³⁸ A lista não contempla a gramática de Maria Helena Mira Mateus, apresentada no livro organizado por Neves e Casseb-Galvão (2014), por ser esta uma autora portuguesa e pelo fato de esta dissertação voltar-se apenas para gramáticas de autores brasileiros.

³⁹ A *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada pela primeira vez em 1961, compõe o quadro, com a 37ªed., por ser a referida edição de 1999, nas palavras de Mulinacci, “uma espécie de emblemático divisor de águas da tradição gramatical brasileira” (MULINACCI, 2016, p.114). Esta obra, portanto, apresenta-se como um “novo livro” em comparação com as edições anteriores (*ibid.*).

Gramática do brasileiro	Celso Ferrarezi Jr. & Iara M. Teles	2008
<i>Gramática do Português Brasileiro</i>	Mário A. Perini	1ªed., 2010
<i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i>	Ataliba Teixeira de Castilho	1ªed., 2010
<i>Gramática Pedagógica do Português Brasileiro</i>	Marcos Bagno	1ªed., 2011
<i>Gramática da língua portuguesa padrão</i>	Amini Boainain Hauy	1ªed., 2014

Fonte: quadro organizado pela autora desta pesquisa

F. Vieira (2015), entretanto, em tese intitulada *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização*, elabora um quadro-síntese que contempla os autores das primeiras gramáticas brasileiras contemporâneas, como segue abaixo:

Quadro 2: Gramáticas brasileiras contemporâneas do português

Obra	Autor(es)	Ano da 1ª Edição
Gramáticas do português falado (série)	Ataliba Teixeira de Castilho	1991-2002
Gramática descritiva do português	Mário A. Perini	1995
Gramática dos usos do português	Maria Helena de Moura Neves	2000
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa	José Carlos de Azeredo	2008
Gramática do brasileiro	Celso Ferrarezi Jr. & Iara M. Teles	2008
Gramática do Português Brasileiro	Mário A. Perini	2010

Nova Gramática do Português Brasileiro	Ataliba Teixeira de Castilho	2010
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro	Marcos Bagno	2012 ⁴⁰

Fonte: F. Vieira (2015, p. 34)

Conforme demonstra o autor, desde 1991, gramáticas com um pendore menos tradicionalista já começavam a ser divulgadas no Brasil. Todas elas, nas palavras do autor, “se afastam do arcabouço estrutural, da terminologia, dos conceitos e das prescrições doutrinárias da tradição gramatical brasileira, calcada nas perspectivas oriundas do processo de gramatização renascentista e, conseqüentemente, greco-romana” (VIEIRA, F., 2015, p.34). Deve-se ressaltar, ainda, como afirma o próprio autor, que, nesse ínterim, “houve a preparação de um cenário epistemológico próprio, um ‘estado de espírito acadêmico’ para que as GBCP pudessem ser elaboradas”⁴¹ (VIEIRA, F., 2016, p. 36).

Para F. Vieira, na década de 1970, a *virada linguística*, expressão usada para caracterizar um movimento que pretendia estabelecer novas formas de pensar e fazer ciência, em diversas áreas do conhecimento, que se afastava das tendências vigentes mais formais, autônomas, unidisciplinares (*ibid.*, p.32), foi responsável por operar uma série de mudanças de perspectivas nos estudos linguísticos e, desde essa época, um cenário propiciador para a elaboração dessas gramáticas “veio/vem sendo construído lentamente por diversos autores” (*ibid.*, p.36).

Observe-se, ainda, nos dois quadros, que, apesar de as primeiras gramáticas publicadas serem datadas no início do século XX, é no século XXI que elas ganham maior destaque, haja vista a quantidade de gramáticas que são produzidas sequencialmente uma após a outra. No século XXI, vê-se outro fator característico dessas gramáticas ganharem paulatinamente maior destaque nas obras: o adjetivo “brasileiro” presente em quatro das oito obras elencadas no quadro 1 e, mais especificamente, em todas, desde a gramática de Ferrarezi Jr. e Teles, 2008, até a gramática de Bagno, 2011⁴². A propósito, a gramática de Ferrarezi Jr. e Teles (2008) não

⁴⁰ Vieira (2015) apresenta o ano de 2012 como sendo o ano da primeira edição da *GPPB*, de Bagno, no entanto, a referida gramática foi editada no ano de 2011, como consta ficha catalográfica da gramática que serviu de *corpus* para esta pesquisa. O próprio Vieira reconhece, em sua tese, que “A obra foi finalizada em 2011, mas lançada no mercado em janeiro de 2012 [...]” (VIEIRA F., 2015, p.342). Assim, segue-se, em todo o texto, a referência de 2011.

⁴¹ GBCP - Gramáticas brasileiras contemporâneas do português.

⁴² Ver nota de rodapé 40.

é analisada, ou se quer mencionada, nos livros de Neves e Casseb-Galvão (2014) e Faraco e F. Vieira (2016).

Em relação à *GPPB*, a obra que especificamente teria causado mais impacto sobre as ideias do autor, motivando-o a empreender o projeto de sua gramática, foi a não citada, pelo fato de o quadro compreender apenas obras publicadas no Brasil, *Modern Portuguese: a Reference Grammar*, de Mário A. Perini, publicada nos Estados Unidos, pela Universidade de Yale, em 2002.⁴³

A referida gramática de Perini analisa o português brasileiro contemporâneo, enfatizando as regras mais usuais das variedades dos falantes urbanos escolarizados, como afirma Bagno no livro *A norma oculta* (2003). Segundo o autor, a gramática de Perini não trata “de negar a existência das formas padronizadas tradicionais, mas de descrevê-las com *honestidade* [...]” (BAGNO, 2003, p. 176, grifo nosso). O autor destina um tópico de seu livro, o qual intitula *Também quero uma gramática assim!*, para uma breve caracterização da gramática de Perini, evidenciando a importância do estudo desenvolvido por ele sobre o português brasileiro contemporâneo, e, concomitantemente, para expor seu anseio por um correspondente dessa gramática em língua portuguesa, como demonstra as palavras finais do autor, no tópico supramencionado, “Quem sabe alguém se disponha a escrever uma gramática assim para uso dos próprios brasileiros!” (*ibid.*, p. 182).

Pelo exposto, vê-se que o contexto social no qual Bagno estava inserido, o momento pelo qual passava os estudos linguísticos, bem com as publicações de gramáticas sobre o português brasileiro, parecem ter influenciado e direcionado, de certa forma, a produção e, posteriormente, publicação da *GPPB*.

Interessa a este estudo discorrer, ainda, sobre a biografia e bibliografia de Marcos Bagno, na tentativa de evidenciar a importância da sua história, escolhas e produções como fatores motivadores para elaboração da *GPPB*, como será exposto no próximo subtópico.

4.3 Marcos Bagno e sua *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2011)

Marcos Araújo Bagno nasceu em Cataguases, Minas Gerais, em 21 de agosto de 1961. Mudou-se, ainda muito pequeno, com a família para a Bahia, e, em 1966, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou seus estudos no curso primário. Estudou no Colégio Pedro II do

⁴³ Essas informações foram retiradas de entrevista pessoal concedida por Marcos Bagno à pesquisadora desta dissertação, no dia 18/06/2016 (informação pessoal).

5º ao 1º ano do ensino médio, iniciando, no mesmo período, seus estudos em francês. Na década de 1970, mudou-se para Brasília, lá conclui seu ensino médio no Centro de Ensino Elefante Branco⁴⁴. Nesse mesmo período, fez curso de artes cênicas, trabalhou com teatro e completou seus estudos de francês, na Aliança Francesa.

Os anos de 1960 a 1980, para o Brasil, representaram anos em que a sociedade lutava por mudanças nas estruturas políticas, sociais e culturais. Além da luta por transformações na estrutura da sociedade, lutava-se contra a ditadura militar implantada no ano de 1964.

Diante desse contexto, marca-se, como condição importante na história de Bagno, o fato de seu pai, Aloar Bagno, figura importante para sua formação intelectual, ter lutado e ter sido processado pelo governo no período da ditadura. Tais circunstâncias ocasionaram diversas mudanças da família, primeiro para a Bahia, depois Rio de Janeiro e, por fim, para Brasília. Segundo Marcos Bagno, foi por influência do pai, um homem muito estudioso, professor de português, advogado e sociólogo, que ele começou a ler livros de Sociologia muito jovem, despertando, já nessa época, seu interesse por questões sociais. Nesse período, também era latente seu interesse pelo estudo de diversas línguas⁴⁵.

A década de 1980 é marcada por um momento, na vida de Bagno, de muitas mudanças. De 1981 a 1984, dedicou-se, prioritariamente, à carreira de tradutor profissional e ao teatro. Em 1985, foi aprovado para o curso de Letras da Universidade de Brasília, momento crucial em que recebeu influências marcantes para sua vida acadêmica e futuramente de pesquisador. Na UnB, foi aluno de Stella Maris Bortoni-Ricardo, que o iniciou nos estudos sociolinguísticos e de Antônio Salles Filho, que o iniciou nos estudos de latim e português clássico. Foi na UnB que ele “descobriu” que existia uma área que trabalhava as relações entre sociedade e língua, a Sociolinguística.

Não sem motivo, o momento político, econômico, social e educacional pelo qual passava o Brasil, nesse período, provavelmente foram catalisadores de tomadas de posição e direcionamentos acadêmicos do autor. Primeiramente, a passagem de um governo ditatorial para a redemocratização da sociedade civil ocasionou alguns posicionamentos de caráter político, tendo em vista que essas questões ainda são pautas em algumas de suas obras.

Além dos dados acima mencionados, cumpre lembrar que o autor encontrava-se, nesse período, imerso em um clima em que se desenvolviam importantes ideias e teorias na área da

⁴⁴ Criado em 1960, o Centro Educacional Elefante Branco (CEEB) surgiu como um espaço para a educação de qualidade. Foi o primeiro colégio de ensino médio público de Brasília. Para mais informações, ver sítio <http://cemebsite.xpg.uol.com.br/>. Acesso em 25/04/2016.

⁴⁵ Essas informações foram retiradas de entrevista concedida por Bagno ao Jornal Universitário do Pampa (JUNIPAMPA), em 3 de dezembro de 2012, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)/ Campus Bagé. Ver <http://www.junipampa.net/2013/01/entrevista-exclusiva-com-marcos-bagno.html>. Acesso em 25/04/2016.

linguística, e mais especificamente da Sociolinguística, como lembra Altman (1998), para os quais convergia o interesse de pesquisa do autor.

No ano de 1987, casou-se e resolveu mudar-se com a família para o Recife (PE), submeteu-se a um novo vestibular e novamente foi aprovado no curso de Letras, desta vez na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), local onde passou pela experiência de ser aluno de Irandé Antunes, Maria da Piedade M. Sá e Luiz Antônio Marcuschi, outros professores que também exerceram influência em suas posturas acadêmicas e científicas.⁴⁶

Em 1988, publicou seu primeiro livro *A invenção das horas*, contos de ficção, com o qual recebeu o *IV Prêmio Bienal Nestlé de Literatura*, publicado pela Editora Scipione. No mesmo ano, escreveu seu primeiro livro para crianças, *O papel roxo da maçã* e recebeu o Prêmio João de Barros, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Em 1991, concluiu o curso de Letras - Bacharel em Língua Portuguesa - na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No ano seguinte, após a conclusão do curso de graduação, Bagno iniciou o curso de Mestrado em Linguística na mesma instituição, sob orientação de Maria da Piedade M. Sá. Defendeu sua dissertação de Mestrado na UFPE, em 1995, com o título *A luta desigual: mito e realidade nos livros didáticos de língua portuguesa*, e continuou a escrever livros voltados para o público infantil.

O autor sempre demonstrou interesse pela vida acadêmica e, em 1996, ingressou no curso de Doutorado na Universidade de São Paulo (USP), cidade na qual já morava e trabalhava desde 1994⁴⁷. Primeiramente, iniciou o doutorado no programa de pós-graduação em Linguística e, após um ano, transferiu-se para o programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação de Ataliba T. de Castilho. Defendeu sua tese de doutorado, sob orientação de Ataliba T. de Castilho e coorientação de Maria Marta Pereira Scherre, intitulada *Dramática da língua portuguesa: preconceito linguístico e exclusão social*, no ano de 2000. A banca formada para a defesa de sua tese contou com a presença de renomados linguistas como Sírio Possenti, Milton do Nascimento e Angela C. Rodrigues. A tese saiu publicada no mesmo ano com o título *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*, pela editora Loyola.

No período do doutorado, concomitantemente a produção de sua tese, o autor começou a publicar livros voltados para um público especialista, ou seja, obras que apresentavam

⁴⁶ Agradeço ao senhor Marcos Bagno pela atenção e pela entrevista na qual, gentilmente, informou-me sobre sua vida e produção acadêmica. Entrevista concedida dia 18/06/2016 (informação pessoal).

⁴⁷ De acordo com Bagno, sua mudança para São Paulo, ainda no período do mestrado, deu-se por questões pessoais. Na época, os cursos de mestrado poderiam durar até quatro anos (informação pessoal).

caráter mais científico, que envolvem teorias linguísticas direcionadas para estudantes do curso de Letras e Pedagogia.

Grande parte de suas publicações é composta de livros de natureza científica, em que predominam a temática de estudos sobre o português brasileiro, o que pode estar relacionado ao seu vínculo com o ambiente universitário, já que o autor não lecionou em outros ambientes educacionais que não fosse em universidades. No que respeita a essa produção, destacam-se os seguintes títulos:

A Língua de Eulália: novela sociolinguística (1997);
Pesquisa na escola: o que é, como se faz (1998);
Preconceito linguístico: o que é, como se faz (1999);
Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social (2000);
Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa (2001);
A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira (2003);
Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística (2007);
Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro (2009);
Gramática: passado, presente e futuro (2009);
Gramática, pra que te quero? os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português (2010);
Gramática pedagógica do português brasileiro (2011);
Gramática de bolso do português brasileiro (2013);
Sete erros aos quatro ventos: a variação no ensino de português (2013);
Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii (2014a).

Embora sua produção conte com um número relevante de textos sobre questões linguísticas relacionadas ao português brasileiro, é possível verificar no interior de suas obras seu interesse por questões que tocam as minorias, principalmente, mas não só, relacionados ao preconceito linguístico, a subordinação política e cultural, a posição da mulher na sociedade etc. Sobre isso, um exemplo, retirado da *GPPB*, pode evidenciar alguns dos pontos de vista do autor sobre essas questões:

Enquanto escrevo (janeiro de 2011), acaba de assumir a presidência da República a primeira mulher brasileira a ocupar esse cargo: Dilma Rousseff. A grande mídia, sempre vinculada aos interesses das majorias dominantes, se recusa a chamá-la de presidenta [...] embora a palavra esteja devidamente

registrada nas gramáticas normativas e nos dicionários. É a reação dos defensores da *língua paterna*, ainda atônitos com a visão de uma mulher no cargo mais alto do país (BAGNO, 2011, p. 101-102, grifos do autor).

Ao lado de suas produções didáticas e ensaísticas, o autor também possui mais de vinte e cinco livros publicados entre poesias, contos, literatura infantil e juvenil.

No ano de 2001, junto com Marcos Marcionilo e Andréia Custódio ajudou a fundar a Parábola Editorial. A sociedade acabou por ser desfeita no ano seguinte, quando foi aprovado e contratado em concurso para professor na Universidade de Brasília, no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas⁴⁸.

Ademais, nos anos de 2004, participou como vice-coordenador nacional do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM), em 2005 participou como vice-coordenador nacional do PNLD-dicionários. Em 2006, a convite do sociolinguista galego, Henrique Moteagudo, viajou à Galiza para ministrar cursos sobre o português brasileiro no Mestrado da Universidade de Santiago de Compostela⁴⁹. No ano de 2007, participou como coordenador regional (DF) do PNLD 2008 de Língua Portuguesa, fez estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal de Minas Gerais, no CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), da Faculdade de Educação, sob supervisão de Maria Lúcia Castanheira. Já em 2009, após o pós-doutorado, participou como coordenador regional (DF) do PNLD 2010 de Língua Portuguesa. No mesmo ano, transferiu-se do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, na UnB, para o Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução onde passou a ministrar disciplinas de prática de tradução do francês. Entre 2009 e 2011, dedicou-se à publicação de livros, à colaboração em revistas, à participação de eventos nacionais e internacionais e no final de 2011 à publicação da *Gramática pedagógica do português brasileiro*⁵⁰.

A *GPPB* foi a primeira gramática produzida pelo autor. Considerando o momento em que foi escrita e o histórico do autor, pode-se atribuir a publicação da *GPPB* ao que Faraco e Vieira (2016) chamam de “boom gramatical”⁵¹.

⁴⁸ Agradeço ao Sr. Marcos Marcionilo pela atenção e pela confirmação dessas informações.

⁴⁹ Marcos Bagno ministrou disciplinas na Universidade de Santiago de Compostela na área de Filologia galega e Portuguesa. Além de compor o quadro do comité científico da equipe editorial dos estudos de Linguística Galega. Ver site: http://www.usc.es/cptf/TercerCiclo/Programas/Datos2005/Pd2122-05-101_200501_2006g.htm. Acesso em 28/04/2016.

⁵⁰ Todas as informações sobre a biografia de Bagno estão disponíveis em: <https://marcosbagno.wordpress.com/sobre/biobibliografia>. Acesso em 28/04/2016.

⁵¹ Ver comentário sobre “boom gramatical” no subtópico 4.1.3.

Dois aspectos sobressaem-se no título da obra. O primeiro é o qualificativo “pedagógica”, não presente em nenhuma das gramáticas contemporâneas do português, publicadas até 2011. O que pode significar o desejo do autor de diferenciar sua proposta de gramática das outras produzidas nesse período, além de caracterizar o público alvo de sua obra, professores de português e de pedagogia. O segundo é fato de o autor antecipar no título a que português serão destinadas as suas propostas e análises, no caso, o português brasileiro.

A *GPPB* é uma obra longa, com 1056 páginas. Apresenta um sumário ‘original’ em que o autor, além da divisão da obra em cinco livros, vale-se nos títulos e subtítulos de artifícios metafóricos para nomeá-los. Esse tipo de recurso metafórico pode ser influência do lado escritor/poético do autor, de forma que também é possível identificar títulos metafóricos em outras obras por ele produzidas.

A primeira parte do sumário está subdividida em: Agradecimentos; Aviso aos navegantes; Abreviaturas e símbolos; Símbolos fonéticos e Introdução: gramática, a quem será que se destina?. Os “livros” que compõem a gramática versam sobre diversas temáticas agrupadas em tópicos e subtópicos assim distribuídos: Livro I - *Epistemologia do português brasileiro*; Livro II - *História do português brasileiro*; Livro III – *Multimídia do português brasileiro*; Livro IV – *Lexicogramática do português brasileiro*; Livro V – *Didática do português brasileiro*.

Na gramática são feitas diversas referências a autores, a obras, a textos e a projetos em que, em alguns momentos, o autor explicita claramente sua opinião. Passa-se, no próximo subtópico, à apreensão da definição que o autor estabelece sobre gramática na *GPPB*.

4.3.1 A definição de gramática na obra

Nesse subtópico, busca-se apresentar as questões acerca da definição de gramática na *GPPB*, juntamente com a descrição dos qualificativos atribuídos pelo autor ao termo e que sintetizam suas principais ideias.

A *GPPB*, considerando apenas os componentes pré-textuais, é dividida em sete partes, a saber: Epígrafe; Sumário; Agradecimentos; Aviso aos navegantes; Abreviaturas e símbolos; Símbolos fonéticos; Introdução. Todas, quando inter-relacionadas, objetivam, logo de início, explicitar a proposta, a organização e a finalidade da obra.

A *epígrafe* e o tópico intitulado *Aviso aos navegantes*, inicialmente, são os locais no texto em que o autor deixa sobressair concepções e definições que ajudam a compor as

principais ideias de sua gramática. A *epígrafe*, retirada do livro *A economia das trocas linguísticas*, de Pierre Bourdieu (1996), sintetiza princípios e ideologias assumidas pelo autor em sua gramática, assim, Bourdieu (1996, p. 119 *apud* Bagno, 2011, p. 5) afirma

O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas de legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo.

A citação inicial projeta a intenção do autor. Uma das particularidades da *GPPB* é o tratamento dado à descrição e à prescrição na obra. Quando Bagno define que sua gramática é descritiva e prescritiva, pois entende que “descrever é prescrever” (BAGNO, 2014b, p.94), conscientemente imputa uma postura científica, política e ideológica de que o estudo da língua e da linguagem não está dissociado das ações e normas sociais e culturais. O autor, ao assumir o discurso de que a prescrição e a descrição adquirem o mesmo peso dentro de uma gramática, assume também um discurso herético, como escreve Bourdieu, isto é, que não se coaduna a dogmas ou regras estabelecidas e impregnadas no imaginário do senso comum, e, como é característico de “herético”, promove rupturas com a ordem corrente. Essa postura é esclarecida por Bagno (2014b) quando este argumenta que

O *senso comum linguístico*, como todo conjunto de crenças fortemente arraigadas, é um fator poderoso na configuração da ideologia sobre língua e linguagem que circula nas sociedades ditas ocidentais há mais de dois milênios. A doutrina conhecida como gramática tradicional tem impregnado esse imaginário linguístico, sobretudo com a noção de *erro*, verdadeira espinha dorsal desse sistema de crenças. Do reconhecimento desse fato histórico e sociocultural é que procede, no trabalho de muitos pensadores contemporâneos, o projeto de ‘produzir um novo senso comum’, trazer à tona, no nosso caso, uma língua ‘até então tácita ou recalcada de todo um grupo’. Daí, reitero, o caráter *propositivo* da *GPPB* (BAGNO, 2014b, p.95, grifos do autor).

A *GPPB*, então, é definida como uma gramática propositiva. Nesse sentido, ainda com o autor, sua gramática propõe:

fazer uma descrição da realidade sociolinguística do português brasileiro contemporâneo para, fundamentando-se nela, *sugerir* que as características lexicogramaticais já há muito tempo fixadas nas variedades urbanas de prestígio, faladas e escritas (e, por conseguinte, fixadas também no *vernáculo geral brasileiro*) sejam o verdadeiro objeto de uma pedagogia de

língua materna sintonizada com os avanços da pesquisa linguística e das ciências da educação (BAGNO, 2014b, p.95, grifos do autor).

O segundo momento selecionado, *Aviso aos navegantes*, é exatamente aquele em que o autor descreve seis características que classificam e particularizam sua gramática. São elas: propositiva; pedagógica; epistemológica; político-ideológica; teórica e histórica.

Além de propositiva, para o autor, a *GPPB* é uma gramática pedagógica porque foi pensada para colaborar com a formação docente que, segundo ele, no Brasil, é reconhecidamente falha e precária (BAGNO, 2011, p. 14). Essa parece ser uma característica fundamental da obra, por vezes observada no texto na forma de recomendações de como o professor deve proceder em sala de aula e no caso do capítulo 5, na *GPPB*, pelo tom que adquire a narrativa histórica e as explicações dadas aos termos técnicos da linguística histórica. A terceira característica é ser um projeto epistemológico, por trazer explícita uma teoria do conhecimento que fundamenta os posicionamentos assumidos pelo autor. Ademais, qualifica a *GPPB* como um projeto político-ideológico, por configurar-se como uma gramática que apresenta uma tomada de posição política inspirada em suas ideologias, característica claramente identificada no capítulo recortado para esta pesquisa. É teórica porque discute teorias, além de ser histórica pelo fato de o autor acreditar ser indispensável o recurso histórico para o entendimento das transformações que ocorreram na língua, que justificam as formas como elas se encontram hoje.

Ao se observar a definição e os qualificativos presentes na seção reservada à caracterização da *GPPB*, é possível notar que, além do espaço reservado ao português brasileiro, o autor anuncia, nos tópicos analisados, muitas questões, princípios e ideologias que perpassam, se não todos, mas a maioria dos livros que compõem sua gramática.

No subtópico a seguir, far-se-á, à luz da história, uma breve apresentação da formação dos territórios galego e português, e também uma breve contextualização biográfica e bibliográfica dos autores selecionados que compõem os estudos aqui denominados de tradicionais na linguística histórica, a fim de compor, conjuntamente com os tópicos e subtópicos anteriormente desenvolvidos neste capítulo, um cenário que sirva de pano de fundo para as análises desenvolvidas no capítulo 5.

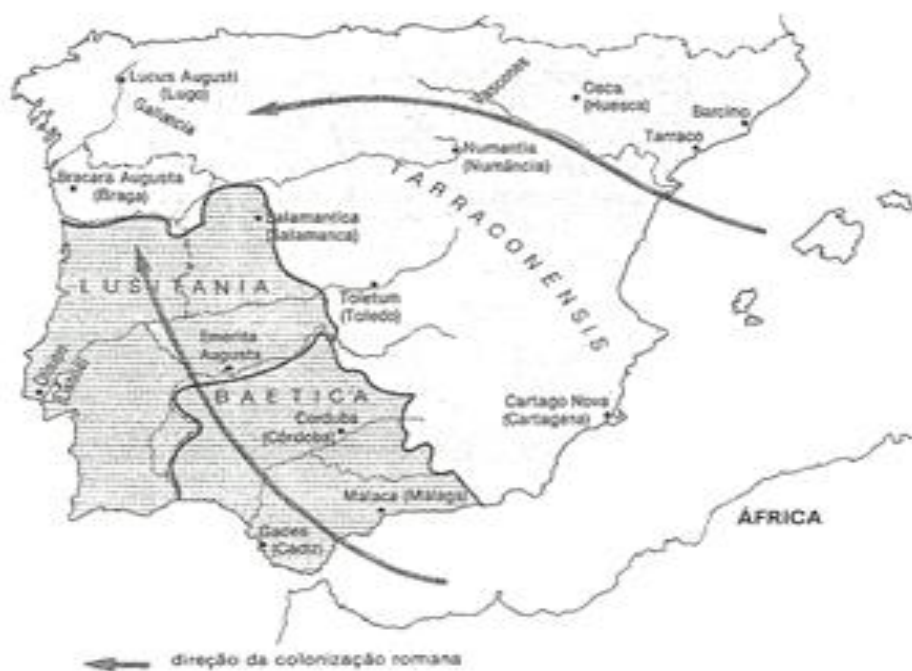
4.4 A formação dos territórios galego e português

Nesse momento, faz-se oportuno revisitar alguns episódios da história da formação dos territórios galego e português objetivando, com isso, contextualizar o local e o aparecimento das línguas românicas, especificamente, considerando os limites desta pesquisa, das línguas galega e portuguesa para, posteriormente, dissertar sobre as querelas que envolvem as origens históricas dessas línguas.

O exército romano chega à Península Ibérica em 218 a.C, após saírem vitoriosos da Segunda Guerra Púnica. As tropas romanas invadem a Península e, a partir daí, dá-se início a um longo processo de aculturação dos povos peninsulares, conhecido como romanização. Viviam, na região, diversos povos, falantes de línguas não aparentadas entre si, entre eles, os tartéssios, os fenícios, os lígures, os gregos, os iberos, os celtas e os celtiberos.⁵²

Mapa 1: As regiões da Hispania romana

Mapa 13: As regiões da Hispania romana



Fonte: Ilari (2006, p.175)

Os romanos, ao conquistarem uma nova província, tinham por hábito enviar para as terras conquistadas funcionários públicos, magistrados, tropas e agricultores, com o intuito de implantar não só a língua latina, mas também a cultura, a religião e os costumes.

⁵² MACHADO, José Pedro. *Origens do português*. Lisboa, 1967, p.159.

No contexto peninsular, a língua de mais largo uso era o latim vulgar. Este entrou em contato, em virtude das invasões, com línguas que pertenciam a diferentes famílias e que eram bastante diferentes entre si, como já se afirmou.

Em um primeiro momento, os romanos exploraram economicamente a região conquistada, respeitando as tradições religiosas dos vencidos e permitindo que estes fizessem uso de sua língua materna, principalmente, nos contatos entre si, mesmo considerando um motivo de honra o uso do latim por eles. À exceção do basco, todos os povos peninsulares acabaram por adotar o latim e a romanização deu-se de maneira mais intensa nas cidades do que nos campos e mais tardia no Norte do que no Sul. Esses povos, é bom que se diga, não passaram a falar o latim instantaneamente. O tempo, nesse sentido, era um fator para evolução dos idiomas. Na verdade, a fala dos romanos conviveu por séculos com as falas locais, sendo o bilinguismo⁵³ a situação mais comum depois da conquista. Com essa situação de contato linguístico, o latim vulgar, adotado como nova língua, passa a sofrer influência das línguas dos povos conquistados, e isso se dá, dentre outras razões, pelo fato de haver a transferência de traços articulatórios próprios do idioma conquistado para a língua que está sendo adquirida.

O latim vulgar passou a sofrer, pois, influências das línguas pré-romanas, as quais passaram a funcionar como substrato linguístico⁵⁴. Nessa perspectiva, o substrato pode ter tido um papel importante na diferenciação do latim do Império e na formação dos dialetos dos falares peninsulares. É difícil saber, com precisão, quais povos habitavam a Península na época pré-romana, e, conseqüentemente, há dificuldade em conhecer, com o mínimo de segurança, as línguas desses povos que podem ter funcionado com substratos para esse latim peninsular, que veio a tornar-se um mosaico de línguas diversas.

A partir do início do século V, invasores germânicos passam a ocupar o território da Península Ibérica, permanecendo nessa região por cerca de três séculos. Os germanos encontraram um ambiente propício à invasão, devido a uma série de dificuldades administrativas pela qual passava o Império.

⁵³ Segundo Bassetto (2001), trata-se de um período em que “Subjugado um povo de língua diferente e ocupado seu território, segue-se uma fase de bilingüismo, em que dominadores e dominados continuam a usar seu próprio idioma por período de tempo muito variável, sobretudo se não houver disposição do dominador de impor ao dominado sua própria língua, como aconteceu com os romanos” (BASSETTO, 2001, p. 152).

⁵⁴ Segundo Bassetto (2001), trata-se de uma situação em que “a língua do povo vencido que deixa de ser usada para se utilizar a do vencedor, de maior prestígio, deixando, contudo, marcas nessa última” (BASSETTO, 2001, p. 153).

Como consequência dos contatos do latim com línguas de substratos e de superstratos⁵⁵ e, acrescentado a isso as circunstâncias geográficas, históricas e sociais, tem-se configurado um quadro de diversificação da língua latina em sua modalidade vulgar.

Após três séculos de dominação germânica em território peninsular, a monarquia visigoda passa a ficar enfraquecida devido a algumas divergências internas, principalmente, lutas políticas e religiosas, o que fez dessa região um terreno propício à invasão dos muçulmanos, que, nesse período, eram senhores do norte da África, localização que favoreceu o acesso deles ao território peninsular.

Com a queda do Império Visigótico, os árabes invadem a Península em 711. Subjugam toda a região meridional e, nesse movimento, acabam por empurrar para a região Norte os hispanogodos. Essa nobreza visigoda, refugiada ao Norte, organiza-se, posteriormente, em reinos, dos quais partirão os movimentos de reconquista territorial.

Os quase oito séculos de dominação árabe, de 711 a 1492, resultaram no desenvolvimento de uma notável e representativa civilização no sul da Península. A aculturação dos povos cristãos dessa região foi considerável e se deu de tal forma que abarcou, praticamente, todos os setores da vida social desses povos subjugados.

Do norte, parte um movimento de reconquista de territórios que, além de ocupar as regiões dos invasores, resulta na formação de entidades políticas diferenciadas. A constituição da Galiza, Portugal, Astúrias, Leão, Castela, Navarra e Aragão, como reinos distintos, implicará a criação de fronteiras políticas que, posteriormente, transformam-se em fronteiras linguísticas.

No século IX, partindo do reino de Astúrias e Leão, o movimento de reconquista começa a libertar as regiões mais próximas, começando pelo vale do Douro e, depois, a região até o Mondego (rio localizado no norte da península). A reconquista, após a descoberta do túmulo do apóstolo Santiago, em Compostela (capital da Galiza), adquire um caráter de guerra santa, que passa a contar com o apoio da igreja.

Afonso VI, então rei de Castela e Leão, decidiu dar como recompensa à D. Henrique, casado com sua filha D. Teresa, os territórios de Portucale e Coimbra e a D. Raimundo, casado com sua outra filha Urraca, a região da Galiza. Com essa divisão geográfica, cada região passa a ter autonomia.

⁵⁵ Segundo Bassetto (2001), por superstrato designa-se “os vestígios e as influências de um povo dominador no idioma do dominado, idioma esse que passa a ser usado por ambos, já que a língua do dominador político deixa de ser falada” (BASSETTO, 2001, p. 157).

Afonso Henrique, filho de D. Henrique e de D. Teresa, decide reivindicar a independência do Condado Portucalense, para tanto, enfrenta sua própria mãe, na Batalha de São Mamede, e consegue, anos depois, por meio do Tratado de Zamora, fazer-se rei. A partir desse acontecimento, o papa Alexandre III, no ano de 1179, reconhece a independência de Portugal, e, nos anos seguintes, com o movimento da reconquista, vão sendo anexados mais territórios até a formação de todo Portugal.

Nas lutas pela reconquista dos territórios dos mouros, muitos desses territórios ficavam despovoados, o que facilitava para que os cristãos repovoassem-nos, geralmente, com habitantes vindos do Norte.

O movimento da Reconquista fez com que algumas monarquias que o comandavam se consolidassem, resultando na formação de estados fortes, e provocando, com isso, um deslocamento geográfico para o sul. Esse movimento, de deslocamento do norte para o sul do rio Douro, contribuiu para a separação entre o galego e o português.

O período em que as regiões foram reconquistadas, a forma como se deu o repovoamento e as influências que cada região experimentou repercutem diretamente na formação e nas inovações que cada língua sofreu para a consolidação das línguas que hoje fazem parte do território Ibérico (catalão, castelhano, galego, português).

Revisitada, de forma sucinta, a história da formação dos territórios da Galiza e de Portugal, faz-se oportuno, dado o caráter historiográfico do trabalho, apresentar uma breve *contextualização* dos autores elencados como *agentes secundários* na pesquisa, que representam o que aqui se denominou de *tradição* nos estudos da linguística histórica. Assim sendo, parte-se, no próximo tópico, para a exposição dos autores e das suas obras.

4.5 Fontes secundárias: os autores e suas obras

O primeiro autor a compor o panorama tradicional desses estudos é, por ordem de publicação, considerando as primeiras edições, das obras selecionadas para este estudo, Said Ali Ida (1908/2008).

Manuel Said Ali Ida nasceu em Petrópolis em 1861 e faleceu no Distrito Federal em 1953. Foi professor de alemão, geografia, francês e inglês em vários colégios do Rio de Janeiro, dentre eles: da Escola Militar e do Colégio Pedro II. Para Bechara (1962), Said Ali era um intelectual “possuidor de uma cultura polimorfa” (BECHARA, 1962, p.4). Suas pesquisas voltaram-se, principalmente, para esclarecer vários problemas filológicos da língua

portuguesa, considerando, para tanto, os aspectos sintáticos e semânticos da linguagem, sem deixar de considerar as indagações históricas. Enquanto geógrafo, Said Ali produziu o *Compêndio de Geografia Elementar* (1905), que buscava acompanhar o progresso da disciplina na Europa e ao qual se deve a divisão climatológica do Brasil e a denominação da região Nordeste (BECHARA, 1962, p. 4).

É autor de *Compêndio de geografia elementar* (1905); *Vocabulário ortográfico* (1905); *Dificuldades da língua portuguesa* (1908); *Lexiologia do português histórico* (1921) *Formação de palavras e sintaxe do português histórico* (1923); *Gramática secundária da língua portuguesa* (1927); *Meios de expressão e alterações semânticas* (1930); *Versificação portuguesa* (1949) e *Acentuação e versificação latinas* (1957), fora os vários artigos publicados na *Revista Brasileira*.

Serafim da Silva Neto nasceu na Ilha do Governador- RJ em 1917 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1960. Filólogo e linguista brasileiro publicou, desde muito cedo, obras importantes para a filologia de língua portuguesa, dentre elas, *Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi*, em 1938⁵⁶.

Foi aluno de Ismael de Lima Coutinho, no ginásio, e, de acordo com J. Moraes (2008), foi por intermédio deste que o filólogo travou contato com as obras de Said Ali e Antenor Nascentes. Era um autodidata e isso oportunizou a leitura de textos em alemão, francês, grego e latim. Ainda segundo J. Moraes (2008), formou-se em direito e doutorou-se em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia, o que proporcionou sua inserção no magistério, tendo atuado como professor no Liceu Nilo Pessanha, de Niterói, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil, na cátedra de Filologia Românica, na Prefeitura do Distrito Federal, no Colégio Pedro II e como professor visitante da Universidade de Lisboa, a convite do Governo Português.

Para Silva (2015), Silva Neto começou cedo sua produção acadêmica e manteve contato com notáveis mestres estrangeiros, além de ter adquirido uma das mais ricas bibliotecas sobre linguística geral e filologia românica. Ainda segundo o autor, Silva Neto juntou material para escrever a *História da Língua Portuguesa*, projeto que se tornou realidade em 1957 (SILVA, 2015, p. 125), além disso, suas publicações comprovam como o autor estava a

⁵⁶ De acordo com Moraes (2008), especificamente sobre a data de publicação de *Fontes do Latim vulgar: o Appendix Probi*, há divergência entre os pesquisadores quanto ao ano de publicação da obra. Em sua pesquisa, Moraes (2008) apresenta as versões de Albino B. Veiga (1967) que afirma que Silva Neto publicou *Fontes* aos 17 anos; de Olga Ferreira Coelho (1998) para quem a obra teria sido publicada aos 18 anos e para o próprio Moraes (2008) que atesta que a obra teria sido publicada quando o filólogo tinha 20 anos de idade (MORAES, J., 2008, p.33).

par das últimas conquistas da teoria linguística de sua época, ganhando reconhecimento, com suas publicações, em revistas científicas nacionais e internacionais.

Francisco da Silveira Bueno nasceu em Atibaia em 1898 e faleceu em São Paulo em 1989. Ocupou por trinta anos a cátedra de Filologia Portuguesa na USP, enfatizando o estudo histórico do português. De acordo com L. Moraes (1994), Bueno era uma autodidata na área e tinha forte base clássica de formação. A concepção de filologia que orientava seus cursos na universidade era ao mesmo tempo de “arte” e “ciência pura” em que o estudo filológico do português tinha como objetivo o conhecimento da civilização de um povo por meio do estudo histórico da língua (MORAES, L., 1994, p.417).

L. Moraes (1994) afirma ainda que, para atender as necessidades dos seus cursos, já que o filólogo não permitia a leitura de outros autores, Bueno publicou várias obras, dentre elas: *Estudos de filologia portuguesa*; *Tratado de semântica brasileira*; *Estilística brasileira*; produziu dicionário e uma *Gramática normativa da língua portuguesa*. Para os interesses desta dissertação, toma-se como referência a obra *A formação histórica da língua portuguesa*, cuja primeira edição é do ano de 1955.

Theodoro Henrique Maurer Jr. nasceu na região rural de Campinas São Paulo, em 1906 e faleceu no ano de 1979 em São Paulo. Autodidata, desde muito jovem interessou-se pelos estudos do latim e do grego. Foi professor de latim, inglês, português, francês e grego. Atuou em diversas instituições como na Escola Normal Livre de Franca, no Ginásio do Estado, em Campinas, no Instituto Mackenzie, no Instituto José Manuel da Conceição, na Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriano Independente, só para citar algumas, até ingressar, como aluno, no curso de Letras Clássicas e Português, na USP. Segundo Lima (2008), “Seu conhecimento já era tão significativo e sua experiência docente de tal maneira rica que, mesmo ainda aluno, no ano de sua licenciatura (1940), foi alçado à condição de professor assistente de Grego e Latim, ficando depois só com a assistência de Latim.” (LIMA, 2008, p. 158).

Doutorou-se em Latim na USP, em 1944, com a tese *A Morfologia e a Sintaxe do Genitivo Latino (estudo histórico)*. Recebeu uma bolsa de estudos da Rockefeller Foundation para estudar na Universidade de Yale, na qual teve oportunidade de fazer cursos de Linguística Indo-Européia, Sânscrito e Hitita com Leonard Bloomfield, Franklin Edgerton e Edgard Sturtevant. Ao retornar para o Brasil, foi recontratado como professor da USP com a tese *A unidade da România Ocidental* e, em 1952, recebeu a cátedra com o trabalho *O Latim Vulgar: estudo crítico (ibid.)*

Além de ser um linguista dedicado à Linguística Histórica, catedrático em Filologia Românica, foi o responsável por iniciar, em cursos de especialização, os estudos em Linguística Geral na USP, mesmo antes de a Linguística ser inserida no Currículo mínimo da Faculdade pelo Governo Federal (BOLETIM ALFA, 1972-1973, p. 9)⁵⁷.

Silvio Elia nasceu no Rio de Janeiro em 1913 e faleceu na mesma cidade em 1998. Dedicou-se desde o início de sua carreira aos estudos do português e do latim. Foi professor de várias instituições, dentre as quais universidades brasileiras e estrangeiras nas quais ministrou disciplinas como Linguística Românica e Introdução aos Estudos Linguísticos. Para Bechara (1999), Elia demonstrava interesse pelos estudos filosóficos, com discussões sobre o estatuto epistemológico das ideias e correntes linguísticas, pelos estudos da língua brasileira, principalmente no domínio da variação e mudança linguísticas em que se sobressaia seu posicionamento da “unidade na diversidade do português do Brasil em relação à língua portuguesa como instituição histórica” (BECHARA, 1999, p.13). Elia publicou o livro *Preparação à linguística românica* para atender as necessidades das Faculdades de Letras e para ministrar aulas de Filologia Românica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Bruno Fregni Bassetto é professor titular, aposentado, de filologia românica na USP. Seguidor das ideias de Theodoro Maurer Jr., é um intelectual de vasta cultura e conhecedor do grego, latim, alemão e de todas as línguas românicas e muitos de seus dialetos. Produziu obras sobre o português no contexto românico, filologia românica, as minorias linguísticas da românia etc. Com o livro *Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas* ganhou o Prêmio Jabuti de 2002, na categoria Teoria Literária Linguística⁵⁸.

Rosa Virgínia Mattos e Silva nasceu em 1940 e faleceu em 2012 na Bahia. Foi professora titular de língua portuguesa na Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora que era, seus trabalhos sempre se enquadraram às questões metodológicas e teóricas da Linguística Histórica. Com ênfase no estudo do português, suas pesquisas voltavam-se para as temáticas da linguística histórica, história da língua portuguesa, história do português brasileiro, português arcaico e ensino da língua portuguesa. Sua produção científica concentrava-se, também, no português medieval, com incursões na Dialectologia, na Sociolinguística, na Linguística indígena, na política de ensino da língua portuguesa e em

⁵⁷ Estas informações foram retiradas da *Apresentação* de uma homenagem feita pelo Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis ao Prof. Maurer, através do boletim Alfa, em que foram produzidos uma série de artigos que compõem a *Miscelânea de estudos dedicados ao Professor Theodoro Henrique Maurer Júnior*, na edição correspondente aos números 18/19 de 1972-1973.

⁵⁸ As informações sobre o autor foram retiradas do seu currículo na plataforma *lattes* e do site da EDUSP. Disponível em: <<http://www.edusp.com.br>>. Acesso em: 20/05/2016.

outras áreas do saber. A obra elencada para esta pesquisa foi *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*⁵⁹.

Renato Miguel Basso⁶⁰ é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Suas pesquisas concentram-se na descrição de fenômenos linguísticos na área da semântica e da pragmática formais e na área da linguística história e epistemologia da linguística. É autor de vários artigos e livros ligados à sua área de pesquisa, dentre eles *História concisa da língua portuguesa*, eleita como fonte para esta dissertação.

Rodrigo Tadeu Gonçalves⁶¹ é professor adjunto de Língua e Literatura Latina na graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve trabalhos nas áreas de língua e literatura latina, história da gramática, história e filosofia da linguística, estudos da tradução, retórica e sofística. Publicou vários artigos e livros, dentre eles *História concisa da língua portuguesa*, utilizada como fonte para esta pesquisa.

Carlos Alberto Faraco⁶² nasceu em 1950 é professor titular, aposentado, na Universidade Federal do Paraná, na qual foi reitor de 1990 a 1994. Desenvolve pesquisas na área de ensino de língua materna, produção de textos, história da língua portuguesa, políticas linguísticas, linguística aplicada, ensino de português, história do pensamento linguístico etc. Foi o responsável por introduzir o pensamento de Mikhail Bakhtin no Brasil. É coordenador da Comissão Nacional Brasileira do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, órgão linguístico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É autor de *Uma introdução a Bakhtin; Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas ; Prática de texto* - com Cristovão Tezza; *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós; História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, entre outros. A última obra citada foi utilizada nesta pesquisa.

Todos os autores supracitados ganham representatividade, nesta pesquisa, por desenvolverem trabalhos que tomam por base a perspectiva histórica da língua, cara a esta dissertação. Após as considerações gerais de caráter biográfico, feitas acima, passa-se às discussões dos aspectos relativos à análise interna das obras.

⁵⁹ As informações sobre a autora foram retiradas do seu currículo na plataforma *lattes* e do sítio *Currículo Acadêmico de Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/Curr%C3%ADculo%20de%20Rosa.pdf> Acesso em: 20/05/2016.

⁶⁰ Todas as informações sobre o autor foram retiradas do seu currículo na plataforma *lattes*. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/6984826176670527>>. Acesso em: 12/09/2016.

⁶¹ Todas as informações sobre o autor foram retiradas do seu currículo na plataforma *lattes*. <http://lattes.cnpq.br/0497560630462156>>. Acesso em: 12/09/2016.

⁶² Todas as informações sobre o autor foram retiradas do seu currículo na plataforma *lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1449863044828465>>. Acesso em 12/09/2016.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE INTERNA: ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Até o presente capítulo foram apresentados dados referentes aos aspectos externos relacionados à pesquisa. Neste capítulo, por sua vez, serão analisados os aspectos internos concernentes à *GPPB* e às *fontes secundárias* em que se observou um tratamento dado à origem da língua portuguesa. A análise do texto gramatical que compõe o *corpus* principal desta pesquisa permitiu observar que o autor *GPPB* trata a origem da língua portuguesa, sobretudo, através de três perspectivas, a saber: histórica, linguística e ideológica.

Diante disso, o procedimento com a análise seguirá os seguintes passos: a princípio, será apresentada uma análise interna das *fontes secundárias* tomadas em conjunto. Em seguida, será explicitada a visão do autor da *GPPB* sobre o tema, intentando, com isso, compor um quadro em que se sobressaiam as particularidades de cada autor para, por fim, comparar os posicionamentos e estabelecer possíveis *influências* a partir da *escolha de retórica* utilizada pelo autor para corroborar sua tese. Por último, faz-se uma análise dos pressupostos de Bagno em relação a movimentos de *continuidade* e *descontinuidade* com outras tradições de estudos.

5.1 A tradição na linguística histórica: análise interna das obras

Antes de discutir especificamente sobre a abordagem histórica relacionada à origem do português na *GPPB*, cumpre, em razão de um dos objetivos propostos pela pesquisa (identificar se há continuidade e/ou descontinuidades no discurso do autor *GPPB* em relação às propostas antecessoras sobre a origem da língua portuguesa), apresentar a posição dos autores selecionados com relação aos seus posicionamentos sobre a origem do português. Para tanto, foram postos em destaque excertos retirados da obra de cada autor de modo a fundamentar seu posicionamento.

Empreender um estudo sobre a origem histórica da língua portuguesa passa, antes, pela compreensão de um passado que revela diversas relações entre línguas e povos distintos que, em meio a diversos fatores sociais, políticos, geográficos, linguísticos etc., contribuíram, ao longo da história, para o que hoje é reconhecido como português.

Afirmar que a língua portuguesa tem origem latina, para alguns autores, significa reconhecer que algumas palavras que formam o léxico do português, bem como certas

características sintáticas, morfológicas e fonológicas estão presentes no latim que era falado principalmente pelas camadas pobres de Roma e que foi levado para as regiões conquistadas posteriormente.

Nesse sentido, para entender a história do português, é preciso remontar-se às origens latinas. No caso das línguas românicas, o latim vulgar, de acordo com os pressupostos da linguística histórica, é reconhecido como sendo a variedade⁶³ lhe deu origem.

A língua latina, saída da Península Itálica, acompanhou os romanos durante um longo período de conquistas territoriais, instalando-se em partes da Europa, África e regiões da Ásia. Com o passar do tempo e com a fragmentação do Império, transformou-se em dialetos distintos que deram origem às línguas românicas, como já explicitado no tópico 4.4.

Em estudos que contemplam a história da língua portuguesa, autores como Said Ali (1908/2008⁶⁴), Silva Neto (1938/1946), Bueno (1955/1967), Maurer Jr. (1962), Elia (1974/1979), Bassetto (2001), Mattos e Silva (2006), Basso e Gonçalves (2014) e Faraco (2016) tratam em seus textos sobre a origem das línguas românicas.

Para tanto, no que se refere à origem histórica da língua portuguesa, pode-se considerar que os discursos dos autores selecionados aproximam-se em alguns pontos, especificamente, no que diz respeito à filiação da língua portuguesa ao latim vulgar, constituindo, assim, uma *tradição* nos estudos histórico-linguísticos.

Em vista disso, buscou-se, no quadro abaixo, a partir de excertos retirados das obras, apresentar, de forma sintética, a posição de cada autor, como se vê a seguir:

Quadro 3: Organização das obras e autores da tradição

Obra	Autor	Ano/ Edição	Excertos
Dificuldades da língua portuguesa ⁶⁵	Manuel Said Ali	1908/2008 ⁷ ed	“O próprio <i>latim</i> , muito antes de se <i>esgalhar</i> em reto-romano, rumeno, italiano, provençal, francês, espanhol e português já não corria entre o povo

⁶³ O latim possuía algumas variedades que distinguiam modalidades linguísticas, dentre elas: *sermo urbanus*, *sermo classicus*, que se desdobraram em latim eclesiástico e latim profano, e *sermo plebeius*, modernamente designado de latim vulgar, que se desdobrou em português, galego, castelhano, catalão, provençal, francês, rético, sardo, italiano, dalmático e romeno. Para uma leitura mais aprofundada sobre as variedades do latim, ver Bassetto (2001).

⁶⁴ Tendo em vista a importância da datação das fontes para um estudo historiográfico e, muitas vezes, da dificuldade de acesso às primeiras edições das fontes selecionadas para a pesquisa, far-se-á, nesta dissertação, a partir desta citação e no decorrer de todo o texto, no caso de obras antigas e/ou reeditadas, a citação primeiro da data da publicação original seguida da data da edição consultada.

⁶⁵ A organização e a disposição das obras e dos autores, no quadro, deram-se em ordem crescente, ou seja, do menor para o maior, considerando o ano da primeira edição das obras eleitas.

			com a pureza primitiva” (SAID ALI, 2008, p. 207, grifos nossos).
Fontes do latim vulgar: o apêndix probi	Serafim da Silva Neto	1938/1946 2ª ed	“Do <i>substrato das línguas românicas</i> deve dizer-se, simplesmente, <i>que foi o latim</i> , o verdadeiro latim, isto é, a língua viva e corrente” (SILVA NETO, 1946, p. 41, grifos nossos).
A formação histórica da língua portuguesa	Francisco da Silveira Bueno	1955/1967 3ª ed	“O <i>latim</i> , que penetrou na Ibéria, no século III antes de Cristo, trazido pelas tropas de Cipião, em guerra com Aníbal, pertencia ao tipo vulgar e rústico. Vulgar falariam os comandantes, os escrivães, a gente encarregada da burocracia. Rústico a demais soldadesca, os mesterais que faziam parte das legiões romanas. [...] Celtas e iberos, nessa fusão denominadora <i>celtiberos</i> , tiveram de aprender este latim rústico, plebeu para elevar-se até aquele vulgar e polido na escola. <i>Das imperfeições deste aprendizado idiomático provieram as três línguas românicas da Península: o português, o castelhano e o catalão</i> ” (SILVEIRA BUENO, 1967, p. 11, grifos nossos).
O problema do latim vulgar	Theodoro Henrique Maurer Jr.	1962	“foi Diez quem estabeleceu sobre bases científicas a <i>origem latina das línguas românicas</i> , demonstrando claramente que existia em Roma, ao lado da língua literária, uma língua popular e rústica” (MAURER JR., 1962, p. 15, grifos nossos).
Preparação à Linguística Românica	Silvio Elia	1974/1979 3ª ed	“Há porém o <i>latim vulgar encarado precipuamente como base comum das línguas românicas</i> , como o lugar geométrico a que são reconduzidas as chamadas leis fonéticas que descrevem a evolução do latim em neolatim. É o latim entendido como <i>Ursprache</i> ” (ELIA, 1979, p. 38, grifos nossos).
Elementos de Filologia Românica: história externa das	Bruno Fregni Bassetto	2001	“É sabido que <i>as línguas românicas provêm do latim</i> ; o termo “latim”, porém, não é unívoco, já que existem numerosas variedades. Interessa à Filologia Românica particularmente o

línguas			chamado “ <i>latim vulgar</i> ”, eminentemente falado e, por isso, de reconstrução árdua, mas a verdadeira fonte das línguas românicas” (BASSETO, 2001, p. 87, grifos nossos).
O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe	Rosa Virgínia Mattos e Silva	2006	“Sempre que julgamos essencial, olhamos para o <i>latim</i> , língua que o português, como as demais línguas românicas, continua” (MATTOS e SILVA, 2006, p. 97, grifos nossos).
História concisa da língua portuguesa	Renato Miguel Basso e Rodrigo Tadeu Gonçalves	2014	“Para entender a história do português, será necessário compreender o percurso que o <i>latim</i> trilhou até se diferenciar em línguas românicas, especialmente porque a língua que resultou nas línguas românicas modernas não foi o que chamamos de latim clássico, mas, antes, o <i>latim falado pelas pessoas comuns</i> , no dia a dia, nas mais diversas interações, o chamado <i>latim vulgar</i> ” (BASSO e GONÇALVES, 2014, p. 35, grifos nossos).
História sociopolítica da língua portuguesa	Carlos Alberto Faraco	2016	“A língua que designamos atualmente pelo nome de <i>português</i> é o desdobramento histórico dos falares românicos ¹ que se desenvolveram, nos séculos posteriores à dissolução do Império Romano do Ocidente [...]” (FARACO, 2016, p.14, grifo do autor). ¹ Com o adjetivo românico qualificam-se as línguas que se constituíram como desdobramentos históricos da chamado <i>latim vulgar</i> [...] (grifo nosso) ⁶⁶

Fonte: quadro organizado pela autora desta pesquisa

Um estudo historiográfico, a partir de pressupostos gerais, possibilita examinar em detalhes a complexidade de um conhecimento linguístico. É preciso, pois, revisitar os estudos

⁶⁶ A nota de rodapé referente ao adjetivo “românicos” consta na obra de Faraco (2016).

de autores consagrados do passado e/ou mesmo de publicações recentes no intuito de entender o percurso histórico de algumas ideias.

A disposição dos autores no quadro acima se faz oportuno pelo fato de se poder vislumbrar de forma sucinta o ponto de vista de cada autor. Os referidos autores apresentam o latim vulgar como a língua que deu origem à língua portuguesa.

Said Ali ao elaborar *Dificuldades da língua portuguesa*, em 1908, discorre sobre as vicissitudes pelas quais passam todas as línguas e, a partir disso, atesta que o “próprio *latim*, muito antes de se *esgalhar* em reto-romano, rumeno, italiano, provençal, francês, espanhol e português” (SAID ALI, 2008, p.207) sofreu as mudanças inerentes a todas as línguas, merecendo destaque, nesta passagem, o fato de o autor considerar o latim como sendo a origem das línguas por ele destacadas.

Silva Neto, em *Fontes do latim vulgar: o apêndice probi* (1946), apesar de orientar a discussão de seu livro para a investigação das fontes como fundamentação para o estudo do latim vulgar, não deixa de contemplar a história externa da língua como um correspondente da realidade histórica e como um meio de encaminhar um melhor entendimento da história interna de uma língua. Dessa forma, ao dissertar sobre as línguas românicas, afirma que “Do *substrato das línguas românicas* deve dizer-se, simplesmente, *que foi o latim*, o verdadeiro latim, isto é, a língua viva e corrente” (SILVA NETO, 1946, p. 41). O latim, então, é alçado à condição de essência, de substrato das línguas românicas, isto é, das línguas nascidas como desdobramentos históricos do chamado latim vulgar⁶⁷.

Bueno, no livro *A formação histórica da língua portuguesa* (1967), ao afirmar que o latim que penetrou na Ibéria era do tipo vulgar e rústico e que foi este o provedor das “três línguas românicas da Península: o português, o castelhano e o catalão” (BUENO, 1967, p. 11), confere ao português uma origem latina.

Maurer Jr., por seu turno, em *O problema do latim vulgar* (1962), propõe-se a estudar o latim vulgar a partir de vários aspectos: fonético, morfológico, sintático e lexical, demonstrando, com isso, a necessidade de se conhecer melhor o latim vulgar, língua do povo latino, da qual se originaram as línguas românicas. O filólogo, ao citar Diez como o fundador dos estudos que estabeleceram as bases científicas para a origem latina das línguas românicas, compartilha, com este, a noção de filiação das línguas românicas, dentre elas, o português com o latim, especificamente o latim vulgar.

⁶⁷ Sobre o adjetivo românico, ver Faraco (2016).

Silvio Elia, em *Preparação à Linguística Românica* (1979), ao desenvolver seu estudo busca aliar a Filologia e a Linguística Histórica no intuito de estudar os fatos linguísticos a partir de textos, tencionando explicá-los do ponto de vista de sua estrutura histórica e cultural. Assim, ao reportar-se ao latim vulgar reconhece que ele é a “base comum das línguas românicas” (ELIA, 1979, p. 38), rejeitando qualquer estudo que se contraponha a esta afirmação, como se pode constatar na passagem em que o autor afirma que o francês François Raynouard, precursor de Diez e grande conhecedor do antigo provençal, “defende uma teoria que não se pôde sustentar, pela qual as línguas neolatinas se explicariam como derivações não diretas do latim e sim de uma “língua romana”, que, no seu entender, era o provençal falado do séc. VII ao IX” (ELIA, 1979, p. 5-6).

Bassetto (2001), em *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*, não hesita ao afirmar que “É sabido que as línguas românicas provêm do latim” (BASSETTO, 2001, p. 87), notadamente, do chamado “latim vulgar” variedade do latim levada a todos os recantos do Império. Assim, para o filólogo, não resta dúvida de que o português, o galego, o castelhano, o catalão, o provençal, o francês, o rético, o sardo, o italiano, o dalmático e o romeno são desdobramentos desse latim.

Mattos e Silva (2006), em *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, volta-se para os estudos histórico-diacrônicos da língua portuguesa, de forma mais específica ao estudo do português arcaico. Relevante destacar os argumentos por ela apresentados em que, ao reconhecer a importância da contextualização histórica, declara ser “essencial, olharmos para o latim, língua que o português, como as demais línguas românicas, continua” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 97). Nessa passagem, a autora reforça a ideia tradicional dos estudos históricos que reconhecem o português como uma continuação do latim.

Basso e Gonçalves, no livro *História concisa da língua portuguesa* (2014), historicam a língua portuguesa desde suas origens remotas até sua transformação em línguas românicas, mostrando as mudanças pelas quais passaram as línguas ao longo dos séculos até chegar ao continente americano e atestam que as línguas românicas modernas são descendentes do latim vulgar.

Faraco, último autor a compor o quadro dos autores da tradição dos estudos da Linguística Histórica, em *História sociopolítica da língua portuguesa* (2016), empreende um trabalho em que revisita vários aspectos da história sociopolítica da língua portuguesa. Especificamente no que diz respeito à origem da língua portuguesa, o autor afirma ser o português um “desdobramento histórico dos falares românicos” (FARACO, 2016, p.14).

Vê-se, pois, a partir da explanação acima, que todos os autores supracitados reservam, em seus trabalhos, momentos em que informam aos seus leitores sobre a origem da língua portuguesa, restringindo seus discursos a entender o português como uma variedade linguística originada do latim vulgar. Nesta pesquisa, os estudos históricos apresentados por esses autores são, portanto, classificados como *tradicionais* na linguística histórica, por constituírem um saber legitimado em uma área de pesquisa e por serem compartilhados por um grupo de pesquisadores.

Apresentadas as concepções dos autores selecionados como *fontes secundárias* nesta pesquisa, passa-se, no próximo subtópico, à apresentação da posição de Bagno sobre a questão da origem da língua portuguesa.

5.2 Filiação genealógica na *GPPB*: o português e o galego

Logo nas primeiras páginas da seção relativa ao tratamento da história da língua portuguesa, na gramática de Bagno, surgem alguns elementos novos no texto. O primeiro deles é o que o autor apresenta como *portugalego* que, nas suas próprias palavras, seria “um nome formado da junção de português e galego, as duas línguas mais antigas do grupo, embora a ordem cronológica seja inversa à da formação do nome: primeiro nasceu o galego e do galego nasceu o português” (BAGNO, 2011, p. 202).

O referido autor concebe, então, o grupo *portugalego* como parte da família das línguas românicas. Desse modo, para ele, integram esse grupo o galego (origem de todas as línguas do grupo), o português, o português brasileiro (interpretado pelo autor como uma língua independente), diversas línguas da África (cabo-verdiano, fá d’Ambô, kriol, lunguyê, etc), da Índia (crioulo da costa de Coromandel, crioulo de Bengala, crioulo de Bombaim etc), da Indonésia (crioulo de Ambom, crioulo de Flores, crioulo de Java etc), da China (crioulo de Macau, patuá macaense), entre outras⁶⁸. Interessante destacar que a abordagem histórica proposta por Bagno reivindica uma origem comum para essas línguas, por mais que sejam diferentes na estrutura e na constituição política e social.

É notória a atenção dedicada pelo autor ao tema. Como exemplo, destaca-se o trecho no qual declara que “primeiro nasceu o galego e do galego nasceu o português. Assim, todas as línguas do grupo são continuções históricas do *galego* [...]” (BAGNO, 2011, p.202, grifo do autor).

⁶⁸ Para uma lista completa das línguas que compõem o grupo *portugalego*, ver Bagno (2011).

Bagno, ao longo do tópico dedicado ao tema, assinala a importância da origem histórica e geográfica da Galiza como fatores que legitimam seu discurso, para ele, “O galego surgiu, portanto, no extremo noroeste da Península Ibérica, resultante da evolução do latim vulgar com a(s) língua(s) falada(s) pelos habitantes originais da região” (*ibid.*, p. 214).

Retomando um pouco a história desse território, foi devido a disputas e divisões territoriais, explicadas no tópico 4.4, que o território galego e o território português, ainda na Idade Média, tomaram caminhos bem diferentes. Para Bagno, são os conflitos familiares, entre as irmãs Urraca e Teresa e entre esta e seu filho, que marcaram os destinos separados de galegos e portugueses (*ibid.*, p. 219). Afonso Henrique, filho de Teresa, ao sair vitorioso da guerra contra sua própria mãe e, ao ser proclamado rei de Portugal, torna o reino de Portugal independente e, a partir disso, empreende a expansão do território Português, finalizada com a conquista da cidade do Faro, em 1249, estabelecendo, com isso, as fronteiras nacionais desse território.

Já a região da Galiza, devido a mudanças políticas e familiares, permaneceu integrada à Coroa de Leão e Castela e com o tempo passou a ser uma província da Espanha. Só no fim dos anos de 1970 é que o galego passa a ser reconhecido como língua oficial daquela região, por mais que, como afirma o autor, ainda não seja considerado um país independente.

Todos esses fatores, para Bagno, teriam contribuído para a valorização de uma língua em detrimento da outra (portuguesa e galega, respectivamente) e a consequência dessa valorização foi o não reconhecimento, por parte dos estudos linguísticos e filológicos tradicionais, da Galiza como a nação da qual se originou a língua portuguesa.

Cumprido destacar, ainda, outros fatores que, segundo ele, justificam o fato de os estudiosos, que se dedicaram aos estudos sobre as origens da língua portuguesa, não creditarem à Galiza seu *status* de língua “fonte” do português. Algumas passagens suas, como a que segue no excerto abaixo, evidenciam sua tese:

Por causa de sua localização afastada com relação aos centros políticos, econômicos e culturais do resto da Espanha, a Galiza sempre foi (e até hoje é) a região mais pobre e menos desenvolvida do país. Sua população e sua língua viveram marginalizadas e sempre sofreram forte discriminação por parte dos demais povos que habitam a Espanha (e por parte dos portugueses também: basta ver as acepções que o dicionário Houaiss oferece de *galego* como uso característico de Portugal: “indivíduo rude, grosseiro”, e de *galegada* como “ato impensado, ignorância, estupidez”) (BAGNO, 2011, p. 223, grifos do autor).

Essa situação apresentada, de marginalização do galego, ainda segundo o autor, foi o fator mais contundente para o não reconhecimento do português como continuação histórica da língua galega. É inegável, então, para Bagno, a importância do galego como parte essencial da história do português, como se pode ver abaixo:

Por isso *não é correto*, do ponto de vista histórico-geográfico, afirmar, como fazem todas as obras filológicas e gramáticas históricas, que “*o português vem do latim*”. *O português vem do galego* – o galego, sim, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na *Gallaecia* romana e na Galiza medieval (BAGNO, 2011, p. 224, grifos nossos).

Bagno atribui ao galego a importância de ser a origem de diversas línguas, dentre elas, o português e o português brasileiro, particularizando, com seu discurso, seu ponto de vista e contrapondo-se à toda uma tradição difundida pela Linguística Histórica. Não é de surpreender a postura de Bagno ao introduzir na sua gramática elementos baseados na história, visto que seu raciocínio sempre começa pela retomada desse tipo de relato, dada sua experiência frente a esses assuntos. Entretanto, no que toca à origem do português, encontramos em Bagno uma posição que se distancia da proposta apresentada pelos outros autores aqui elencados.

Em síntese, constatou-se, pelo discurso do autor nos excertos elencados, um posicionamento embasado histórico, linguístico e ideologicamente. Nesse sentido, colocam-se em pauta valores, intenções, posições e modos de investigação que se sobressaem na retórica utilizada pelo autor, nos argumentos e nas seleções léxicas presentes no material selecionado que demonstram e reforçam seu posicionamento e que são produtivos para uma análise em HL, destacando, com isso, a extrema complexidade do conhecimento linguístico. Esses itens serão analisados no próximo subtópico ao serem examinadas inovações na *GPPB*, as *influências* e a *escolha de retórica do autor*.

5.3 Inovação, Influência e Escolha de retórica do autor

Feitas essas análises, sobre as principais ideias presentes nas fontes eleitas como *corpus* desta pesquisa, passa-se a apresentar, neste subtópico, os valores, as intenções, a posição e o modo de investigação revelados pela análise da retórica empregada pelo autor na *GPPB*.

Bagno parece, de fato, querer imprimir, em sua gramática, aspectos inovadores, que certamente coadunam-se com a visão que o autor tem de língua. Como exemplos dessas inovações, alguns aspectos foram selecionados, a saber: no título, pode-se observar que os termos “pedagógica” e “brasileiro” conferem, ao material, traços de novidade, visto que não são termos comumente usados nesse tipo de gênero, *gramática*. Outra particularidade que promove caráter de inovação à gramática é o público ao qual o autor destina sua obra: professores de português da educação básica, atuantes ou em formação. Sobre essa característica da gramática de Bagno, Faraco e F. Vieira (2016) afirmam que “Tal endereçamento é raro em se tratando de historiografia gramatical luso-brasileira” (FARACO E F. VIEIRA, 2016, p. 295). A forma como o autor elabora o sumário da obra, dividindo-o em livros e, estes, em capítulos, também soa inovador, já que se vale de metáforas para nomear títulos, assuntos, conceitos, terminologias etc., o que pode ser considerado inabitual, logo, uma novidade nesse tipo de gênero. O *corpus* é mais um elemento que pode ser tratado como um aspecto inovador na obra, visto que o autor utiliza enunciados jornalísticos (do meio escrito e digital), dados do projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta) e diz não utilizar citações literárias como exemplos em sua gramática. Além desses elementos, o autor parece inovar, também, nas terminologias gramaticais. Sobre isso, Faraco e F. Vieira (2016) afirmam que Bagno vale-se de “elementos da tradição, reordenado-os, renomeando-os e ampliando seu rol e sua conceituação com elementos trazidos das teorizações da linguística” (*ibid.*, p. 314). A inovação, também, pode estar presente na incorporação de teorias linguísticas ao texto; na classificação que o autor faz das línguas e em vários outros elementos da gramática⁶⁹.

Especificamente no capítulo cinco de sua gramática, objeto de análise desta pesquisa, Bagno direciona seu discurso para um lugar distinto do que se faz nos estudos tradicionais da Linguística Histórica, articulando o tom do seu discurso em torno de uma ideia de “ruptura”. Em relação a isso, pode-se apontar como primeiro elemento que corrobore essa ideia o título do capítulo, “Do galego ao brasileiro”, em que é possível perceber, através do jogo argumentativo do qual o autor se vale, principalmente pelo que está implícito, que ao suprimir propositalmente o “português” dessa filiação, o autor coloca em evidência a ideia defendida em sua gramática de que o português brasileiro é uma língua plena e independente do português europeu.

Ainda seguindo essa linha de interpretação, pode-se destacar do texto expressões como “grupo portugalego” (BAGNO, 2011, p.202), “língua materna hegemônica” (*ibid.*, p.210),

⁶⁹ A intenção não foi esgotar ou rastrear todos os elementos que podem ser considerados inovadores na obra, mas apresentar, em linhas gerais, alguns elementos que destaquem essas possíveis inovações na *GPPB*.

“família de línguas derivadas do galego” (*ibid.*, p.214), que reforçam a sua proposta, pondo em evidência seus argumentos e marcando o seu discurso com um tom de “inovação”.

Uma análise da retórica utilizada por Bagno, em geral, pode corroborar a ideia de que o autor formula seu discurso no sentido de conduzir o leitor, a partir da rede argumentativa que ele constrói, a considerar suas ideias como válidas e, conseqüentemente, a abandonar as propostas veiculadas pela Linguística Histórica.

Desse modo, seu discurso pode ganhar destaque, na comunidade científica, por valores implícitos na obra, são eles: o fato de Bagno ser um linguista que possui certa representatividade no cenário nacional; apresentar experiência frente a assuntos históricos; ser professor de uma universidade pública de reconhecida importância por toda sociedade e, por fim, por fazer parte de um rol de linguistas preocupados em produzir materiais que, como afirmam Faraco e F. Vieira (2016), cumprem as “demandas pedagógicas de nossa época em se tratando de ensino de língua e gramática” (FARACO E F. VIEIRA, 2016, p.295).

Outro ponto de particular interesse para essa discussão é o modo como os enunciados são organizados pelo autor, como pode ser observado nos excertos abaixo:

- 1- “[...] o português *era* e *é* a continuação histórica da língua galega [...]” (BAGNO, 2011, p.224, grifos nossos);
- 2- “Por isso *não é correto, do ponto de vista histórico-geográfico*, afirmar como fazem todas as obras filológicas e gramáticas históricas, que ‘o português vem do latim’”(*ibid.*, grifos nossos);
- 3- “O português *vem* do galego” (*ibid.*, grifo nosso);
- 4- “[...] o galego, *sim*, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na *Gallaecia romana* e na Galiza medieval” (*ibid.*, grifos nossos).

De fato, o tom do discurso de Bagno, nessas passagens, soa categórico. O uso do verbo ser, nas formas ‘era’ e ‘é’, no primeiro exemplo, parece não abrir margem para que o leitor faça outro tipo de leitura histórica para esse acontecimento. A negativa, no exemplo dois, corrobora sua tese, pois, ao passo em que o autor nega o que foi e é transmitido pela

tradição desses estudos, evidencia que sua pesquisa está embasada tanto histórica quanto geograficamente.

No exemplo três, o uso do verbo ‘vir’, na terceira pessoa do presente do indicativo, marca uma precisão no discurso do autor, evidenciado a materialização de seu posicionamento discursivo, complementado pelo exemplo quatro em que o uso do “sim” conclui seu posicionamento ao declarar que o galego é que tem origem no latim vulgar, deixando transparecer, através de seu discurso, valores que estão por trás de seus dizeres científicos e argumentativos, como, por exemplo, preconceitos que foram sendo construídos em relação à língua galega, questões políticas que envolvem Portugal e Galiza etc.

De maneira geral, pode-se dizer que os exemplos reforçam o tom de inovação assumido pelo autor na *GPPB*, estabelecendo, a partir de seu discurso, uma *retórica de ruptura* em relação ao discurso tradicional, que, na história do conhecimento sobre a origem da língua portuguesa, evidencia-se como uma *descontinuidade* com modos anteriores de classificar a filiação da língua portuguesa⁷⁰.

Entretanto, considerando o estudo filosófico-epistemológico que embasa esta pesquisa, Murray (1993), ao tratar da *retórica revolucionária* adotada por grupos de especialidades, declara que nenhuma comunidade ou ideia é totalmente inovadora, baseando-se, para tanto, nas ideias de maiores descontinuidades com relação a grupos mais antigos de pesquisadores. Fleck (1935/2010⁷¹), por seu turno, desenvolve suas ideias demonstrando que a pesquisa científica deve ser de natureza coletiva, com ideias vinculadas a uma sociedade, a uma situação histórica ou cultural e, no caso particular da ideia sobre a produção de novos conhecimentos, encaminha suas descobertas sobre a história da ciência no sentido de que a verdade científica não é mérito de um único pesquisador, mas o resultado dos esforços de vários indivíduos. Nesse sentido, entrecruzando essas duas perspectivas que buscam explicar como surgem e se desenvolvem as ideias em uma comunidade científica, pode-se estabelecer, como critério importante para este estudo, os fatores sociais e culturais, de forma que o conhecimento é o resultado sócio-histórico de um pensamento partilhado por uma comunidade.

⁷⁰ Na HL, de modo geral, os termos *continuidade* e *descontinuidade* não são utilizados em relação à descrição de um fato linguístico em si, mas na mudança de como se enxerga o fenômeno linguístico no tempo. No entanto, esta dissertação entende os termos *continuidade* e *descontinuidade* considerando a tensão existente entre eles em relação à história, neste caso, da história da origem da língua portuguesa. Agradeço ao Prof. Ricardo Cavaliere pelas observações.

⁷¹ Ver nota de rodapé 2.

A *GPPB*, diferentemente de outras gramáticas, é a primeira a abordar a tese do galego como a língua que deu origem à língua portuguesa, como podemos constatar a partir da citação de Lagares (2013), na qual o autor afirma:

Essa abordagem é superada pela primeira vez na recente *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012), uma obra que adota explicitamente um “discurso herético” (Bourdieu, 1996) sobre a língua portuguesa no Brasil, e na qual Marcos Bagno afirma que o português não vem do latim [...] (LAGARES, 2013, p. 343, grifos do autor).

Ademais, no que diz respeito à divulgação dessa proposta de classificação, por Bagno, em outros meios, além da *GPPB*, aparece como resultado desta pesquisa um artigo intitulado *O português não procede do latim: uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego*⁷², publicado em uma revista galega, no ano de 2011, mesmo ano de publicação da *GPPB*, e um capítulo de livro intitulado *Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas*, publicado no livro *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, organizado por Luiz Paulo Moita Lopes, no ano de 2013. Por fim, não consta, até o período de elaboração desta dissertação, no Repositório Institucional da Universidade de Brasília, instituição na qual Bagno é professor, nenhuma dissertação ou tese orientada pelo autor sobre essa temática⁷³. Esse tipo de informação permite que se conjecture que, pelo fato de ser uma gramática publicada recentemente e pela pequena divulgação em outros gêneros textuais, no Brasil, a recepção da tese divulgada por Bagno não viabilizou, ainda, a formação de um grupo ou grupos de especialistas na área, diferentemente de Portugal e de Galiza onde há um grande número autores que se dedicam ao estudo e divulgação dessa temática.

Bagno, como já apresentado do subtópico 4.3 desta dissertação, viajou à Galiza, em 2006, a convite de Henrique Monteagudo, para ministrar cursos sobre o *português brasileiro* no Mestrado da Universidade de Santiago de Compostela, na área de Filologia Galega e Portuguesa. A partir daí, travou os primeiros contatos com a língua galega e com obras que retratavam a história da língua galega e, conseqüentemente, da origem histórica da língua portuguesa vinculada a ela.

A partir desse período, percebe-se uma mudança expressiva no posicionamento de Bagno, acerca da origem da língua portuguesa. O tempo que passou na Galiza permitiu-lhe

⁷² Grial – Revista Galega de Cultura, n. 191, 2011, p. 34-39. <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/290747>>. Acesso em 25/08/2016.

⁷³ Essa informação é concernente ao período de elaboração dessa pesquisa. <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em 26/08/2016.

aprofundar o que já sabia sobre a história da língua portuguesa, mas, principalmente, adentrar na sócio-história da Galiza. O “clima de opinião” ao qual estava inserido, a amizade com Monteagudo e as leituras com as quais travou contato, provavelmente, propiciaram-lhe uma aproximação com as ideias em voga.

O autor passa a assumir um discurso destoante do que é difundido pela Linguística Histórica e parece sofrer influência de Monteagudo e de outros autores galegos e portugueses⁷⁴ que se dedicam ao estudo histórico da língua galega, chegando mesmo a admitir, em contradição às ideias veiculadas pela tradição dos estudos históricos comuns de sua época, que a língua portuguesa não tem origem latina. Sua aproximação, sobretudo com a Galiza, favoreceu o surgimento de um convite para compor o quadro do comitê científico da equipe editorial dos estudos de Linguística Galega, o que, nesse caso, já pode indicar uma apropriação da teoria da origem galega do português, largamente divulgada por essa revista.

Não é possível, porém, afirmar com precisão que outros autores, além de Monteagudo, formam o elenco de autores que influenciaram a mudança de posicionamento de Bagno, haja vista que o autor só cita diretamente em sua gramática dois autores galegos contemporâneos (Montegudo e García Turnes), uma autora portuguesa (Esperança Cardeira)⁷⁵, um historiador e gramático do século XVII (Duarte Nunes de Leão) e um religioso e erudito galego do século XVIII (Martín Sarmiento), este último, provavelmente Bagno tenha entrado em contato por intermédio dos textos de Monteado, já que este autor dedica um tópico do seu livro, *História social da língua galega*, de 1990, ao seu estudo e esta foi uma das primeiras obras apresentadas a Bagno sobre o assunto⁷⁶.

Observa-se, portanto, que a intenção do autor, em sua gramática, era colocar em evidência uma nova maneira de conceber a história da origem das línguas portuguesa e brasileira, recentemente incorporada por ele, que levasse em conta, não a autonomia e a hegemonia de Portugal, mas, sim, a história social e política da sociedade Galega.

⁷⁴ Mesmo reconhecendo não ser fácil determinar com exatidão a influência entre aspectos externos levantados na pesquisa e na obra sob análise, é possível, pelos princípios estabelecidos pela HL, depreender a existência de relação entre elas, de modo que certa influência parece não poder ser negada, principalmente após a análise da “escolha de retórica” do autor.

⁷⁵ Esperança Cardeira é uma autora portuguesa e dedica-se ao estudo da história da língua portuguesa. O autor recupera trechos do livro da autora, tencionando, a partir do que ela escreve, instigar o leitor e corroborar seu posicionamento.

⁷⁶ Essa informação, sobre as primeiras obras apresentadas a Bagno, por Monteagudo, foi retirada de uma entrevista, não publicada, concedida por Bagno à autora desta pesquisa, em 18/06/2016, na cidade de Teresina.

Entretanto, um breve retrospecto das publicações de Bagno, mais detidamente no período de 1997 a 2014⁷⁷, permite que se chegue a um número de doze⁷⁸ obras publicadas, voltadas para área da linguística e suas subáreas, em que predominam a temática de estudos sobre o português brasileiro e nas quais é possível observar outro posicionamento do autor, no que se refere à história da língua portuguesa.

Levando-se em conta que toda essa produção selecionada foi analisada na totalidade para esta pesquisa, pode-se, a partir disso, fazer algumas considerações importantes para entender a importância que o autor dá para o conhecimento histórico em suas produções. Quando analisados os títulos e o conteúdo de cada livro, foi possível observar que Bagno, independente do conteúdo que discutirá (preconceito linguístico, livro didático, gramática, pesquisa em linguística etc.), em todos eles, de algum modo, faz remissão à origem histórica da língua portuguesa. Interessante destacar, antes de mais nada, que tais referências, em todas as obras selecionadas, mesmo aquelas impressas após a publicação da *GPPB*, em 2011, indicam uma postura distinta daquela que o autor apresenta na sua gramática, como se poderá constatar no quadro a seguir:

Quadro 4: Distribuição das obras e exemplos de Bagno

OBRA/ANO DA 1ª ED	EXEMPLO
A Língua de Eulália: novela sociolinguística (1997)	“[...] Da mesma maneira como o latim foi se transformando lentamente até resultar nas diversas línguas românicas hoje existentes — italiano, romeno, romanche, francês, provençal, sardo, catalão, espanhol, português —, também cada uma delas continua a se transformar [...]” (BAGNO, 2006, p.35)
Pesquisa na escola: o que é, como se faz (1998)	“Por isso o latim <i>luna</i> deu <i>lua</i> em português, e o verbo <i>volare</i> deu o nosso <i>voar</i> ” (BAGNO, 2010a, p. 68, grifos do autor)
Preconceito linguístico: o que é, como se	“Afinal, se não fosse desse modo, ainda

⁷⁷ Foram retiradas dessa contagem, por não servir aos interesses dessa pesquisa (ser monoautorial; ter natureza científica; envolver teorias linguísticas) capítulos de livros, traduções, organização de obras, livros de poesia, literatura infantil e juvenil e ficção.

⁷⁸ O quadro 4 não apresenta exemplo do livro *Gramática de bolso do português brasileiro* (2013) por ser uma obra resumida da *GPPB*.

faz (1999)	estariamos falando latim... Na verdade, falamos latim, um latim que sofreu tantas transformações que deixou de ser <i>latim</i> e passou a ser <i>português</i> ” (BAGNO, 2007a, p.98, grifos do autor)
Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social (2000)	“Ao contrário, porém, das teorias nacionalistas do século XIX, em que se propunha considerar que, assim como as línguas românicas ‘saíram’ do latim, o português do Brasil ‘saiu’ do português de Portugal, é necessário propor uma <i>deriva dupla</i> , iniciada no século XVI: do latim surgiu um tronco chamado <i>português</i> [...]” (BAGNO, 2000, p.273, grifos do autor)
Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa (2001)	“Vamos imaginar que a língua portuguesa é um rio, que se formou como um defluente (isto é, um braço) de outro rio, que é o latim [...] Os outros braços que partem do latim são as demais línguas da família românica (italiano, francês, espanhol, etc.) [...]” (BAGNO, 2004, p.48)
A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira (2003)	“[...] no processo de formação da própria língua portuguesa e das demais línguas derivadas do latim, como o francês, o espanhol, o italiano, o romeno etc.” (BAGNO, 2003, p.136)
Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística (2007)	“Muitos vocábulos, depois de passar pelos processos de mudança regulares do português, tinham ficado muito diferentes do termo latino do qual se originavam” (BAGNO, 2007b, p. 93)
Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro (2009)	“O ditongo latino <i>au</i> se transformou, em algumas línguas derivadas do latim, na vogal simples <i>o</i> . Assim, a palavra latina <i>paucu-</i> está na origem do italiano e do espanhol <i>poco</i> e do português <i>pouco</i> [...]” (BAGNO, 2009a, p.42, grifos do autor)
Gramática: passado, presente e futuro (2009)	“Na transformação das variedades do latim popular coloquial (chamado tradicionalmente de “vulgar”) nas diferentes línguas românicas (galego, português, espanhol, francês, catalão, provençal, italiano, romeno etc.) [...]” (BAGNO, 2009b, p. 95)

Gramática, pra que te quero? os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português (2010)	“À medida que o tempo avançou, desapareceram os falantes nativos de latim – ou, mais precisamente, o <i>latim vulgar</i> se transformou nos diferentes <i>romances</i> (palavra derivada de <i>Roma</i> , pátria da língua latina) que, muito mais tarde, se transformariam nas diferentes línguas <i>românicas</i> ” (BAGNO, 2010b, p. 92, grifos do autor)
Gramática pedagógica do português brasileiro (2011)	“Por isso não é correto, do ponto de vista histórico-geográfico, afirmar, como fazem todas as obras filológicas e gramáticas históricas, que “o português vem do latim”. O português vem do galego – o galego, sim, é que representa a variedade de latim vulgar que se constituiu na Gallaecia romana e na Galiza medieval” (BAGNO, 2011, p. 224)
Sete erros aos quatro ventos: a variação no ensino de português (2013)	“Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o português é derivado do <i>latim vulgar</i> , isto é, do latim falado <i>pelo povo</i> [...]” ⁷⁹ (BAGNO, 2013, p. 168, grifos do autor)
Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii (2014)	“É isso que explica, então, as diferenças marcantes, por exemplo, entre as diversas línguas surgidas do latim imperial: português, galego, castelhano, catalão, francês, provençal, sardo, piemontês, lombardo, vêneto, toscano, napolitano, romeno etc.” (BAGNO, 2014a, p. 91)

Fonte: quadro organizado pela autora desta pesquisa

Quando comparado o posicionamento que Bagno apresenta, sobre a origem da língua portuguesa, nas obras acima referenciadas e seu posicionamento na *GPPB*, verifica-se um discurso contraditório. Observe-se que o autor, desde 2006, começa a afastar-se da perspectiva tradicional da Linguística Histórica e, concomitante a isso, passa a adotar uma perspectiva historiográfica divulgada por estudos galegos e portugueses. Contudo, sua

⁷⁹ Esse exemplo, retirado do livro *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português, não foi escrito por Bagno*. Faz parte de uma citação apresentada pelo autor, retirada de um dos livros didáticos do qual faz análise. No entanto, consta como exemplo, primeiro, por fazer referência à origem da língua portuguesa, segundo, pelo fato de o autor concordar com o que escrevem as autoras, visto que parágrafo anterior à citação no texto afirma “É por isso que, individualmente, há obras que se destacam, principalmente no eixo dos conhecimentos linguísticos, por oferecerem, em diversos momentos, um trabalho bastante adequado na perspectiva do que venho chamando aqui de *educação linguística* [...] insisto, apresentam qualidades suficientes para terem sido aprovadas no processo de avaliação” (BAGNO, 2013, p. 168, grifos do autor).

produção não acompanha a mudança de suas ideias e pesquisas, como pode ser confirmado pelos exemplos supra.

Ora, se em uma obra que, claramente, pretende ser um marco na produção do autor, haja vista que, além de ser a primeira gramática produzida por ele, distingue-se, em muitos aspectos, das outras gramáticas igualmente publicadas neste início de século, parece contraditório o fato de suas produções subseqüentes não seguirem uma proposta aparentemente inovadora, pelo menos para a realidade brasileira.

É interessante observar que o posicionamento distinto que Bagno apresenta, acerca da origem da língua portuguesa em diferentes obras publicadas por ele, pode indicar que, mesmo compartilhando com os estudos galegos e portugueses uma concepção histórica de que a língua portuguesa tem origem no galego, os estudos tradicionais, amplamente divulgados por ele, antes de travar contato com essa “nova” forma de olhar os fatos da língua, na esteira da clássica filiação entre latim e língua portuguesa, com efeito, ainda parecem ter força e forma no discurso do autor.

Isto posto, e tendo em vista que esta pesquisa refere-se à análise de movimentos de *continuidades* e *descontinuidades* em relação ao pensamento linguístico, passa-se, de agora em diante, a tecer algumas considerações sobre este tipo de classificação em particular.

5.4 Continuidades e descontinuidades

Neste subtópico, ressaltam-se partes da análise que possibilitam uma classificação da gramática de Bagno em *continuidade* ou *descontinuidade* com a tradição dos estudos histórico-linguísticos.

Como já observado no subtópico anterior, nas obras publicadas após a divulgação da *GPPB*, nota-se que o autor não mantém as críticas e as orientações divulgadas na sua gramática, voltando ou continuando a divulgar um discurso compatível com o tradicional, veiculado pelos autores da Linguística Histórica.

Sendo assim, os dados apresentados, de modo geral, parecem indicar uma possível inovação de Bagno em vários aspectos em sua gramática, principalmente no que diz respeito à origem histórica da língua portuguesa, sobressaindo-se em sua gramática uma *retórica de ruptura* com a *tradição*.

Entretanto, não se pode ignorar que sua proposta não é totalmente inovadora, conforme declara Murray (1993), pois, seu discurso está diretamente veiculado ao discurso das obras e dos autores que possam ter influenciado, no caso, às concepções divulgadas por

grupos de especialistas que se dedicam a essa proposta em Portugal e na Galiza. Assim, ao focar pontos como esse, as análises mostram, também, que suas ideias têm uma natureza coletiva, vinculadas a uma sociedade, a uma situação histórica e cultural e, principalmente, que suas descobertas não são méritos de um único pesquisador, como afirma Fleck (2010) em suas reflexões sobre o desenvolvimento da ciência.

Uma análise qualitativa dos dados levantados na pesquisa possibilita que se identifique que Bagno dialoga, em sua gramática, apenas com autores europeus, em sua grande maioria portugueses e galegos. Esses diálogos são, em sua totalidade, permeados por uma *escolha de retórica em descontinuidade* em relação à *tradição*, ainda que sejam encontradas divergências quando comparados o discurso promovido pela *GPPB* e o discurso veiculado em suas outras produções. Tais divergências, principalmente teóricas, aparecem, contudo, nas outras obras do autor permeadas por uma *escolha de retórica* continuísta, isto é, não apresenta discurso de ruptura com a tradição e, conseqüentemente, com outros autores.

A *escolha de retórica em descontinuidade* com o que é difundido pela *tradição* histórico-linguística parece indicar que as obras e autores citados em sua gramática, especificamente do capítulo dedicado à origem histórica da língua portuguesa, contribuíram para seu posicionamento teórico. Com isso, Bagno revela em sua obra um compromisso em trazer esta orientação para os estudos históricos brasileiros, já que seu discurso lança mão de estratégias distintas em várias de suas obras, principalmente quando esse discurso relaciona-se à tradição, e, apesar de suas obras serem publicadas em momentos e contextos distintos, o que surpreende é a forma como o discurso de *continuidade* se constrói em diferentes textos, e mais especificamente, como o discurso de *descontinuidade*, promovido pela publicação da *GPPB*, não se coaduna ao discurso apresentado em nenhuma de suas obras, principalmente com aquelas publicadas após a *GPPB*.

Com o levantamento de trechos das obras, em que se pode observar a *escolha de retórica* do autor, foi possível observar que seu discurso também se relaciona à maneira como Bagno compreende o trabalho do gramático de seu objeto de estudo. Assim, os excertos que integram a *escolha de retórica* em sua gramática revelam que o autor legitima a inclusão de aspectos históricos em gramáticas.

Por fim, e como constatação geral, em relação aos fatos elencados no decorrer da pesquisa, há que se levar em conta que, por mais que o autor apresente uma *retórica de ruptura* na *GPPB*, por meio de argumentos novos que se opõem à *tradição* que se configurou nesses estudos, sua produção subsequente não se integra a tal discurso, de modo que pode

sugerir que a *tradição* ainda exerça certa influência sobre o autor. De posse disso, é possível argumentar, com a reconstrução desse conhecimento, no sentido de que há, na *GPPB*, um discurso em *descontinuidade* em relação aos movimentos aplicados à história dos estudos histórico-linguísticos. No entanto, quando considerados a produção do autor em sua totalidade parece prevalecer aspectos mais ligados à *tradição*, de modo que não é possível entrever em suas obras, exceto na *GPPB*, a utilização de referências a dados linguísticos e históricos relativo à história galega.

Levando em conta as considerações decorrentes das análises, faz-se necessário reiterar a importância de demonstrar que com a publicação da *GPPB*, em 2011, seu discurso apresenta-se em *descontinuidade* em relação a esse conhecimento difundido pela *tradição* e que, em relação às suas últimas publicações, de 2013 a 2014, ano da última obra selecionada como recorte da pesquisa, viu-se que estas voltam a colocar em evidência o discurso tradicional, isto é, apresentam-se em um movimento de *continuidade* com a *tradição*. Pode-se, com base nos resultados das análises, inferir que as mudanças divulgadas na *GPPB* podem ter sido reivindicadas por conta do momento em que o autor se encontrava.

Em síntese, é possível verificar que, com a *GPPB*, Bagno adota uma *retórica de ruptura* com paradigmas anteriores, entretanto, quando tomado sua produção na totalidade, evidencia-se que essas mudanças não são “radicais”. Assim, pode-se considerar que há uma evolução no pensamento de Bagno, ocasionado, possivelmente, pelo do grupo ao qual se filiou, que não é continuada em suas produções subsequentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou, principalmente, *continuidades* e *descontinuidades* em relação ao tratamento dado à origem histórica da língua portuguesa na *GPPB*, baseando-se no aparato teórico-metodológico da Historiografia Linguística. Trabalhou-se, para tanto, com um *corpus* total de 22 obras, divididas em dois tipos de fontes, primária e secundárias, que possibilitou uma análise na qual, ao considerar parâmetros internos e externos, sobressaíram-se vários aspectos das obras e dos autores que legitimam seus posicionamentos.

A análise empreendida, nesta pesquisa, ao utilizar os princípios e parâmetros metodológicos propostos por Koerner (2014b) procurou, na medida do possível, examinar historiograficamente, considerando a análise interna e externa dos textos, a relação existente entre as fontes e os autores e entre estes e as concepções linguísticas que veiculam. Além disso, buscou entrever em que medida aspectos contextuais podem ter influenciado na *escolha de retórica* que o autor empreende em sua gramática.

Levando-se em conta as análises empreendidas no decorrer da pesquisa, há que se mencionar que, em relação às fontes secundárias, especificamente dos autores ditos tradicionais, constam nos trabalhos deles momentos em que estes informam aos leitores sobre a origem da língua portuguesa, restringindo seus discursos a entender o português como uma variedade linguística originada do latim vulgar. Além disso, as outras fontes secundárias, que constituem o *corpus* da pesquisa, aquelas produzidas e publicadas por Bagno, no período de 1997 a 2014, também oportunizaram observar que predominou, em todas as obras, o posicionamento do autor ao reconhecer a origem latina da língua portuguesa. No caso da fonte primária, predominou uma tese diferente, defendida pelo autor, em que Bagno atribui ao galego a origem de diversas línguas, dentre elas, o português e o português brasileiro, afirmado que “O português vem do galego” e não do latim (BAGNO, 2011, p.224).

No que toca à posição de Bagno em diferentes momentos de sua produção, foi possível observar que o autor muda essencialmente a forma como concebe a origem histórica da língua portuguesa, na *GPPB*, adotando, para tanto, uma *retórica de ruptura* em relação à tradição. Além disso, em meio às análises, foi possível observar, de modo geral, que Bagno parece inovar também em vários outros aspectos em sua gramática, como por exemplo, no título, no sumário, no *corpus* etc.

Entretanto, no caso das fontes secundárias, relativas às produções de Bagno, predominou, considerando os dados colhidos da pesquisa, uma *retórica de continuidade* em relação ao discurso tradicional.

Em síntese, Bagno apresentou, na *GPPB*, uma escolha de retórica fortemente *descontinuista* com os estudos histórico-linguísticos tradicionais. Ao passo em que, em todas as outras obras que compõem sua produção científica, o que sobressaiu foi um discurso *continuista* quando relacionado aos estudos histórico-linguísticos tradicionais. Essas constatações gerais tendem a sugerir que os dois movimentos, *continuidade* e *descontinuidade*, encontram-se relativizados na produção de Bagno, isto é, apresentam-se mais relacionadas à descrição de um fenômeno linguístico e histórico em um contexto e em uma obra específica do que a uma efetiva mudança posicionamento.

Por fim, os dados colhidos podem sugerir que a adoção de uma *retórica de ruptura*, na *GPPB*, não foi suficiente para que o discurso de Bagno promovesse mudanças “radicais”, pelo menos no que se refere à origem da língua portuguesa, em suas produções. O que parece haver é uma evolução no pensamento de Bagno, possivelmente motivada pelo do grupo ao qual se filiou, que não é continuada em suas produções subsequentes.

Não resta dúvida que a continuidade dos estudos, sobre o autor e a obra elencados para esta pesquisa, possa oferecer diversas e valiosas informações para a gramaticografia brasileira, de modo a por em evidência qual o papel que Bagno desempenha na gramaticografia contemporânea brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Miguel C. Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo en la historiografía lingüística y en su definición del concepto *tradición*. *Todas as letras*. v.14. n. 1. 2012, p.71-86. <[http:// editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/.../3495](http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/.../3495)>. Acesso em: 09/02/2016.
- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- _____. História, estórias e historiografia da lingüística brasileira. *Todas as letras*. São Paulo. v. 14, n.1, 2012. p. 14-37. <[http:// http://www.editorarevistas.mackenzie.br](http://http://www.editorarevistas.mackenzie.br)>. Acesso em: 27/04/2015.
- BAGNO, Marcos Araújo. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. *A Língua de Eulália: novela sociolingüística*. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 49 ed. São Paulo: Loyola, 2007a.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007b.
- _____. *Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.
- _____. *Gramática: passado, presente e futuro*. Curitiba: Aymar, 2009b.
- _____. *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2010a.
- _____. *Gramática, pra que te quero? os conhecimentos lingüísticos nos livros didáticos de português*. Curitiba: Aymar, 2010b.
- _____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- _____. *Sete erros aos quatro ventos: a variação no ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- _____. *Língua, linguagem, lingüística: pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014a.
- _____. Uma gramática propositiva. In: *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014b.

- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *A recepção à gramática gerativa no Brasil (1967-1983): um estudo historiográfico*. 2007. 190f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2007.
- _____. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da linguagem: um estudo pela historiografia da linguística. *Confluência*. Rio de Janeiro. n. 48. 2º semestre. 2015. P.119-141. <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/100/78>>. Acesso em 10/04/2016.
- BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. (orgs.). *História Entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*. 1962. 46f. Tese (Cátedra de Língua e Literatura do Instituto de educação do Estado de Guanabara) – Rio de Janeiro. 1962.
- _____. Silvio Elia (1913-1998). *Confluência*. Rio de Janeiro. v. 17/18. n. 7. 1999. p.11-15. <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/?cat=47>>. Acesso em: 12/06/2016.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8 ed. 2006. p. 219-230.
- BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguêsã*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola de Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista. 1991.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.22. n.65, 2007. p. 17-31.
- CASTILHO, Ataliba de. *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 51-62.

- _____. Estudos Linguísticos. In: *O Brasil no contexto: 1987-2007*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Apresentação. In: *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p.7-10.
- DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1. 2012, p. 05 – 22. <[http:// www.revista.udesc.br](http://www.revista.udesc.br)>. Acesso em: 03/05/2015.
- ELIA, Silvio. *Preparação à lingüística românica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- FARACO, Carlos Alberto. *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 63-70.
- _____. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo (org.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália: alegoria, alegria*. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2000.
- FEHR, Johannes. Fleck, sua vida, sua obra. In: *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p.35-50.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. <http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual>arq>. Acesso em: 24/06/2015.
- FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 32, n. 116, p. 619-638. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07/04/2016.
- GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil 1964-1985: um estudo sobre a política educacional*. 1990. 420f. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 1990.

- HYMES, D. *Studies in the History of Linguistics: traditions and paradigms*. ed. by Dell Hymes. Bloomington and London: Indiana University Press. 1974.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- KOERNER, E. F. K. *Practicing Linguistic Historiography: selected essays*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia. 1989. P. 47-59.
- _____. História da Linguística. *Revista Confluência*. v.1. n. 46. Rio de Janeiro, 2014a, p. 9-22. <http://www.llp.bibliopolis.info>>. Acesso em: 13/06/2015.
- _____. Questões que persistem em Historiografia Linguística. In: *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 45-64.
- _____. O problema da 'influência' na historiografia linguística. In: *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 91-103.
- KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LAGARES, Xoán Carlos. O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In: *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LIMA, Éber Ferreira Silveira. "Entre a sacristia e o laboratório" – os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura (1903-1942). 2008. 200f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2008.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACHADO, José Pedro. *Origens do português*. Lisboa, 1967, p.159.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 131-140.
- MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *Perspectiva*. São Paulo. v. 14. n. 1. 2000. <http:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006>. Acesso em 02/07/2016.

MASTERMAN, Margaret. A natureza do paradigma. In: *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix. Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 72-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Academica, 1962.

MEDEIROS, Pilar Damião de. O intelectual engagé dos movimentos sociais. *Sociologia, problemas e práticas*. n.73, 2013, p. 79-92.

MORAES, Lygia Corrêa Dias de. Filologia e Língua Portuguesa: histórico. *Estudos Avançados*. São Paulo. v. 8. n. 22. 1994. p. 415-421.
<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9729/11301>>. Acesso em 12/05/2016.

MORAES, Jorge Viana. *Língua, cultura e civilização: um estudo das idéias lingüísticas de Serafim da Silva Neto*. 2008. 146f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULINACCI, Roberto. Moderna gramática portuguesa: habemus grammaticam?. In: *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

MURRAY, Stephen O. Theory Groups in Science. In: *Theory Groups and The Study of Language in North America*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia. 1993. p. 1-26.

NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

OLIVEIRA, Meryane Sousa. Gramática Pedagógica do Português Brasileiro: uma ruptura com a tradição. In: *Estudos Linguísticos Interdisciplinares: gramática, léxico e ensino*. 1ed. Teresina: EDUFPI, 2015, v. 1.

PERCIVAL, W. Keith. The applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics. *Language*. v. 52. n. 2. 1976, p.285-294.

- PERLATTO, Fernando. A reinvenção do público: intelectuais, democracia e esfera pública. *Revista eletrônica de Ciências Sociais*. v.3. 2008, p.213-231. Acesso em: 25/05/2016.
- PIO, Gláucia Castro Aguiar. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa: tradição e/ou inovação?. *In: Estudos Linguísticos Interdisciplinares: gramática, léxico e ensino*. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2015, v. 1.
- POCHMANN, Márcio. Trabalho e renda. *In: O Brasil no contexto: 1987-2007*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- RAJAGOPALAN, Kanavilill. *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 175-182.
- SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classisc Companhia das Letras, 2014.
- SILVA, José Pereira da. Nova fase da revista brasileira de filologia. *Linguagem em (Re)vista*. Niterói. v. 10. n. 19. 2015. p.124-132. <<http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/19/07.pdf>>. Acesso em 25/06/2016.
- SILVA NETO, Serafim da. *Fontes do latim vulgar: o apêndix probi*. 2 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- SILVA, Raimunda da Conceição. Ideias linguísticas em “A Língua que falamos”, de Herbert Parentes Fortes. *In: Estudos Linguísticos Interdisciplinares: gramática, léxico e ensino*. 1ed. Teresina: EDUFPI, 2015, v. 1.
- SOARES, Magda. Alfabetização. *In: O Brasil no contexto: 1987-2007*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22-25 octubre de 2004. Madrid: Arco Libros, 2004, p. 113-146. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=6013&utm_source=catalogo.bne.es&utm_medium=libro&utm_campaign=Dialnet_Widgets>. Acesso em: 16/02/2016.

- _____. História, Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. *Eutomia*, 2010. <<http://www.revistaautonomia.com.br/>> . Acesso em: 13/07/2015.
- _____. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista argentina de historiografía lingüística*, v. I, n. 1. 2009, p.67-76.
- TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução: Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Bauru. EDUSC, 2000.
- VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.
- VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização*. 2015. 476f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco. 2015.
- _____. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?. In: *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- ZIBAS, Dagmar M. L. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1067-1086. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07/04/2016.